

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Yoso José da Silva

**O Desenvolvimento Econômico: Um Estudo sobre a
Evolução Econômica de São Tomé e Príncipe do
período Colonial ao período Pós-Colonial**

Recife, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- “Grau 1”: livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);

- “Grau 2”: com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;

- “Grau 3”: apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor. Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Dissertação: O Desenvolvimento Econômico: Um estudo sobre a evolução econômica de São Tomé e Príncipe do período Colonial ao período Pós-Colonial.

Nome do Autor: Yoso José da Silva

Data da Aprovação: 19 de Fevereiro de 2009.

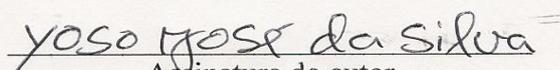
Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 19 de Fevereiro de 2009.


Assinatura do autor

Yoso José da Silva

O Desenvolvimento Econômico: um estudo sobre a evolução econômica de São Tomé e Príncipe do período colonial ao período pós-colonial

Orientador: Pierre Lucena Raboni, Dr.

Dissertação apresentada como requisito complementar a obtenção do grau de Mestre em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2009

Silva, Yoso José da.

O desenvolvimento econômico : um estudo sobre a evolução econômica de São Tomé e Príncipe do período Colonial ao período Pós-Colonial / Yoso José da Silva. – Recife : O Autor, 2009.

136 folhas : fig. , tab. , abrev. e siglas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2009.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Economia – São Tomé e Príncipe. 3. Cana de açúcar. 4. Cacau. 5. Café. I. Título.

338
330

CDU (1997)
CDD (22.ed.)

UFPE
CSA2009-23

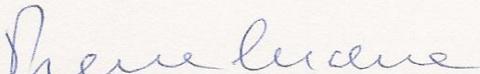
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

O desenvolvimento econômico: um estudo sobre a evolução econômica de São Tomé e Príncipe do período colonial ao período pós-colonial.

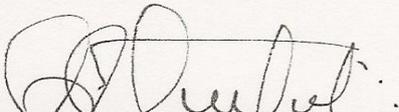
Yoso José da Silva

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 19 de fevereiro de 2009.

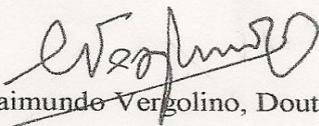
Banca Examinadora:



Prof. Pierre Lucena Raboni, Doutor, UFPE (orientador)



Prof. Charles Ulises De Montreuil Carmona, Doutor, UFPE (examinador interno)



Prof. José Raimundo Vergolino, Doutor, FBV (examinador externo)

*Decido este trabalho aos pais;
Cecília Viegas de Lima Neto e Joaquim José da Silva
Uma atenção em especial a minha tia, Lúcia Batista de Lima Neto*

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, a Deus. Pela vida, pelas maravilhas que me proporcionou e tem proporcionado ao longo da minha vida, pela força de vontade, pela coragem para prosseguir nessa caminhada. Mesmo nos momentos em que me pareciam não haver esperança, sempre depusitei nele a minha fé e a minha esperança. Agradeço a cada ano, a cada mês, a cada dia, a cada hora e a cada segundo da minha vida.

Agradeço a todos os meus familiares pelo carinho, dedicação, incentivo, compreensão, apoio material e amor proporcionado em todos os momentos, sobretudo durante a preparação da minha dissertação. Aos meus pais, Joaquim José da Silva e Cecília Viegas de Lima Neto, que me conceberam, pelo amor e carinho. Aos meus avôs (*in memoriam*) pela educação, pelo exemplo dado e pelo esforço em sempre me oferecer o melhor. Aos meus irmãos, em particular, Ilísio Neto, pela amizade e convívio.

A Genú, pela paciência, compreensão, carinho, afeto, ternura e pelo apoio moral que me tem dado ao longo dessa etapa na minha vida.

Aos meus tios. Lúcia Neto, Lima Neto, Maria do Espírito, Maria João, Andreza Neto, Vanda Neto, Victoriano Neto (*in memoriam*), André Neto, pelo amor, carinho, dedicação, conselhos. É também extensivo a todos os meus familiares que de uma forma ou de outra estiveram torcendo por mim.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pierre Lucena Raboni, pela aceitação, confiança depositada em mim, prontidão em responder às minhas solicitações, incentivo, paciência, compreensão e valiosas contribuições neste trabalho.

Aos profs. Drs. José Raimundo Vergolino e Charles Carmona pelas fundamentais contribuições, sugestões e recomendações neste trabalho na qualificação.

Aos professores doutores do curso de mestrado: Salomão Farias, Josete Florêncio dos Santos, Lilian Outtes, Marcos Feitosa, Walter Moraes, Bruno Campello, Pedro Lincoln, Hermínio Souza e outros, pela simpatia, convívio e atenção, deste o momento que ingressei no mestrado.

Ao Claudemir Santos, um colega especial que me apoiou com os seus conselhos nos momentos mais difíceis da minha vida. Aos meus colegas do grupo de finanças: Moisés Almeida, Cristina Costa, Fernando Torres e Geovanes Neves, pelos momentos de angústias partilhados, momentos de convívio e pelos apoios que gentilmente me foram oferecidos. Aos colegas da turma 13 e 14 do mestrado: Rodrigo Cesar, Filipe Peixoto, José Bezerra, Nadir

França, Camila Cabral, Douglas Lima, Raphaela Vidal, Rafael, Luísa Diníz, Flávia Guimarães, Bárbara Bastos, Daniela Moser, Carolina Maia, António Junior, Túlio, Paulo, Benedito Macedo, Sabrina Cabral, Francisco Tigre, Victor Sgarbi, Cleverton, Elias Alves, Alessandra, Edilson Santos, e outros, pelo acolhimento, solidariedade, fraternidade e hospitalidade.

A Olavo, pelo acolhimento na minha chegada ao Brasil, disponibilização de material informático, compreensão, conselhos, colaboração. A todos os estudantes africanos no Recife, que de forma direta ou indiretamente me deram apoio moral, material, conselhos, e que torceram por mim.

À Universidade Federal de Pernambuco e à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Administração, pelos conhecimentos adquiridos. Um agradecimento aos servidores e funcionários do PROPAD, pelos serviços prestados, em especial a Irani Victorino, pelo acolhimento, informações disponibilizadas e pela simpatia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro aos meus estudos.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

O homem sonha e a obra nasce!

Muito obrigado a todos!

Resumo

São Tomé e Príncipe, situado na África Ocidental, com uma superfície de 1001 Km², descoberto em 1470 e 1471 pelos portugueses. Nessa região, a economia ficou marcada pela introdução de cana de açúcar, café e cacau para exportação. A economia do país até o presente continua dependente da monocultura do cacau. Neste contexto, o estudo teve como objetivo analisar a evolução dessa economia do período colonial ao período pós-independência. Efetuou-se um levantamento e pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados à economia, mais especificamente a do país. O levantamento e a análise dos dados foram feitos com base nos dados obtidos de fontes secundárias, como; bancos de dados de sites oficiais, artigos científicos, etc. Entre eles, destacam-se: Banco Mundial, FMI, Instituto Nacional de Estatística, Banco Central de São Tomé e Príncipe, etc. Conclui-se que a economia do país na primeira colonização baseada na cultura de cana de açúcar e produção deste produto para a exportação prosperou, embora tendo declinado diante das revoltas dos escravos e dos ataques Franceses, Holandeses, etc. A segunda colonização, com a introdução do café e do cacau, o país foi considerado um dos maiores exportadores de cacau no mundo. A insustentabilidade de mão-de-obra associada à redução do preço deste produto no mercado internacional na década de 70 fez declinar a economia do país. No período pós-colonial o cacau, com sinais de declínio, foi mantido como principal produto de exportação, numa base de produção envelhecida, desprovida de mão-de-obra qualificada e com uma gestão centralizada da economia. Como consequência o país entrou em desequilíbrio econômico e financeiro. A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural no final da década de 80, fez crescer a economia do país nos anos 90. A partir do ano de 2001 registrou-se um crescimento mais acelerado em relação à década de 90.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. economia de São Tomé e Príncipe. A cultura da cana de açúcar, café e cacau.

Abstract

São Tomé and Príncipe situated in the Africa Occidental, with 1001 km² of superficies, probably discovered around 1470 and 1471 by Portuguese, the economy was marked by the introduction of cane of sugar, coffee and cacao. Actually the economy is depended on the cacao monoculture. In this context, the research analyzes the economy evolution from colonial to the pos-independency period. However, it was developed a biography research about themes relating the economy, specifically Sao Tomé and Príncipe economy. The data collect and analysis were made by secondary fonts as websites data base, scientific article, and so on. Amount of them; World Bank, IMF, Instituto Nacional de Estatística of São Tomé and Príncipe, Central Bank, and others. It finishes saying that of Sao Tomé and Príncipe economy in the first colonization based of cane of sugar and sugar to exportation has succeeded even though it declined because of slaves' revolt and attack of French, Dutch, English people. In the second colonization with the introduction of coffee and cacao, the country had been one of bigger cacao exporter in the world. However with a week workforce and the decrease of cacao prices in the international market on 70's decade the economy had declined. The period of pos-independency, cacao had maintained as principal product of exportation, with hold production, lack of knowhow and planned economy caused the economic and financial imbalance. With an implementation of Structural Adjustments Program in the end of 80's decade, the economy has a modest growth in the 90' decade. From 2001, the economy registered an accelerated growth.

Keywords: Economic Development. São Tomé and Príncipe economy. Culture of cane of sugar, coffee and cacao.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AOSIS- Aliança dos Pequenos Estados Insulares
BADEA- Banco Árabe de Desenvolvimento Econômico em África
BNSTP- Banco Nacional de São Tomé e Príncipe
BNU- Banco Nacional Ultramarino
CEEAC- Comunidade Económica dos Estados da África Central
CIDR- Centre International de Développement et Recherches
DSE- Direito de Saques Especiais
ERHC- Nigerian Environmental Remediation Holding Company
EUA- Estados Unidos da América
FAD- Fundo Africano para o Desenvolvimento
FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FMI- Fundo Monetário Internacional
HIPC- Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados
IDE- Investimento Direto Estrangeiro
INE- Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe
MDRI- Multilateral Debt Relief Initiative
NLTPS – Estudo Nacional de Perspectiva de Longo Prazo
OIT- Organização Internacional do Trabalho
OUA- Organização de União Africana
PAE- Programa de Ajustamento Estrutural
PAE- Programa de Ajustamento Estrutural
PEA- População Economicamente Ativa
PIB- Produto Interno Bruto
PIP- Programa de Investimento Público
PNAPAF- Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar
PNB- Produto Nacional Bruto
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGF- Poverty Reduction and Growth Facility
STP- São Tomé e Príncipe
UDEAC- União Aduaneira e Económica da África Central

Lista de Figuras

Figura 1 (1)- Situação geográfica de São Tomé e Príncipe no continente Africano

Figura 2 (2)- Produção de açúcar em arrobas das principais ilhas produtoras de açúcar

Figura 3 (2)- Exportações de cacau de São Tomé e Príncipe 1961-1975

Figura 4 (2)- Exportação de cacau dos principais países africanos ano nível mundial

Figura 5 (3)- Evolução do PIB de São Tomé e Príncipe a preços constantes (milhões de dólares)

Figura 6 (3)- Taxa de crescimento do PIB real dos pequenos Estados Insulares

Figura 8 (3)-Taxa de crescimento do PIB de São Tomé e Príncipe (1990-2007)

Figura 9 (3)- Evolução do PIB per capita de São Tomé e Príncipe (1990-2007)

Figura 10 (3)- Participação setorial no PIB de São Tomé e Príncipe (1990-2004)

Figura 11 (3)- Evolução dos PIB's da África Subsariana e de São Tomé e Príncipe a preços correntes (base 1000)

Figura 12 (3)- Taxa de crescimento dos PIB's de S.T.P e da África Subsaariana

Figura 13(3)- Taxa de crescimento do PIB de São Tomé e Príncipe em comparação com alguns países da África Ocidental

Figura 14 (3)- Evolução da taxa de consumo (1992-2007)

Figura 15 (3)- Evolução da taxa de investimento

Figura 16 (3)- Evolução do PIP de São Tomé e Príncipe (1990-2000)

Figura 17 (4)- Taxa de desemprego (1990-2006)

Figura 18 (4)- Taxa de atividade

Figura 19 (5)- Evolução da Balança comercial (1996-2007)

Figura 20 (5)- Composição dos produtos de exportação de São Tomé e Príncipe (1998-2006)

Figura 21 (5)- Produção do cacau em STP e preço no mercado Internacional

Figura 22 (5)- Composição das importações de São Tomé e Príncipe

Figura 23 (5)- Principais países importadores de bens e serviços para STP

Figura 24 (5)- Exportação de STP para o Mundo

Figura 25 (6)- Evolução do balanço de pagamentos de STP (1996-2007)

Figura 26 (6)- Dívida externa de STP

Figura 27 (6)- Dívida externa em % do PIB e das exportações

Figura 28 (6)- Ajuda per capita para STP

Figura 29 (6)- Finanças Públicas de STP (1991-2005)

Lista de Tabelas

Tabela (2) 1-Produção de açúcar em São Tomé e Príncipe no período colonial	pag. 20-21
Tabela (2) 2- Engenhos de açúcar séc. XVI-XVII	pag.22
Tabela (3) 3- Evolução do Investimento Público em % (1990-2000)	pag. 55
Tabela (4) 4- Indicadores salariais 1990-2000	pag. 69
Tabela (4) 5- Indicadores de desemprego por grupo etário 2001-2006	pag.70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO COLONIAL	20
2.1	A economia de São Tomé e Príncipe na primeira colonização	21
2.1.1	Declínio econômico na primeira colonização em São Tomé e Príncipe	25
2.2	A economia de São Tomé e Príncipe na segunda colonização	27
2.2.1	A ascensão e a queda do cacau	29
3	A ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL	34
3.1	Evolução do PIB	36
3.2	Trajectoria do PIB per capita	42
3.3	Produto Interno Bruto Setorial	44
3.4	PIB de São Tomé e Príncipe x PIB da África Subsaariana	48
4.	A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NA ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	63
	A interpretação da teoria econômica sobre o desemprego: as abordagens	64
4.1.1	Teoria Neoclássica sobre o desemprego	65
4.1.2	Teoria Keynesiana sobre o desemprego	66
	Emprego e Desemprego em São Tomé e Príncipe.....	68
5.	O PAPEL DO COMÉRCIO EXTERIOR NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA SANTOMENSE	76
	Evolução da balança comercial.....	77
5.1.1	Composição das Exportações e das Importações	80
5.1.2	Evolução da produção do principal produto de exportação (cacau) de São Tomé e Príncipe.....	81
5.1.3	Composição das Importações	85
5.1.4	Evolução da estrutura geográfica do comércio externo.....	86
6.	BALANÇO DE PAGAMENTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	91

Evolução do balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe	91
Dívida Externa	95
Dependência da Ajuda Externa.....	100
Finanças Públicas.....	102
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	106
Referências	109
ANEXOS	115

1 INTRODUÇÃO

As ilhas de São Tomé e Príncipe, com uma superfície total de 1001 quilômetros quadrados, situadas na costa Ocidental Africana, provavelmente foram descobertas por volta de 1470 e 1471 pelos portugueses João de Santarém e Pedro Escobar.



Figura 1(1)- Situação geográfica de São Tomé e Príncipe no continente Africano
Fonte: Google

As ilhas estiveram sob o regime colonial tanto em termos políticos como econômicos durante quase cinco séculos, sendo considerado na história da colonização como sendo um dos mais longos regimes da colonização européia.

Ao longo deste período sob dominação colonial, as ilhas foram dominadas pelos portugueses por duas vezes. A primeira fase, considerada por alguns autores como a primeira colonização, teve o seu início no século XV, tendo como principal objetivo a produção de culturas de rendimentos tropicais para exportação (a cana de açúcar). O sistema era sustentado pela mão-de-obra escrava proveniente de vários cantos do continente Africano e, ao mesmo tempo, serviu como entreposto de escravos com vista ao desenvolvimento agrícola do continente Americano e ao crescimento econômico do continente Europeu. Já na segunda fase, considerada como segunda colonização, motivada pelo declínio econômico verificado

nas ilhas na primeira fase da colonização, os portugueses introduziram no século XIX a cultura de café e a cultura do cacau para exportação, tornando o país um dos maiores exportadores de cacau ao nível mundial entre fins do século XIX e início do século XX.

Após quase cinco séculos sob o domínio político e econômico português, o país ascendeu à independência em 12 de Julho de 1975, herdando uma economia com sinais de declínio baseada na monocultura do cacau para a exportação, com uma base de produção envelhecida e uma considerável falta de pessoal qualificado. Influenciadas pelo regime Socialista, as autoridades santomenses adotaram um modelo de gestão centralizado da economia, nacionalizando todas as empresas agrícolas de cacau deixadas pelos portugueses e estruturando-as em cerca de quinze empresas estatais.

Como resultado de políticas inadequadas, observou-se uma contínua degradação dessas empresas agrícolas estatais, tanto do ponto de vista econômico e financeiro, como do ponto de vista das infra-estruturas sociais. Os índices de produção diminuíram sistematicamente e a rentabilidade dessas empresas passou a ser um problema grave para o Estado de São Tomé e Príncipe, associada aos condicionalismos da cotação do cacau no mercado internacional e dando origem a baixas sucessivas, constituindo, assim, um dos grandes estrangulamentos à capacidade econômica e financeira do Estado de São Tomé e Príncipe.

Com base nesse contexto, esta dissertação consiste em estudar a evolução do crescimento econômico de São Tomé e Príncipe no período colonial até os tempos mais recentes. Para tanto, fez-se um levantamento e pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados à economia, mais especificamente a do país. O levantamento e análise dos dados sobre essa economia foram feitos baseados nos dados obtidos de fontes secundárias, tais como em bancos de dados de sites oficiais. Entre eles destacam-se: Banco Mundial, Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, Banco Central de São Tomé e Príncipe, Banco Central de Portugal, entre outros. Cabe ressaltar que pouco são os estudos ou trabalhos feitos nessa área. Desse modo, o presente estudo irá contribuir nesse sentido e possivelmente servirá como base para estudos posteriores.

O trabalho está dividido em seis capítulos além deste, no qual se faz uma introdução ao presente estudo. No segundo capítulo descreve-se o comportamento da economia santomense no período colonial, tanto na primeira como na segunda colonização. No terceiro capítulo estuda-se a economia do país no período pós-independência com base no modelo keynesiano, analisando-se a evolução do PIB, a participação dos grandes setores da economia no PIB e procedendo-se a uma análise comparativa com relação a alguns Estados insulares, África

Subsaariana e alguns países da África Ocidental. A trajetória do emprego na economia do país é analisada no quarto capítulo. Na seção seguinte faz-se uma análise sobre o comércio exterior no crescimento econômico do país e, na sexta parte, analisa-se a evolução do balanço de pagamentos. Por fim, a conclusão do trabalho e algumas recomendações.

2 A ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO COLONIAL

Em busca de novos horizontes, a segunda metade do século XV e início do século XVI foram marcados pela expansão marítima e colonial portuguesa na África Subsaariana, onde Portugal descobriu alguns países da região, como Angola, Cabo-Verde, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, entre outros.

A república de São Tomé e Príncipe, com uma área total de 1001 quilômetros quadrados, situada na margem Ocidental da costa Africana, foi descoberta por volta de 1470 e 1471 pelos portugueses João de Santarém e Pedro Escobar. As ilhas estiveram sob o regime colonial em termos políticos e econômicos durante quase cinco séculos, considerado na história colonial como sendo um dos períodos mais longos da colonização Européia.

Ao longo deste período sob a dominação colonial, as ilhas foram colonizadas por duas vezes. A primeira colonização teve o seu início no século XV, tendo como principal objetivo a produção de culturas de rendimento tropicais para exportação, sustentada pela mão de obra escrava vinda de vários cantos do continente Africano e, ao mesmo tempo, servindo-se de entreposto de escravo. Já na segunda colonização, motivada pelo declínio econômico nas ilhas, os portugueses introduziram no século XIX a cultura de café e cacau para exportação.

O presente capítulo debruça-se numa perspectiva de história econômica de São Tomé e Príncipe no período colonial, procurando descrever a evolução econômica do país neste período. No entanto, a ausência de dados sobre a economia do país nesse período não permite fazer uma análise mais acurada da evolução econômica do país.

O capítulo foi dividido em dois itens. No primeiro, procurou-se descrever a situação econômica do país na primeira colonização, durante a qual foi introduzida pelos portugueses a cultura de cana de açúcar baseada na mão de obra escrava. No segundo item fez-se uma descrição da evolução econômica do país na segunda colonização que foi marcada pela introdução da cultura de café e cacau, sendo a cultura do cacau a principal cultura de exportação do país até a data presente. Posteriormente, fez-se uma síntese do capítulo.

2.1 A economia de São Tomé e Príncipe na primeira colonização

Historicamente, a cultura de cana de açúcar teve a sua origem no Oriente, tendo a Papua Nova Guiné como seu berço, onde se iniciou o processo de domesticação. Os árabes foram os principais precursores na história de expansão da cultura de cana de açúcar e os genoveses e venezianos no comércio com os principais mercados Europeus. Vieira (2005, p.2) relata que “no processo de transmigração da cultura para o Ocidente, desde o Mediterrâneo ao Atlântico, as ilhas foram o principal viveiro da afirmação e divulgação: Creta e Sicília no Mediterrâneo, Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde e S. Tomé no Atlântico Oriental, Santo Domingo, Cuba, Jamaica, Demerara (...) nas Antilhas.” Em São Tomé e Príncipe a cultura da cana de açúcar oriunda da ilha da Madeira foi introduzida no início do seu povoamento, no fim do século XV e início do século XVI, em face da dimensão e as melhores condições naturais oferecidas pela ilha de São Tomé em relação à ilha da Madeira que se encontrava em uma situação desfavorável.

As plantações de cana de açúcar em São Tomé e Príncipe se diferenciaram de outras ilhas no período compreendido entre os séculos XV e XVI por diversos fatores, a saber: existência de empresas agrícolas capitalistas em larga escala que possuíam entre 50 a 100 trabalhadores; as plantações possuíam características feudais onde a mão de obra estava sob o total controle do proprietário e a maior parte da mão-de-obra produtiva era de trabalho forçado, predominantemente escravos africanos oriundos do Delta do Níger (Benin), do Gabão, dos Reinos do Congo¹, Angola, entre outros.

Além dos escravos serem o suporte principal nas plantações de cana de açúcar em São Tomé e Príncipe, eles também eram usados no comércio regional com Elmina. Deste modo, o tráfico de escravo tornou-se fator importante na economia de São Tomé e Príncipe no início da implementação da cultura de cana de açúcar. De acordo com Seibert (2002, p.35) “no início do século XVI havia cerca de 1000 moradores, dos quais a maioria era composta por degredados, 2000 escravos nas casas e nas plantações de cana de açúcar e cerca de 5000 destinados ao comércio regional com Elmina e vendidos para os Akan²”. Anualmente São Tomé importava cerca de 2000 escravos do Reino do Congo e Delta do Níger, dos quais 500 eram reexportados para a Elmina. Portanto, os que não eram reexportados eram empregados

¹ O Reino do Congo ou Império do Congo foi um reino africano localizado no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola, a Cabinda, à República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo e à parte centro-sul do Gabão.

² Grupo étnico do Gana e da Costa do Marfim

nas casas coloniais e trabalhavam na indústria de cana de açúcar, tornando-se, assim, a classe mais baixa na sociedade santomense.

A partir de 1520, a situação econômica começou a florescer tendo a produção do açúcar como o principal fator da economia santomense. As condições encontradas em São Tomé fizeram com que os canaviais se afirmassem e suplantassem, por exemplo, a produção da ilha da Madeira. Segundo Vieira (2005), a ilha de São Tomé, com uma extensão de 859 km² e superior em relação à ilha da Madeira, com 728 km², produzia o dobro, cifrando em 950 toneladas. Além disso, o clima e o solo fértil permitiam que a produção de açúcar em São Tomé suplantasse a da Madeira, sendo que o crescimento das canas nesta ilha era três vezes maior que na Madeira, o que permitia duas colheitas. Ainda com relação a este aspecto, Seibert (2002) relata que “as plantações da cana de açúcar ocupavam o terço norte de São Tomé, onde predominava terras planas e abundantes correntes de água para mover engenhos de açúcar.”

No que diz respeito à quantidade de açúcar produzido em São Tomé e Príncipe, há uma divergência de opinião entre os autores consultados. Segundo Seibert (2002), no ano de 1517 produziu-se dois engenhos de açúcar e em 1529 havia cerca de 75 toneladas, correspondente a 5 000 arrobas de açúcar. Durante o período de 1578 a 1582, a produção anual de açúcar teria alcançado 12000 toneladas, valor correspondente a 800 000 arrobas. Porém, a qualidade do açúcar produzido em São Tomé estava afetada pelo alto grau de umidade, que era inferior ao da Madeira e do Brasil. Por outro lado, de acordo a tabela abaixo, pode-se observar o seguinte:

Tabela 1(2) – São Tomé e Príncipe, produção de açúcar em “engenhos e arrobas” de 1516/1688

Anos	São Tomé		Príncipe	
	Engenhos	Produção arrobas	Engenhos	Produção arrobas
1517	14	100.000		
1529		123.170		
1535		135.860		
1545		150.000		
1550	60			
1578		175.000		
1580		24.000		
1591		12.000		

Fonte: Agostinho das Neves apud Alberto Vieira

(continuação)

Tabela 1(2) – São Tomé e Príncipe, produção de açúcar em “engenhos e arrobas” de 1516/1688

1592		64.000		
1600		9000		
1602		40000		
1605		60.000	5	1.000
1610	45	200.000		
1614	62			
1625	45	100.000		
1634		20.000		
1638		30.000		
1645	54	100.000		
1651		40.000		
1660	110	2.000.000		
1672	31	27.000		
1688		5.109		

Fonte: Agostinho das Neves apud Alberto Vieira

Embora na ausência de dados da produção de açúcar referente ao século XV, pode-se confirmar o que foi dito anteriormente. No século XVI, a produção de açúcar de São Tomé foi ganhando espaço. De acordo com os dados da tabela, de 1517 a 1545, a produção de açúcar em arrobas teve um crescimento estável, sendo de 100.000 a 150.000. Já no período que vai de 1580 a 1610, verificou-se oscilação na produção, tendo atingido 9000 no ano de 1600 e se recuperando significativamente dez anos depois, com 200.000 arrobas.

No ano de 1625, a produção volta a se reduzir em 50% em comparação com a produção do ano de 1610. A produção manteve-se decrescente nos anos de 1634 e 1638. Estas reduções da produção justificam-se pelas várias revoltas de escravos que ocorreram no país, além das invasões dos ingleses e franceses, destruindo engenhos de açúcar. Já no ano de 1660, segundo os autores acima mencionados, a produção do açúcar em São Tomé atingiu o valor de 2.000.000 arrobas. Porém, essa cifra é duvidosa porque pela a estrutura de produção de açúcar (engenhos) existente no período colonial jamais existiria uma produção nessa escala (2.000.000). Portanto, trata-se de um erro crasso dos autores com respeito à produção de açúcar da ilha de São Tomé no ano acima mencionado. Quanto à ilha do Príncipe, a ausência de dados não permite fazer inferência a respeito de sua produção no período em análise.

Com a finalidade de comparar os números de engenhos existentes nas principais produtoras de açúcar entre os séculos XVI e XVII, a tabela abaixo demonstra o seguinte:

Tabela 2(2)- Engenhos de açúcar no séc. XVI-XVII

Arquipélago/ Anos	1502	1515	1520	1526	1540	1556	1560	1580	1590	1632	1634-43
Madeira	16	n/d	34	n/d	4						
São Tomé	n/d	14	n/d	n/d	n/d	60	n/d	n/d	70	45	n/d
Canárias	2	25	64	29	5	n/d	24	16	33	5-9	7

Fonte: Neves, apud Vieira

De acordo com os dados apresentados, muito pouco se pode comentar ou fazer uma análise comparativa entre as três ilhas consideradas nesse período as principais produtoras de açúcar, levando em consideração que os dados estão dispersos. Portanto, conforme observado na tabela, para a ilha da Madeira só existem dados dos anos de 1502, 1590 e 1634-43, enquanto que nas Canárias se dispõem de quase todos os anos, exceto o ano de 1556. No caso da ilha de São Tomé, estão disponíveis dados dos anos de 1515, 1556, 1590 e 1632. Não obstante esse viés efetuou-se a soma dos engenhos existentes em cada ilha. A partir disso, é possível concluir que a ilha das Canárias ocupa a primeira posição, seguida da ilha de São Tomé e, posteriormente, a ilha da Madeira, ocupando a última posição.

Ainda na tentativa de uma análise comparativa das três principais ilhas produtoras de açúcar em arrobas no período compreendido entre 1502 e 1600, a figura abaixo retrata o seguinte:

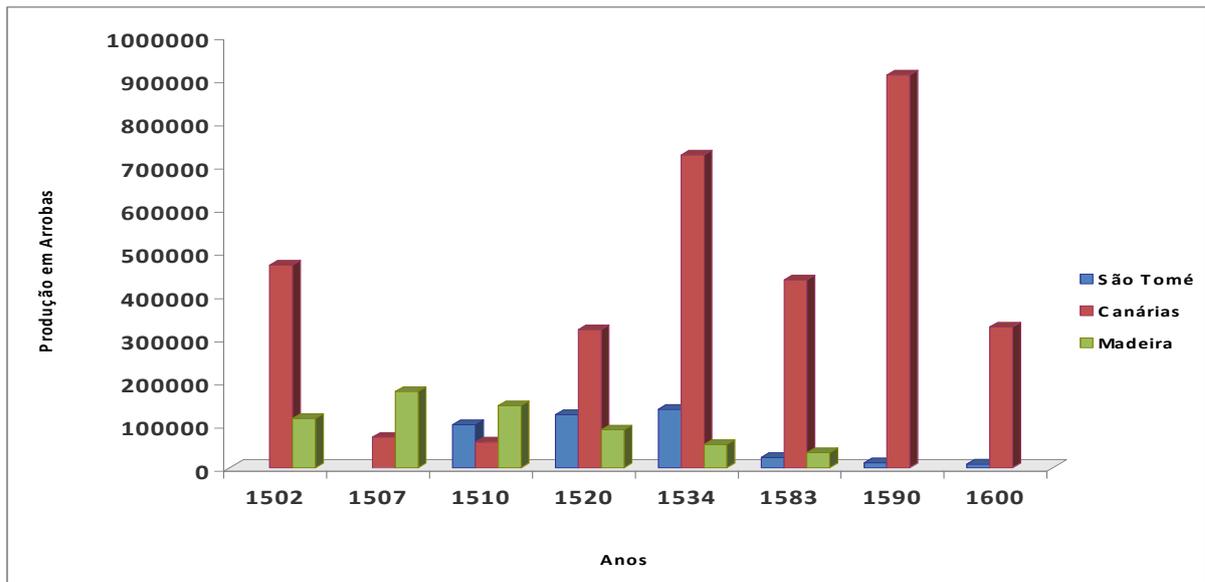


Figura2(2) – Produção de açúcar em arrobas nas principais ilhas

Fonte: Neves, apud Vieira (Elaboração própria)

Nos anos de 1502 e 1507, São Tomé e Príncipe não se faz representar na figura, o que supostamente ocorre por falta de dados nesses dois anos. Como se pode observar na figura, as ilhas das Canárias ocupam uma posição de destaque na produção de cana de açúcar em arrobas. No ano de 1510, o quadro se inverte. As ilhas das Canárias ocupam a terceira posição e aparece São Tomé e Príncipe na segunda, com a ilha da Madeira em primeiro lugar. Para os anos de 1520 e 1534, verifica-se uma reposição das ilhas das Canárias ao lugar de destaque que tinha antes, São Tomé e Príncipe aparecendo em seguida e, por último, a ilha da Madeira. Já no ano de 1583, São Tomé e Príncipe volta a perder para a ilha da Madeira, ficando em terceiro lugar, enquanto esta se apresenta em segundo e as ilhas das Canárias, como sempre, na primeira colocação. Nos dois anos que se seguem, 1590 e 1600, a ilha da Madeira não consta na figura, enquanto que São Tomé e Príncipe aparece, mas com uma produção insignificante.

2.1.1 Declínio econômico na primeira colonização em São Tomé e Príncipe

A introdução da cultura de cana-de-açúcar, a produção do açúcar e o comércio de escravos e de bens, transformaram as ilhas de São Tomé e Príncipe num dos maiores centros açucareiros da época, atraindo as atenções de outros colonizadores, como os ingleses, franceses e holandeses. De acordo com Seibert (2002), no ano de 1567 um grupo de franceses atacou e pilhou a ilha de São Tomé. No final de 1598, um grupo de 500 holandeses ocupou a

ilha do Príncipe, mas quatro meses depois tiveram que abandonar a mesma devido às doenças tropicais e lutas que os reduziram a 100 homens. No ano seguinte, uma armada holandesa de 36 navios, comandada por Pieter Van Der Does, ocupou e saqueou São Tomé. Estes também tiveram que abandonar as ilhas pelo mesmo motivo que outros, uma vez que 1200 homens morreram no espaço de duas semanas.

No período compreendido entre 1641 e 1648, o comércio de açúcar e de escravos em São Tomé estava sob o controle da Companhia Holandesa das Índias³, que se instalou nos dois pontos considerados estratégicos da ilha, os quais são a Fortaleza de São Sebastião⁴ e o Porto. A partir desses dois pontos, eles usaram a ilha como entreposto entre Pernambuco, Elmina e Luanda. Os franceses, por sua vez, assaltaram a ilha do Príncipe no início do século XVIII e no mesmo século ocuparam a ilha de São Tomé durante um mês, reivindicando um enorme resgate.

Não obstante esses ataques, os escravos descontentes com o regime político ao qual estavam submetidos, a escravocracia, onde se impunha trabalhos esforçados num ritmo infernal de trabalhos nas plantações e nos engenhos de açúcar, desencadearam diversas revoltas, incendiando e destruindo os engenhos de açúcar na sua totalidade e dominando a cidade de São Tomé. A respeito disso, Seibert (2002), no seu trabalho sobre as ilhas, diz o seguinte:

Para os escravos, a revolta e a fuga era a rota imediata para a liberdade. Revoltas de escravos atormentavam freqüentemente a pequena sociedade de São Tomé, desde o século XVI em diante. O primeiro levantamento de escravos documentado ocorreu em 1517 na plantação pertencente a um tal João Lobato (SEIBERT, 2002, p. 43-44).

Na primeira metade do século XVI, centenas de escravos importados e que eram destinados a reexportação fugiram para interior montanhoso e inacessível do país, onde se organizavam em quadrilhas lideradas por um capitão e destruíam as plantações de cana de açúcar. Diante dessa situação, as autoridades locais iniciaram as chamadas guerras do mato contra os fugitivos que aterrorizavam constantemente os moradores da cidade. Conseqüentemente a administração das ilhas em Lisboa teve que enviar soldados e armas para apoiar os moradores.

³ Segundo Wikipédia, companhia majestática formada por neerlandeses, em 1602, com o nome formal de Companhia Unida das Índias Orientais, ou "*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*", em neerlandês, com a sigla VOC - dois anos depois da formação da Companhia Inglesa das Índias Orientais – com o objectivo de tentar excluir os competidores europeus daquela importante rota comercial.

⁴ Atualmente Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

Já nos finais do mesmo século (séc. XVI), um grupo de escravos denominados de angolares que se refugiavam no sul da ilha de São Tomé efetuaram uma grande revolta, considerada a maior na história colonial do país, liderada por um escravo denominado Amador e que se auto-proclamou de rei. É importante salientar que essa revolta teve a duração de seis dias. No último dia, mais de 2000 escravos travaram uma forte batalha de quatro horas com os soldados e os colonos portugueses, destruindo 70 engenhos de açúcar, apesar de saírem derrotados. Assim, 200 deles foram mortos, culminando com a prisão do rei Amador e o seu enforcamento.

Devido aos ataques dos ingleses, franceses e holandeses e às sucessivas revoltas, bem como à crescente competição do Brasil em relação à inferior qualidade de açúcar de São Tomé, a indústria de açúcar desta ilha gradualmente entra em declínio a partir do século XVII. Em decorrência disso, os fazendeiros acabaram por se mudar para o Brasil em busca de melhores oportunidades de negócios, deixando as terras nas mãos de tribos indígenas, os nativos da ilha, e nas de alguns filhos de portugueses nascidos na mesma.

A partir daí, o arquipélago de São Tomé e Príncipe ficou dependendo do cultivo de produtos alimentares para a sua subsistência. Os engenhos de açúcar remanescentes eram usados na produção de aguardente para suprir os navios negreiros. Além disso, devido à crise do comércio de escravos, o tráfico com o Brasil prosseguiu em pequena escala, tendo em vista que o país perdera para Luanda a sua posição como entreposto no final do século XVII. Assim sendo, em busca de uma recuperação da economia de plantação que sofrera colapso, surgem novas culturas, como cacau, café, gengibre, copra⁵, as quais proporcionaram nova aposta agrícola e geraram nova situação de dependência.

2.2 A economia de São Tomé e Príncipe na segunda colonização

Nos meados do século XVII até o início do século XIX, as ilhas de São Tomé e Príncipe estavam completamente esquecidas. Dado o longo período de instabilidade política que prevaleceu em Portugal, essas ilhas foram literalmente abandonadas pelos colonos portugueses. Durante esse período, considerado por alguns autores como de estagnação ou de grande pousio, ficaram nas ilhas de São Tomé e Príncipe os negros e mulatos forros⁶,

⁵ Polpa seca do coco. Derivada da palavra em malayalam, koppa que significa coco seco.

⁶ Filhos de colonos portugueses com nativas das ilhas de São Tomé e Príncipe.

trabalhando nos seus terrenos, onde cultivavam produtos diversos para sua subsistência e se dedicavam ao comércio interno. Havia também um grupo de ex-escravos e alguns portugueses que nasceram nas ilhas.

Após esse período, que durou quase dois séculos, a abolição do tráfico de escravos em Portugal associada à independência do Brasil, contribuíram para que as condições fossem propícias para a recolonização das ilhas com a introdução de novas culturas de rendimentos: o café e o cacau. Segundo Eyzaguirre (1986 apud Seibert, 2002) o capital investido na agricultura de plantação em São Tomé foi capital acumulado no comércio de escravos brasileiro e os antigos traficantes de escravos estabeleceram plantações nas ilhas por não poderem reinvestir o seu capital nesse tipo de comércio. Deste modo, decidiram apostar nas duas culturas, uma vez que as ilhas possuíam condições propícias para plantações.

A cultura de café foi a primeira a ser introduzida no país, nos finais do século XVIII, pelo capitão-mor João Batista da Silva, proveniente do Brasil. No século seguinte, foi implantada a cultura de cacau, inicialmente como planta de ornamentação na ilha do Príncipe, pelo português José Ferreira Gomes e, posteriormente, na ilha de São Tomé como cultura por João Maria de Sousa e Almeida. Este era afilhado de Gomes, que pelo seu mérito na plantação de cacau recebeu o título de 1º Barão de Água-Izé, o mesmo nome atribuído à sua maior roça, situada no sudoeste da ilha.

Seguindo o mesmo modelo de exploração do ciclo de cana de açúcar, os portugueses apoiaram-se, de início, na mão de obra escrava e, posteriormente, na mão de obra contratada. Assim, foram se apossando gradualmente das terras dos forros⁷ por compra, pela fraude e também de forma coerciva. Desse modo, foram se expandindo às roças de café e de cacau, abrangendo largas áreas que nunca foram cultivadas, dando origem a grandes empresas nas ilhas.

Segundo Seibert (2002), as empresas variavam de dimensão, sendo dezenas de hectares a cerca de 10.000 hectares. As maiores apresentavam características de uma instituição, pois não eram apenas empresas agrícolas, mas sim comunidades autônomas com a sua própria capela, escolas, creches e centros de saúde. Portanto, constituíam estados dentro do Estado, pois dispunham de estruturas próprias e gozavam de alguma autonomia em relação à administração colonial.

⁷ Nome atribuído aos nativos da ilha de São Tomé.

2.2.1 A ascensão e a queda do cacau

As culturas de café e do cacau foram introduzidas nas ilhas no final do século XVIII e início do século XIX. A produção dessas duas culturas para exportação só se efetivou em meados do século XIX com a cultura do café. No entanto, a partir do ano de 1890, a produção do cacau foi ganhando importância na economia de São Tomé e Príncipe como principal produto de exportação. Dessa maneira, a cultura de café foi deixada em segundo plano, por ser o cacau a cultura que mais adequava ao nível de mão-de-obra (não qualificada) existente e face ao crescimento dos preços desse produto no mercado mundial. Vale ressaltar que o crescimento do preço do cacau no mercado mundial devia-se supostamente ao fato de que neste século iniciou-se o processo de industrialização da amêndoa do fruto do cacau. Posteriormente, passou-se a produzir o chocolate em barras, tornando-se um produto de consumo a nível mundial.

Segundo as Nações Unidas (1998) as ilhas de São Tomé e Príncipe foram pioneiras na produção de cacau (e café com uma dimensão muito inferior) no século XIX. Logo transformaram-se no maior produtor mundial de cacau no início do século XX, antes de se começar a produzir cacau com seriedade no continente africano. Comentando ainda sobre este assunto, Temudo e Arvéola (2002, p. 5) relatam que São Tomé e Príncipe, “ por volta de 1910, ascendeu a primeiro produtor mundial de cacau, sendo 90% das terras controladas por grandes proprietários de plantações portuguesas e por bancos”.

Em relação à produção do cacau, os dados adquiridos não permitem uma análise mais profunda e comparativa sobre o comportamento da produção desde o início da mesma até o ano em que o país tornou-se independente. No entanto, Seibert (2002) fornece alguns dados: em 1909, o país atingiu uma cifra de 30300 toneladas, sendo a maior produção anual de sempre. Porém, nove anos depois, a produção de cacau em São Tomé e Príncipe foi vítima de uma praga denominada de *Heliothrips rubrocinus*. E como se não bastasse a essa situação, logo em seguida, os preços desse produto diminuíram drasticamente no mercado mundial, dando início ao declínio da produção de cacau no país.

De 1921 a 1926, a exportação de cacau diminuiu significativamente de 26283 toneladas para 12470 toneladas e tornando-se ainda menor em 1940, passando para 6972 toneladas. Por outro lado, vale ressaltar que, a partir da década 30, a situação de declínio dessas empresas torna-se cada vez mais visível, na medida em que as mesmas tornaram-se ineficientes e não lucrativas devido ao desequilíbrio entre o custo de mão-de-obra e o preço do cacau no mercado mundial.

Na tentativa de comparação do custo de mão-de-obra na produção do cacau em São Tomé e Príncipe com alguns países produtores de cacau na época, como Costa do Ouro⁸ e Fernando Pó, Seibert (2002) exemplifica que os custos de mão de obra em São Tomé e Príncipe, incluindo os salários, alimentação, assistência médica, recrutamento e repatriamento, no ano de 1955, absorviam cerca de 70% do valor bruto das exportações, enquanto que nos países acima referidos os custos de produção eram 33% e 38%, respectivamente. O autor ainda acrescenta que enquanto os salários dos trabalhadores eram baixos, o custo total do trabalho contratado era comparativamente alto devido aos custos de recrutamento e à supervisão dispendiosa. Além disso, a baixa produtividade era resultado da falta de motivação dos trabalhadores e da não qualificação dos mesmos.

Não obstante os fatores acima mencionados, de 1954 a 1957, registraram-se um aumento na exportação do cacau de São Tomé e Príncipe na cifra de 6972 toneladas para 12470 toneladas (SEIBERT, 2002). No entanto, a situação de decréscimo volta a se repetir a partir do ano de 1961, como se pode observar na figura abaixo:

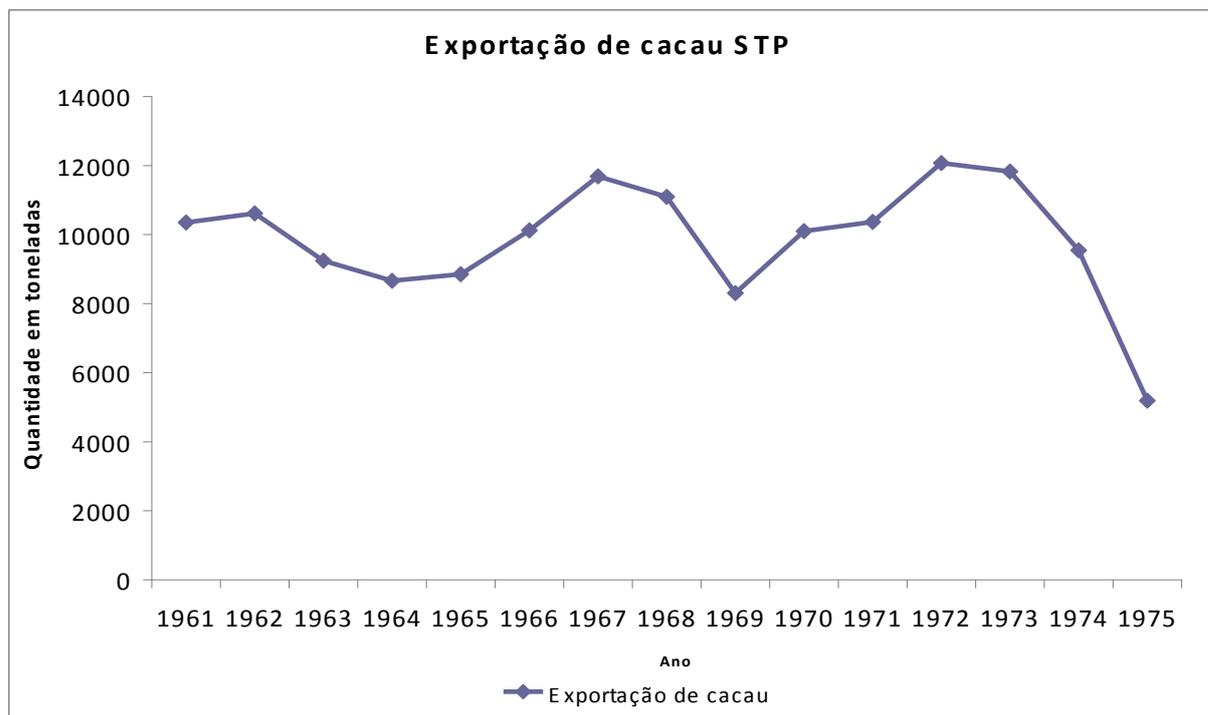


Figura 3(2)- Exportações de Cacau de São Tomé e Príncipe 1961-1975
Fonte: FAO (elaboração própria)

⁸ Antiga colônia portuguesa no litoral do Golfo da Guiné, na África Ocidental, em partes do território do actual Gana.

No ano de 1962 verificou-se um pequeno crescimento das exportações de cacau na ordem de 10610 toneladas. Porém, a partir deste ano, até 1965, as exportações voltaram a diminuir para 8850 toneladas. Já no período de 1965 a 1970, elas se mantiveram num ritmo de crescimento estável, mas registrando uma pequena diminuição no ano de 1969, atingindo o valor de 8302 toneladas. De 1970 a 1972 o ritmo das exportações se manteve crescente. Entretanto, no período de 1973 a 1975, as exportações caíram consideravelmente em São Tomé. Vale ressaltar que em 1975, ano em que São Tomé e Príncipe ascendeu à independência, as exportações de cacau diminuíram na ordem de 50% e a área total de produção fora reduzida para menos de 25000 ha.

A figura 3, abaixo, mostra somente a exportação de cacau no continente africano com a finalidade de se obter informações sobre a exportação deste mesmo produto de São Tomé e Príncipe em relação aos outros países africanos. Cabe salientar que os países representados nessa figura são países que fazem parte do *ranking* dos vinte maiores exportadores de cacau a nível mundial. Neste quadro, São Tomé e Príncipe ocupa, em média, a 12ª posição no período em análise.

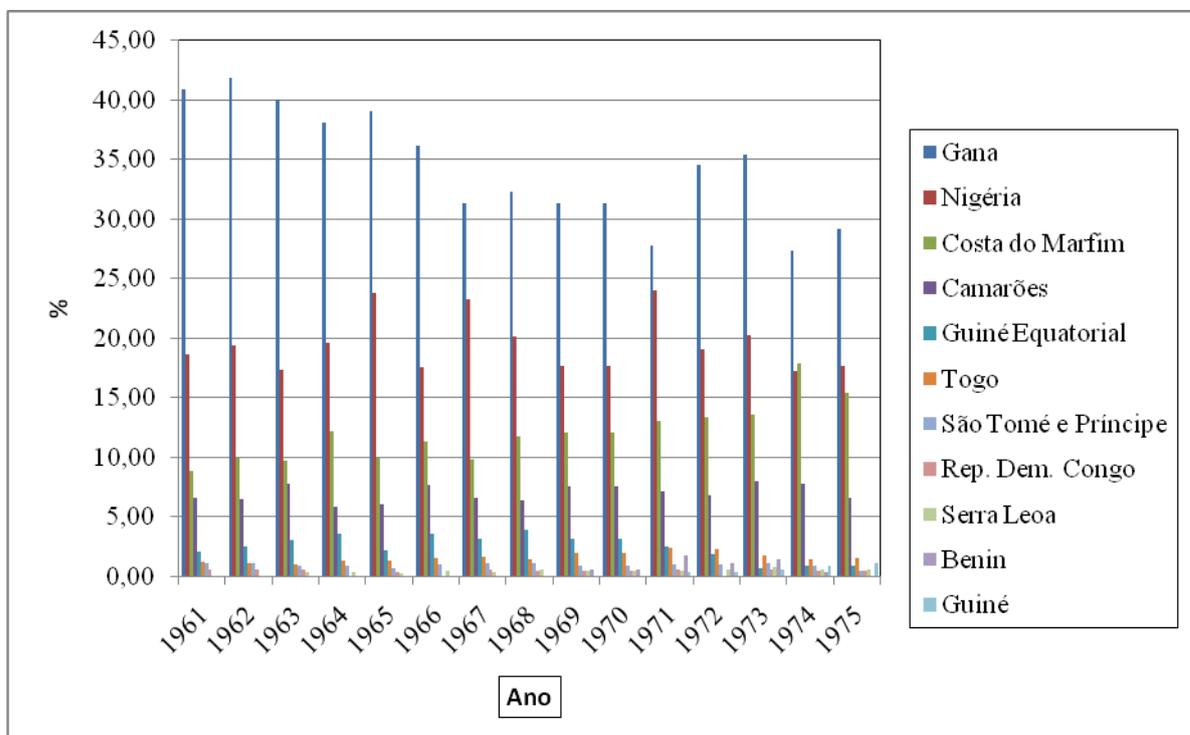


Figura 4(2)- Exportação de cacau dos principais países africanos ao nível mundial
Fonte: FAO, (Elaboração própria)

Conforme observado na figura acima, a exportação de cacau no arquipélago em valores percentuais em relação aos principais exportadores africanos é pouco expressiva tendo em conta que praticamente não se consegue visualizar. Países como Gana, Nigéria, Costa do Marfim e Camarões têm suas participações na exportação de cacau, a nível mundial, bem maiores em relação a São Tomé e Príncipe, que no final do século XVIII e início do século XIX, foi considerado como maior produtor de cacau no mundo.

Nos dois primeiros anos do período em análise (1961 e 1962), São Tomé e Príncipe teve uma participação nas exportações mundiais nos valores de 1,3% a 1,4%, superando alguns países, como no caso da República Democrática do Congo, com 0,50%, Benin e Guiné nem aparecem no ranking dos vinte maiores exportadores de cacau nos dois anos acima referidos. De 1963 a 1966, a participação decresceu, variando entre 0,90% e 0,69%. No ano seguinte, a participação do país voltar a crescer no valor percentual de 1,9. No entanto, até 1975 a participação de São Tomé e Príncipe nas exportações de cacau a nível mundial não sofreu grandes alterações, oscilando de 0,84% a 1,12%, mas atingindo o menor valor percentual no ano de 1975, no valor de 0,47%.

A queda da produção e, conseqüentemente, das exportações do cacau em São Tomé e Príncipe, teve como base diversas causas. Uma delas e que certamente deve ter influenciado de maneira significativa na baixa da produção foi o tipo de mão-de-obra adotado pelos portugueses na segunda colonização. Segundo Seibert (2002), a extinção da escravatura não originou o fim da economia de plantação como ocorreu nas Caraíbas. Entretanto, desencadeou o início da crise baseada na recusa dos nativos e dos ex-escravos de trabalhar nas plantações, por considerarem humilhantes e abaixo do seu estatuto social de homens livres as condições oferecidas pelos portugueses. Deste modo, numa primeira fase, a economia de plantação nas ilhas fora mantida pela contratação de mão-de-obra barata e sob condições desumanas, oriunda de alguns países africanos como Angola, Gabão, Costa do Ouro e Libéria e, posteriormente, a contratação de mão-de-obra vinda exclusivamente de colônias portuguesas em virtude da conferência de Berlim realizada em 1885, na qual África foi dividida em zonas de influência e repartida entre as principais potências da Europa Ocidental.

Por outro lado, os anti-esclavagistas britânicos, movidos por relatórios de missionários ingleses e jornalistas revelando o brutal recrutamento de trabalhadores contratados da Angola, as duras condições de vida e de trabalho nas roças, bem como o fato de que eram raramente repatriados, provocaram uma campanha contra o regime que culminou com um boicote do cacau de São Tomé por William Cadbury de Birmingham e outros fabricantes de chocolate ingleses e alemães no ano de 1909 (SEIBERT, 2002). Assim, supõe-se que a verdadeira razão

do boicote não eram motivos filantrópicos, mas sim a concorrência do cacau da Costa do Ouro. Alguns autores como Tenreiro (1961) e Sousa (1963) alegam que a crise do cacau em São Tomé e Príncipe resulta da estrutura agrária obsoleta em uma sociedade instável e na qual se tornava necessária uma nova revolução agrária.

Em suma, as ilhas de São Tomé e Príncipe foram marcadas por diferentes ciclos de evolução econômica as quais tiveram como base três importantes culturas de exportação: açúcar, café e cacau. Essas três culturas foram suportadas pela mão-de-obra escrava e, posteriormente, pela mão de obra contratada, vinda dos diferentes países africanos. Após a introdução das culturas de açúcar e cacau em séculos diferentes e por razões diversas, São Tomé e Príncipe conseguiu ascender ao nível mundial de maior produtor. No entanto, diversos fatores, a saber: revoltas dos escravos; ataques ingleses, holandeses e franceses; insustentabilidade da mão-de-obra, entre outros, estiveram na base da crise da economia de plantação das ilhas, permanecendo até o período da independência do país.

3 A ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

São Tomé e Príncipe no âmbito político e econômico durante o regime colonial não conheceu um modelo descentralizado e abrangente, mas sim, um sistema concentrado e limitado às regiões litorais, devido à fraca penetração dos colonos portugueses no interior do país. A economia do país dependia fortemente da agricultura, tendo como principal produto de exportação o cacau e sendo sustentada sob o regime escravocrata ou de contrato de trabalho, o que contribuiu para a prosperidade econômica das ilhas e posteriormente entrou em decadência devido ao sistema de mão de obra existente e à redução do preço do cacau no mercado internacional após a segunda guerra mundial.

Após quase cinco séculos sob o domínio político e econômico português, o país ascendeu à independência em 12 de Julho de 1975, herdando uma economia baseada na monocultura do cacau para a exportação, uma base de produção envelhecida e uma considerável falta de mão de obra qualificada. Na tentativa de solucionar a situação que o país atravessava após a partida dos portugueses, o governo agendou no seu primeiro programa de desenvolvimento a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da pesca industrial, bem como o desenvolvimento do turismo. Com relação à agricultura, o governo influenciado pelas idéias socialistas, optou pelo modelo de gestão centralizado da economia, nacionalizando as empresas agrícolas e estruturando-as em 15 empresas estatais. Já com relação aos outros setores da economia, como secundário e terciário, diversas ações foram desencadeadas pelo governo.

No setor secundário, além de algumas unidades de produção existentes no período colonial, foram criadas algumas unidades e companhias de prestação de serviços. Porém, de acordo com o Ministério de Plano e Finanças (1998), a ausência de uma política coerente de desenvolvimento industrial, a degradação de infra-estruturas, a pouca tradição industrial, a falta de financiamentos, débil qualificação de força de trabalho, fraco nível de desenvolvimento das tecnologias de transformação, ausência de Know How, reduzida dimensão do mercado nacional e outros, constituíram os principais entraves ao desenvolvimento industrial.

No setor terciário, foi criada uma rede de comércio a retalho, denominada de “lojas do povo”, onde eram comercializados artigos de primeira necessidade a preços subsidiados a fim de aliviar o custo de vida da população. Posteriormente, foram nacionalizadas as importações e as exportações. No setor financeiro, a filial local do Banco Nacional Ultramarino (BNU) fora transformada no Banco Nacional de São Tomé e Príncipe (BNSTP) onde servia como Banco Central, Caixa de Poupança e Banco Comercial. Posteriormente, deu-se a criação da moeda nacional (dobra), ligada aos Direitos de Saques Especiais (DSE) do Fundo Monetário Internacional.

De acordo com Seibert (2002), a maior parte desses investimentos feitos pelo estado santomense foi muito ambiciosa e mal gerida, causando prejuízos e agravando paulatinamente as finanças públicas do país. Para além da má gestão e várias deficiências verificadas nas empresas públicas, muitas delas foram prejudicadas por práticas fraudulentas dos próprios gestores. Diante dessas situações, o país mergulhou profundamente nos desequilíbrios econômicos e financeiros.

Ao fracassar o modelo econômico baseado no planejamento centralizado nos primeiros anos pós-independência, o aumento da dívida externa e da pobreza forçou a abertura econômica e o conseqüente abandono do modelo socialista. Este foi o marco da passagem ao capitalismo, com a adoção do primeiro Programa de Ajustamento Estrutural apoiado pelas instituições financeiras internacionais, quais sejam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A segunda parte desse estudo adota uma perspectiva da teoria macroeconômica para analisar e interpretar a evolução econômica de São Tomé e Príncipe no período pós-colonial baseada no modelo keynesiano, segundo o qual o produto (Y) é determinado, parcial ou integralmente, pela demanda agregada (Y_d), que é, por sua vez, igual a $C + I + G + (X - M)$, o que poderá orientar sobre uma explicação do crescimento econômico do país. Vale ressaltar que na ausência de dados completos sobre a economia do país no período colonial, a primeira parte do estudo adotou uma perspectiva de mera descrição de fatos econômicos nesse período.

O modelo acima mencionado permite examinar as variações tanto de curto como de longo prazo do produto interno bruto, ou seja, a taxa de crescimento econômico de São Tomé e Príncipe e possivelmente obter uma explicação das maiores ou menores taxas de crescimento do PIB. Essa explicação deve ser procurada nos componentes da procura agregada, como consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e exportações líquidas ($X-M$). Assim sendo, passa-se sem mais delonga para a análise da evolução do PIB.

3.1 Evolução do PIB

A economia de São Tomé e Príncipe é considerada uma das menores economias do continente africano, com um mercado doméstico pequeno onde a economia de escala é desfavorável. Além disso, essa economia é muito vulnerável a fatores exógenos e marcada por forte dependência do exterior, com um alto custo de transporte derivado do isolamento geográfico do país.

No quadro da classificação da economia global definido pelo Banco Mundial, a economia de São Tomé e Príncipe se insere nas categorias de economias de baixa renda, com o produto interno bruto estimado no valor de 89,2 milhões de dólares, correspondente a de 10 % do PIB da África Subsaariana, e com um PIB per capita de 440 USD (FMI, 2005).

Examinando o PIB real de São Tomé e Príncipe, pode-se observar que, durante o período em análise, o seu comportamento tem-se evidenciado muito instável, com expressivas flutuações e seguindo a tendência de muitos dos países da África Subsaariana, tal como demonstrado na figura 5.

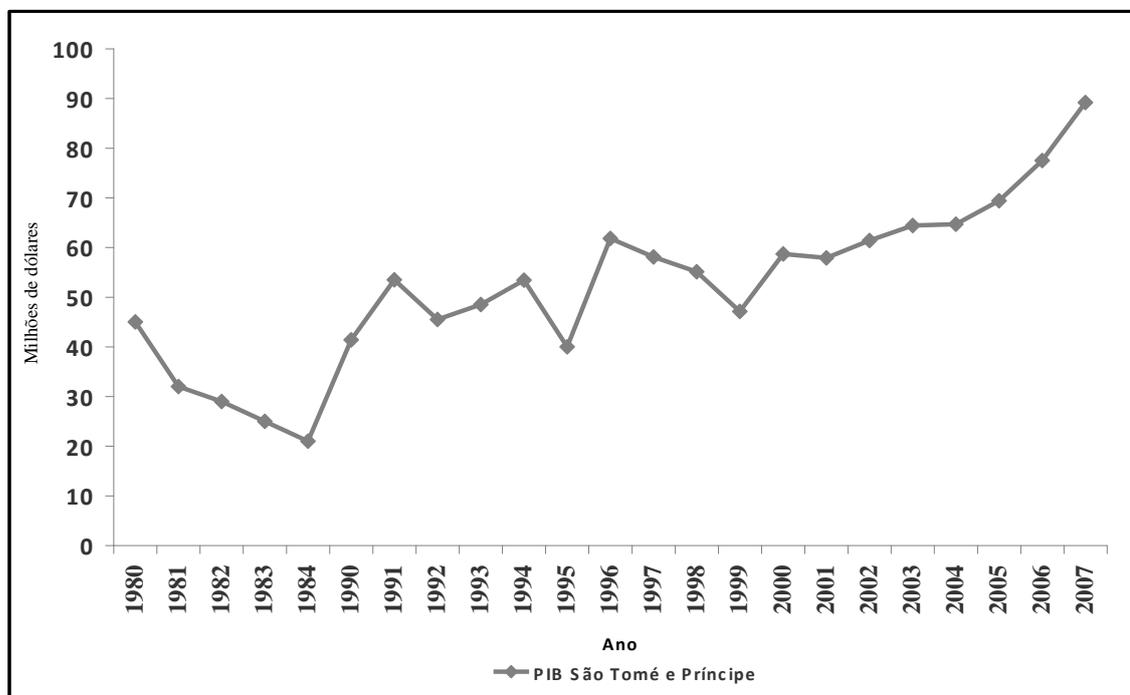


Figura 5(3) – Evolução do PIB a preços constantes (milhões de dólares)

Fonte: INE, FMI (elaboração própria)

A figura 5 mostra a evolução do produto interno bruto real de São Tomé e Príncipe no período de 1980 a 2007. A priori, a intenção era analisar a evolução do PIB real do país no

período compreendido entre 1975 a 2007. No entanto, na ausência de dados, a disparidade dos dados existentes e a divergência entre as fontes consultadas, não permite fazê-lo. Não obstante essa ressalva, com os dados obtidos pode-se fazer um conjunto de observações sobre a evolução do PIB e o perfil do desempenho econômico do país durante o período acima mencionado. Desta forma, dividiu-se o trabalho, ou melhor, o período em análise, em duas fases. A primeira fase do estudo vai de 1980 a 1990 e a segunda etapa inicia de 1990 até o ano de 2007.

No período de 1980 a 1990, o país ainda sob a influência ideológica Marxista, com uma política econômica socialista, um modelo de gestão centralizado da economia, em que o Estado detinha o monopólio, o PIB de São Tomé e Príncipe teve um comportamento declinante. Alguns autores atribuem o mau desempenho da economia nesse período ao modelo adotado pelo governo, além da má gestão. Segundo o Banco Mundial (1985), a partir de 1980, a economia do país entrou em declínio e a perspectiva futura para o seu crescimento era incerta. Porém, paradoxalmente, neste mesmo ano o PIB real atingiu o valor de US\$ 45 milhões de dólares e a um PIB per capita de 480 USD, que segundo o Banco Mundial derivou do alto preço do principal produto de exportação do país, o cacau.

Entre os anos de 1980 e 1983 o PIB foi estimado com um declínio de 50% como consequência do impacto dos baixos preços e da redução do volume de exportação dos produtos de São Tomé e Príncipe, mais concretamente o cacau. Além disso, o declínio está associado à má gestão das empresas estatais, sendo o PIB real per capita estimado em 1983 no valor de US\$ 240 e US\$200 no ano seguinte (Banco Mundial, 1985). Vale ressaltar que a crise econômica que se iniciou no ano de 1980 foi-se agravando paulatinamente, culminando com uma seca no país (1982 e 1983) derivada da acentuada baixa de receitas e falta de meios por parte do governo para importar gêneros alimentícios de forma regular e atempada, enquanto que no plano interno se constatava uma grande baixa de produção alimentar.

Em face desse conjunto de situações em que estava mergulhada a economia do país, a evolução do PIB mostrou-se flutuante, assim como em alguns países denominados de pequenos Estados Insulares do qual São Tomé e Príncipe faz parte, tal como pode ser observado na figura 6.

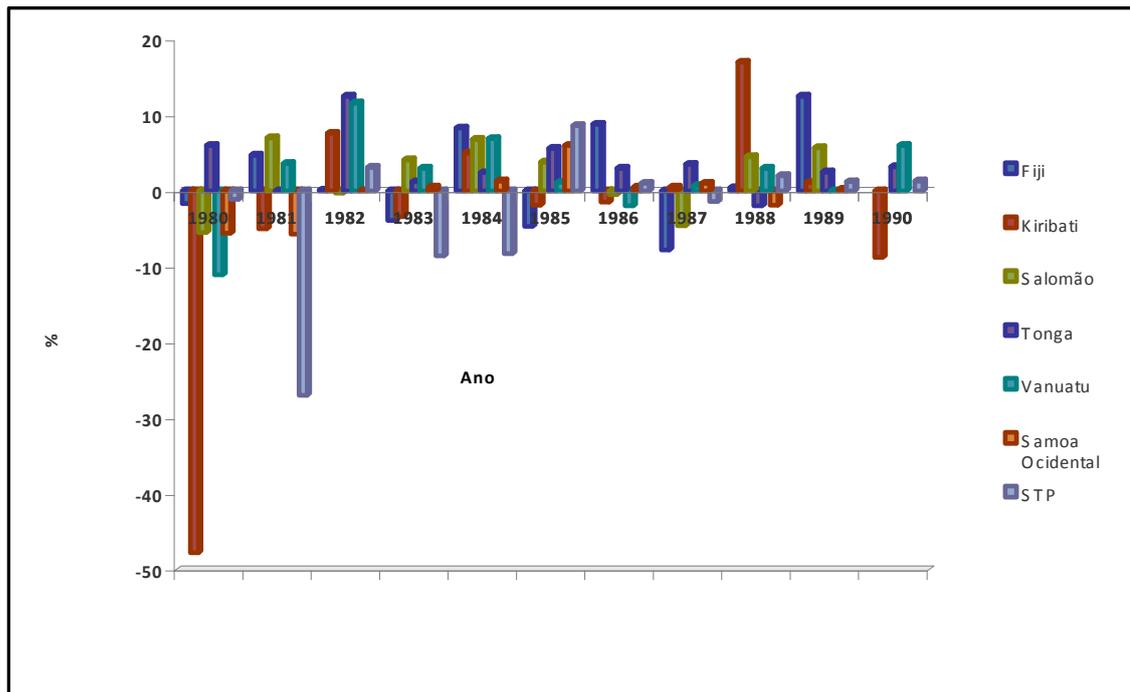


Figura6(3)- Taxa de crescimento do PIB real dos pequenos estados insulares
Fonte: Banco mundial (Elaboração própria)

Conseqüentemente, de 1980 a 1987 observou-se um crescimento econômico negativo de -4,2%. Já no período compreendido entre 1988-1990, a taxa de crescimento do PIB foi positiva, embora sendo baixa e não acompanhando o ritmo do crescimento da população, que era de 2%. Vale salientar que o crescimento nesses dois anos foi supostamente resultado de medidas de liberalização econômica no ano de 1985 com vista a atrair investimentos estrangeiros e reverter o declínio econômico, e das reformas econômicas no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que teve o seu início no ano de 1987(Banco Mundial, vol.II 1993).

De acordo com o Ministério de Plano e Finanças (1998), o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) implementado pelo governo santomense com assistência técnica e financeira das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e o FMI) e dos países doadores, tinha como propósito a estabilização macroeconômica, a realização de reformas estruturais, a melhoria da gestão do sector público e a reforma do sistema financeiro, em face ao grave desequilíbrio macroeconômico que caracterizava a economia do país.

Na tentativa de estabilização macroeconômica, numa primeira fase do programa iniciado em 1987 a 1989, algumas medidas como de natureza cambial, fiscal e monetária foram implementadas pelo governo santomense. As medidas de natureza monetária tinham como objetivo impedir a expansão da massa monetária e promover a reorientação do crédito

interno à economia, definindo o volume do mesmo por parte do Governo e a concessão de créditos ao sector privado. Enquanto isso, as iniciativas de natureza cambial e fiscal objetivavam o estabelecimento de uma política de cambio mais flexível, ajustando a taxa de cambio da moeda local (dobra) ao seu valor real e promovendo a redução do déficit orçamentário global, além da implantação de uma reforma fiscal a fim de permitir uma melhor arrecadação de receitas.

Na segunda fase do programa (1990-93), o objetivo era melhorar os incentivos suscetíveis de promover o aumento do nível de vida da população de bens comerciáveis, sendo estabelecidas como metas: reforma do sistema financeiro, melhoria da gestão da dívida externa, melhoramento da gestão do setor público e proteção dos grupos sociais mais vulneráveis ao impacto do programa.

Já na terceira fase do programa (1994-96) se objetivava a continuação da estabilização macroeconômica, eliminando progressivamente os desequilíbrios financeiros externos e internos no âmbito do crescimento econômico, proporcionando a melhoria do nível de vida das populações e a gestão racional do meio ambiente.

Comparando com as economias dos países designados pelo Banco Mundial como pequenos Estados insulares dos quais São Tomé e Príncipe faz parte (figura nº 6), no período de 1980 a 1990, pode-se afirmar que mesmo com a implementação do PAE (iniciado ano de 1987), a economia de São Tomé e Príncipe teve o pior desempenho, com um crescimento médio de -0,6% e o PNB per capita no valor de USD 340, considerado o mais baixo no ano de 1989 (tabela A-5 em anexo). Em relação a esse fraco desempenho, Sachs e Warner (1997), no seu trabalho empírico sobre as origens de crescimento lento nas economias africanas, atribuem essa desaceleração ao que eles denominaram de políticas de medidas econômicas, além de condições iniciais, demografia e geografia física. Portanto, sendo São Tomé e Príncipe um dos países da África Subsaariana, provavelmente a economia do país sofreu algum desses efeitos. Já o Banco Mundial (1993 Vol. I) atribui o mau desempenho econômico ao domínio do setor público em todos os setores da economia, aumentando o impacto do programa fiscal do governo ao longo dos anos. Por outro lado, a política expansionista do governo durante a década de 80 enfraqueceu a posição financeira do país resultante da combinação entre baixa receita e aumento das despesas. Desta forma, o total das receitas diminuiu, em média, de 34,4% do PIB de 1985-89 para 30% no ano de 1990.

No ano de 1990, início da segunda fase do PAE, o FMI e o Banco Mundial elaboraram um amplo programa de desenvolvimento econômico a fim de inverter a situação de declínio econômico verificada na década de 80 e fomentar o crescimento econômico baseado numa

política macroeconômica estável. Paralelamente, neste ano iniciou-se a liberalização econômica no país e instalou-se o multipartidarismo, culminando com as primeiras eleições presidenciais e legislativas, certamente caracterizando-se como condições indispensáveis para o fomento do desenvolvimento econômico. Porém, o crescimento do PIB foi modesto nos três primeiros anos, atingindo 1,5% e estando em contraste com a taxa de crescimento da população, que crescia a 2,5%. De acordo com o Banco Mundial (1993, Vol. I), na década de 90 previa-se um crescimento anual de 3,9% baseando-se na política de estabilização do preço dos produtos no mercado em curso, nas altas taxas de investimento, no aumento da taxa de crescimento das exportações e na elevação da taxa de produção doméstica. No entanto, algumas reformas não foram implementadas nos primeiros anos da segunda fase do PAE devido à conjuntura política⁹ no país, o que provavelmente comprometeu o crescimento previsto.

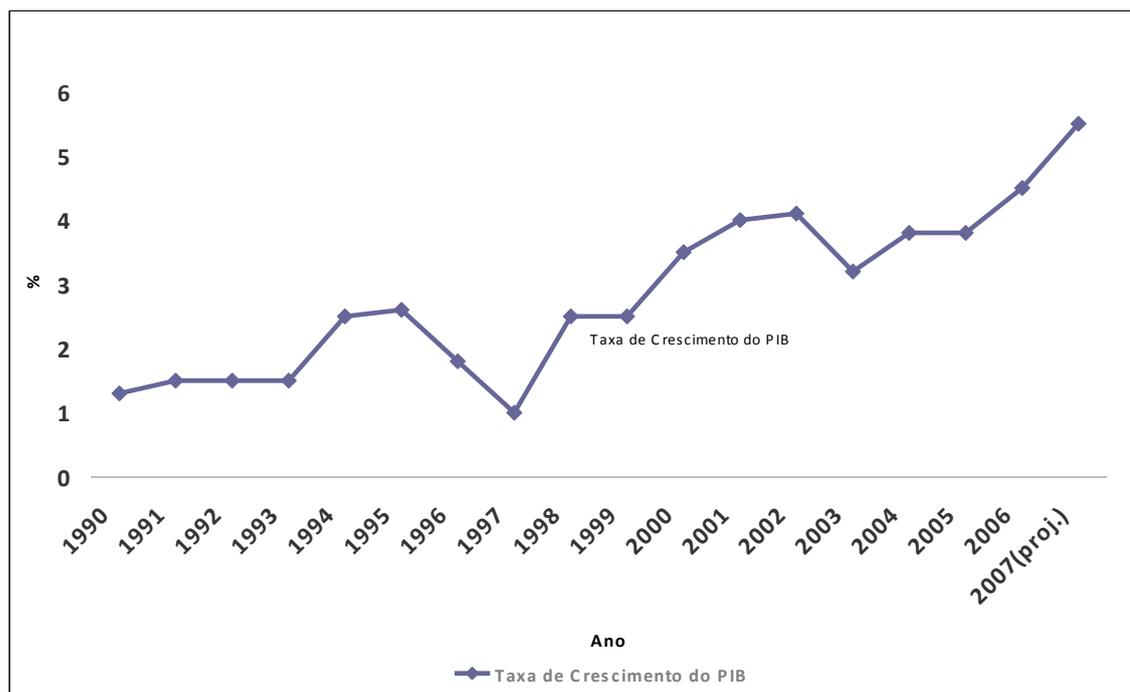


Figura 7(3) – Taxa de crescimento do PIB (1990-2007)
Fonte: INE, Banco Central (elaboração própria)

Depois de um crescimento tímido do PIB real nos três primeiros anos da década de 90, no ano de 1994 a 1996, considerado como terceira e última fase do PAE, o comportamento do PIB apresentou-se de forma instável (figura 5), com uma taxa de 2,5% e tendo se reduzido para 1,8% no ano de 1996, como se pode observar na figura 6.

⁹ Refere-se à instabilidade política que fez sentir no país no início da década de 90, após as primeiras eleições multipartidárias.

Entre 1997-1998, o dinamismo da economia santomense se reduziu de forma considerável (figura 6), supostamente originado pela subida da taxa de inflação em 80,5%. Todavia, no período de 1998-99 foi implantada uma série de reformas estruturais e institucionais com o apoio do Banco Mundial e do FMI de forma a recuperar o desempenho macroeconômico e, ao mesmo tempo, minimizar incertezas sobre as eleições que tiveram lugar entre 2001-02. Como resultados dessas reformas, associados ao aumento do preço do cacau no mercado mundial e ao crescimento do sub-setor do turismo e da construção civil, o desempenho econômico melhorou e, desse modo, tornou a economia mais estável, principalmente no ano 2000. A partir de 2001, a economia santomense entra num ritmo de aceleração, com uma taxa de crescimento de 4% e ultrapassando o ritmo de crescimento da população.

Já no ano de 2003-2005, o crescimento real do PIB registrou uma ligeira diminuição da ordem de 3,8%, explicada, segundo o Banco Mundial (2005), pela não materialização do esperado aumento das atividades petrolíferas no ano de 2004 descoberto nos anos 90, o que resultou em grande déficit fiscal. Por outro lado, essa diminuição se deu como resposta ao aperto às políticas financeiras sob o programa do FMI de Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) acordado em 2003 com o objetivo de restabelecer as condições para um alto e sustentado crescimento econômico em médio prazo. Não obstante a justificativa do Banco Mundial sobre a expectativa das atividades petrolíferas que não foram concretizadas, contrariamente ao ano de 2005, no qual o comportamento da economia do país não apresentou alterações em relação ao ano precedente, registrou-se a entrada do primeiro bônus de petróleo no país, de acordo com o Banco de Portugal (2007).

De 2006 a 2007, São Tomé e Príncipe entra num contexto de crescimento econômico mais acentuado, tendo o crescimento anual do PIB aumentado mais ainda em relação aos anos precedentes, alcançando 4,5% em 2006 e 5,5% em 2007. Segundo o FMI (2008 b), as atividades econômicas melhoraram consideravelmente no ano de 2006, conduzidas principalmente pelos setores de serviço e construções, muito embora a economia do país estivesse vulnerável aos fatores econômicos internacionais, principalmente à subida do preço do petróleo e à diminuição do preço do cacau no mercado mundial. Por conseguinte, neste mesmo ano a inflação aumentou para 24,6% em comparação com o ano de 2005, que era de 17,2%, sendo resultado temporário de fatores exógenos como crescimento fiscal e monetário, nomeadamente o reajuste nos preços dos combustíveis e grande afluência de capital privado inesperado, além de ser decorrente da acumulação de títulos estrangeiros e também de

algumas despesas fiscais não planejadas relacionadas com as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas de 2005.

Em 2007, as atividades econômicas continuaram robustas, seguindo o mesmo ritmo de evolução positiva de 2006. Para o FMI (2008 a), o crescimento no referido ano foi conduzido pelos investimentos estrangeiros no turismo relacionado com os setores de construção e serviços. Ainda com relação a esses setores que contribuíram para o crescimento do PIB em 2007, o Banco Central (2007, p. 5) relata que, “ao contrário das esperanças que ainda se depositam no setor primário, o crescimento da economia não depende das exportações, uma vez que São Tomé e Príncipe tem vivido déficits na Balança Comercial”. Além disso, enfatiza que dificilmente poderá se falar do crescimento econômico sustentado se não houver um bom desempenho das exportações.

Por outro lado, a inflação, que era de 24,6% no ano anterior (2006), sofreu uma redução significativa para 14% como resultado dos esforços das autoridades em reduzir os desequilíbrios fiscais no orçamento de 2007 e manter o crescimento líquido. Vale ressaltar que esse ritmo de crescimento teve a contribuição dos sub-setores de construção, turismo e outros serviços, sustentados por investimentos públicos e privados, ou seja, foi mais impulsionado pela procura interna. Importa realçar que o citado crescimento econômico não contou com a contribuição do setor exportador de bens, como o cacau, que registrou no período uma diminuição, apesar do aumento do seu preço no mercado internacional.

3.2 Trajetória do PIB per capita

O PIB per capita representa um dos indicadores macroeconômicos disponíveis na mensuração da dinâmica de uma economia. Particularmente, esse indicador serve para analisar a qualidade de vida da população de um país ou de uma região. Essa análise da qualidade de vida da população é expressa com base na renda que cada cidadão de uma nação, de um país ou de uma região obteria caso houvesse uma distribuição equitativa dessa renda. É definido como valor total do PIB de um país ou de uma região num determinado ano, dividido pelo número de população nesse determinado ano.

O PIB per capita é um indicador um pouco controverso na obtenção de uma avaliação mais precisa do bem estar econômico desfrutado por uma população, na medida em que existem países que têm um PIB elevado por serem grandes; entretanto, o seu PIB per capita pode resultar baixo tendo em conta que a renda total é dividida por um grande número de

habitantes, no caso da Índia e da China. Por outro lado, países como a Noruega e a Dinamarca têm um PIB moderado, mas este pode ser considerado suficiente para assegurar uma excelente qualidade de vida aos seus habitantes. Colman e Nixon (1981) alegam que é difícil esclarecer as questões que envolvem o desenvolvimento, mas defendem que o indicador de renda per capita é o mais eficaz para medir o nível de desenvolvimento alcançado por uma região ou por um país. Eles afirmam também que o PIB *per capita*, embora apresente algumas fraquezas, constitui a medida mais abrangente, difundida e conveniente dentre os indicadores de níveis de desenvolvimento, pois os indicadores econômicos e sociais são altamente correlacionados com o nível do PIB *per capita*. De igual modo, Dorchnbus e Fischer (1992) defendem que a taxa de crescimento do PIB per capita é considerada um dos indicadores macroeconômicos mais importantes na medida em que permite mensurar o desempenho de uma economia em longo prazo. Após estas breves observações conceituais sobre o PIB per capita faz-se necessário avançar, sem delongas, na análise da trajetória desse indicador no período compreendido entre 1990-2007.

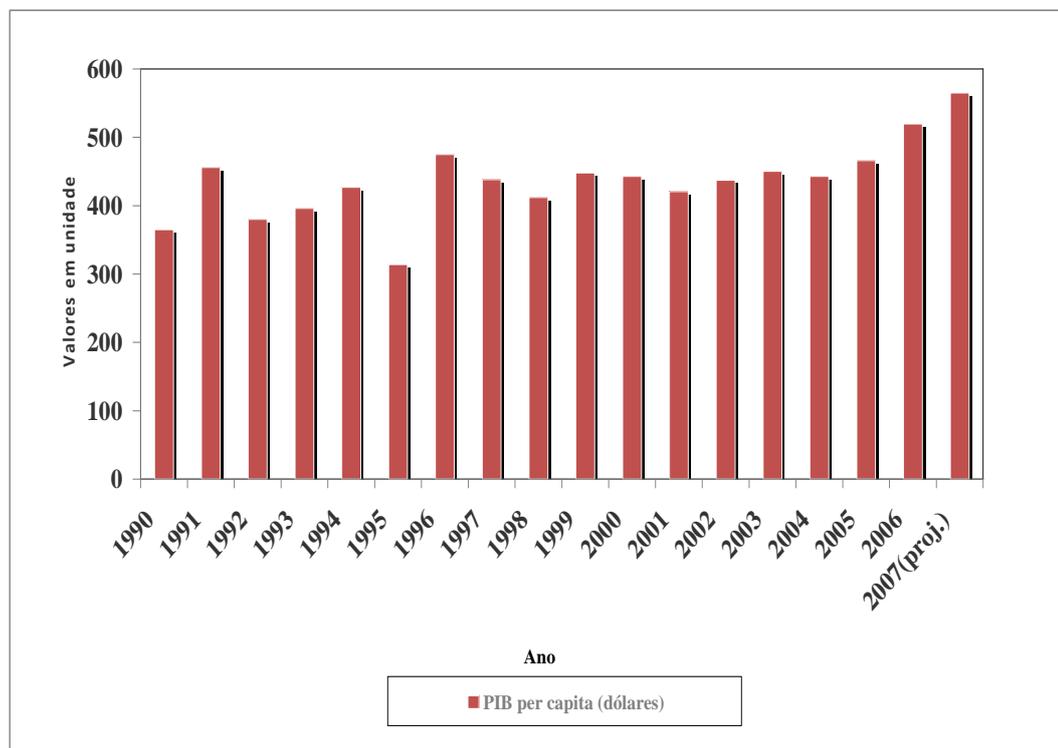


Figura 8(3)- PIB per Capita de São Tomé e Príncipe (1990-2007)
Fonte: INE, Banco Central (Elaboração própria)

Conforme evidencia a figura 8, durante a década 90 o PIB per capita de São Tomé e Príncipe se caracterizou por um comportamento de quase estagnação e com diversas

flutuações. Paralelamente a isso, nessa mesma década estava em curso o programa de ajustamento estrutural, com o qual registrou-se alguma melhoria no crescimento real do PIB, tendo atingido o valor de 2,01%. Entretanto, isso não se traduziu num aumento do PIB per capita, cujo crescimento médio atingiu o valor negativo de -1,09%. Segundo o Banco Mundial (2004), São Tomé e Príncipe, sendo um pequeno estado (ilha), tende a experimentar um alto grau de volatilidade do crescimento do PIB per capita em comparação com as grandes economias. Isso se evidencia na medida em que numa amostra de 111 pequenos e grandes estados, o país atingiu o 17º lugar, com um índice de volatilidade de 7,69. Essa volatilidade está enraizada na longa dependência do único produto de exportação (cacau) com alta volatilidade de preço, expondo a economia do país a flutuações comerciais associadas a fatores como déficit crônico da conta corrente e crise orçamental, aumentando, assim, a pobreza quando os preços se elevam. Por outro lado, alguns autores argumentam sobre o impacto das políticas de austeridade econômica no quadro dos esforços de ajustamento estrutural a que foram submetidas algumas economias na segunda metade dos anos 80. Ao restringir ou reduzir o emprego, baixar os níveis salariais e conter as despesas do estado nos sectores sociais, essas políticas contribuíram para o aumento da pobreza.

Ao contrário do que se registrou no período anterior, o PIB per capita se caracterizou por uma trajetória ascendente no período compreendido entre 2000 e 2007. Nesse período, o crescimento médio anual real do Produto Interno Bruto e o crescimento médio anual do PIB per capita estiveram quase em paralelo. De acordo com os dados obtidos no relatório da Africa Development indicators (2007), as taxas de crescimento médio do PIB per capita e de crescimento médio do PIB entre 2003 e 2007, foram de 3,6% e 4,16%, respectivamente. Portanto, nesse período o crescimento do PIB per capita foi positivo. Por outro lado, comparando os valores observados em São Tomé e Príncipe durante o período e os da África Subsaariana (em média USD 533,00 per capita), conclui-se que São Tomé e Príncipe não se distancia muito desse valor.

3.3 Produto Interno Bruto Setorial

Em relação à participação dos três grandes setores no PIB de São Tomé e Príncipe, observa-se que tem apresentado poucas oscilações ao longo do período em análise. A análise da figura 7 permite-nos visualizar o que ocorre num país como São Tomé e Príncipe, predominantemente agrícola ao longo da sua história. Nele, o setor primário (cacau) tem sido

a principal fonte de exportação e o terciário tem-se apresentado de uma forma excessiva, em contraste com o setor secundário, o qual indica uma participação muito reduzida no PIB.

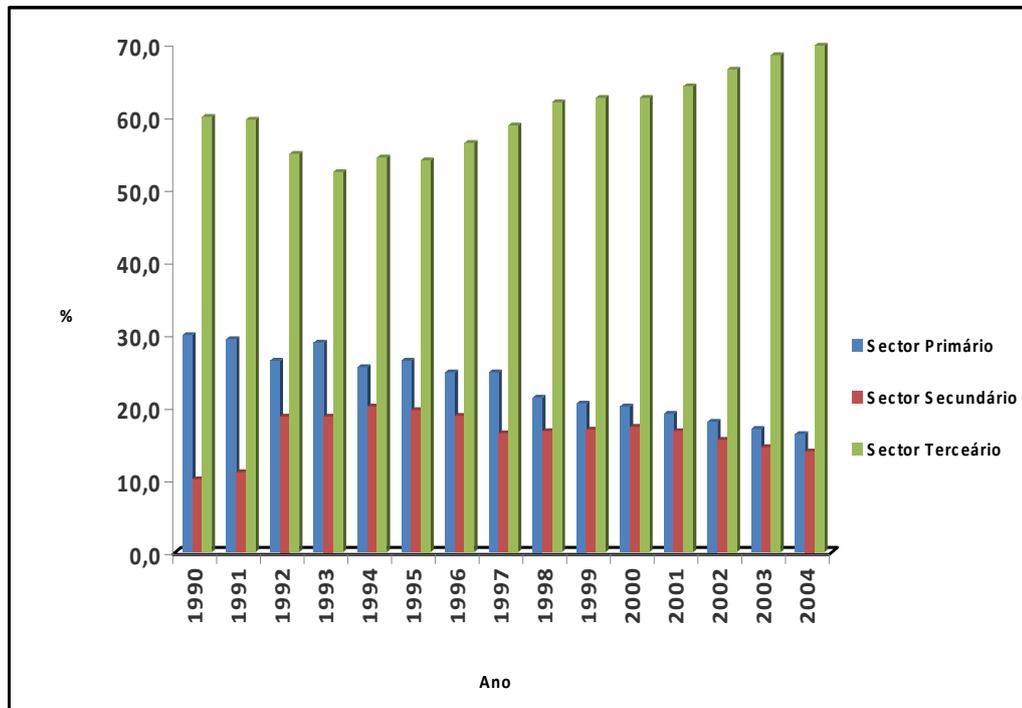


Figura9(3)- Participação Setorial no PIB de STP (1990 – 2004)
Fonte: INE, Banco de Portugal (elaboração própria)

De acordo com a figura 9, o peso dos três sectores no PIB sofreu evolução diferenciada e as suas participações foram desiguais durante o período em análise. São Tomé e Príncipe tem sido considerado ao longo de vários anos como um país fortemente agrícola, certamente dominado pelo setor primário. No entanto, a partir dos anos 90 verifica-se uma mudança de cenário, onde este setor perde o seu domínio para o terciário, tendo a sua participação no PIB de 29,9% contra 60% do setor terciário.

A partir de 1998 a situação tem sido dramática para o setor primário, visto que a sua participação no PIB tem vindo a diminuir paulatinamente, diminuindo de 21,3% para 16,3% em 2004. A razão dessa diminuição do PIB ao longo desse período provavelmente deve-se à queda do preço do principal produto de exportação da economia santomense (cacau) a nível mundial e à diminuição da produção (redução de 4759 toneladas no ano de 1991 para 2883 em 2000). Esta causada pelo ataque de praga do rubrocintus e pelo abate indiscriminado das árvores de sombreamento. Diante desse contexto, o Estado santomense implantou o processo de reforma no setor agrícola, que visava à diversificação da produção, ao aumento de renda

dos pequenos agricultores e à diminuição dos encargos públicos com as empresas públicas agrícolas, iniciada em 1992.

De acordo com o Banco Mundial (1994) a infra-estrutura em parte determina o sucesso ou o insucesso de um país em matéria de diversificação da produção, da expansão do comércio, da gestão do crescimento demográfico, da redução da pobreza ou da melhoria das condições de trabalho. Uma boa infra-estrutura induz a um aumento da produtividade e à redução dos custos de produção, mas deve processar-se rapidamente para gerar crescimento. Em São Tomé e Príncipe, após a partida dos portugueses, as infra-estruturas sociais e produtivas estavam no estado degradante, o que possivelmente deve ter contribuído para o insucesso da diversificação da produção no país. Por outro lado, no mesmo ano, o estado santomense assinou acordo de crédito com a Associação Internacional para o Desenvolvimento a fim de financiar o programa de privatização agrícola e o desenvolvimento das pequenas propriedades no quadro da política de privatização das propriedades estatais. Assim sendo, no ano de 2000 distribuiu-se em torno de 18985 hectares de terra, beneficiando 7000 famílias (PNUD, 2003).

Já no ano de 1994 surgiu a agência Francesa Geomar, tentando implementar o Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar (PNAPAF) tendo em vista a diversificação das produções destinadas à exportação como forma de estimular o mercado. Este programa, que posteriormente se inseriu no programa do Banco Mundial, elaborado pelas autoridades locais e os financiadores, tinha como objetivo de dar resposta às questões inerentes à economia deste pequeno país, identificando os produtos que poderiam ser exportados aos mercados regionais e internacionais e verificar a sua receptividade (BRITO 2004). Tanto o processo de reforma agrícola implantado pelo governo santomense como o Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar (PNAPAF), implementado pela agência Francesa Geomar, tiveram resultados positivos por um lado e, por outro, não apresentaram viabilidade necessária para sua continuidade.

A aplicação do programa de distribuição de terra fez aumentar a produção de culturas alimentares e melhorou a situação das famílias que se beneficiaram com a distribuição de terra. No entanto, a saturação do mercado interno e falta de infra-estruturas para sua exportação não contribuíram para o aumento de renda dos pequenos agricultores. O Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar (PNAPAF) trouxe como resultado, numa primeira fase, a diversificação da produção para exportação em quatro tipos de produtos, tais como: produtos frescos destinados à República Gabonesa, outros mercados regionais e mercado local; o café e o cacau biológico sem utilização de produtos químicos e

secos no secador solar; flores exóticas ornamentais destinadas ao mercado Europeu (Portugal e Holanda); produtos derivados de noz de coco, que contavam com o apoio da União Europeia. Não obstante, a inexistência de ligações regulares e infra-estrutura adequada para o escoamento dos produtos dificultaram a continuidade do projeto.

A pesca, sendo outro sub-setor do setor primário, ao longo do período em análise, não tem contribuído significativamente para o PIB santomense. A sua participação no ano de 1990 era de 4,1%, se reduzindo para 2,8% em 1994. Essa mesma percentagem tem-se mantido até o ano de 1996. A partir de 1997, sofreu ligeira subida para 3%, se mantendo nesta proporção até o fim do período em análise (2004). De acordo com o PNUD (1998), cerca de 90% da pesca praticada em São Tomé e Príncipe é artesanal, feita por pequenas embarcações de forma a garantir a subsistência da população e sendo responsável por 85% da proteína animal consumida no país. Por outro lado, a pesca industrial é efetuada no âmbito de acordos de pescas na zona econômica exclusiva. Desta forma, esse sub-setor teve pouca participação ao longo do período em análise.

O setor secundário é o setor que menos peso teve no PIB santomense, contribuindo com 10% no ano de 1990 e tendo sofrido um acréscimo de 20% em 1994. A partir de 1995, a participação desse setor no PIB decresce gradualmente, passando de 19,6% para 13,9% no ano de 2004. Cabe salientar que as atividades industriais permanecem pouco expressivas no setor secundário, destacando-se: a indústria alimentar (refrigerantes, cerveja, panificação e produção artesanal de algumas bebidas alcoólicas), a de transformação de madeiras (produção de móveis, construção de pequenas embarcações), as confecções (saponificação) e a produção energética (pequenas centrais hidroelétricas e térmicas). Em contrapartida, as atividades de construção civil têm se revelado cada vez mais significativas ao longo dos anos.

No que tange ao setor terciário, foi sem dúvidas o setor que mais contribuiu para o PIB de São Tomé e Príncipe. Em 1990, o seu contributo era de 60%, tendo registrado três anos depois uma descida para 52%. A partir do ano de 1994, verificou-se um acréscimo no valor de 54%, aumentando gradativamente ao longo dos anos subsequentes e tendo atingido 69,8% no fim do período em análise.

A participação significativa desse setor no PIB de São Tomé e Príncipe justifica-se pela liberalização da economia e devido à implementação, pelo estado santomense, de políticas de privatização. Como resultado, o comércio e os serviços têm registrado maiores investimentos. De acordo com o PNUD (1998b), o sector informal na economia de São Tomé e Príncipe tem se expandido e incrementado, dadas as dificuldades estruturais internas para solucionar o desemprego crescente, a falta de organização e de modernização do meio

empresarial, bem como a incapacidade estatal de apresentar soluções microeconômicas viáveis. A informalidade passou a ser a tônica dominante da economia, principalmente no que diz respeito às redes de abastecimento do mercado interno de bens de consumo e aos postos de venda.

Em síntese, durante o período estudado, os três grandes setores do PIB têm evoluído de forma diferenciada. O setor primário, que em determinado tempo dominou a economia de um país de tradição agrícola, perdeu a sua posição para o terciário. E o setor secundário, que não teve o seu desenvolvimento estimulado desde o período colonial, tem sido o setor que menos evoluiu ao longo do período em análise.

3.4 PIB de São Tomé e Príncipe x PIB da África Subsaariana

A figura 10 mostra a evolução dos produtos internos brutos nominais de São Tomé e Príncipe e da África Subsaariana de 1980 a 2006, sendo esta a região onde São Tomé e Príncipe se localiza geograficamente.

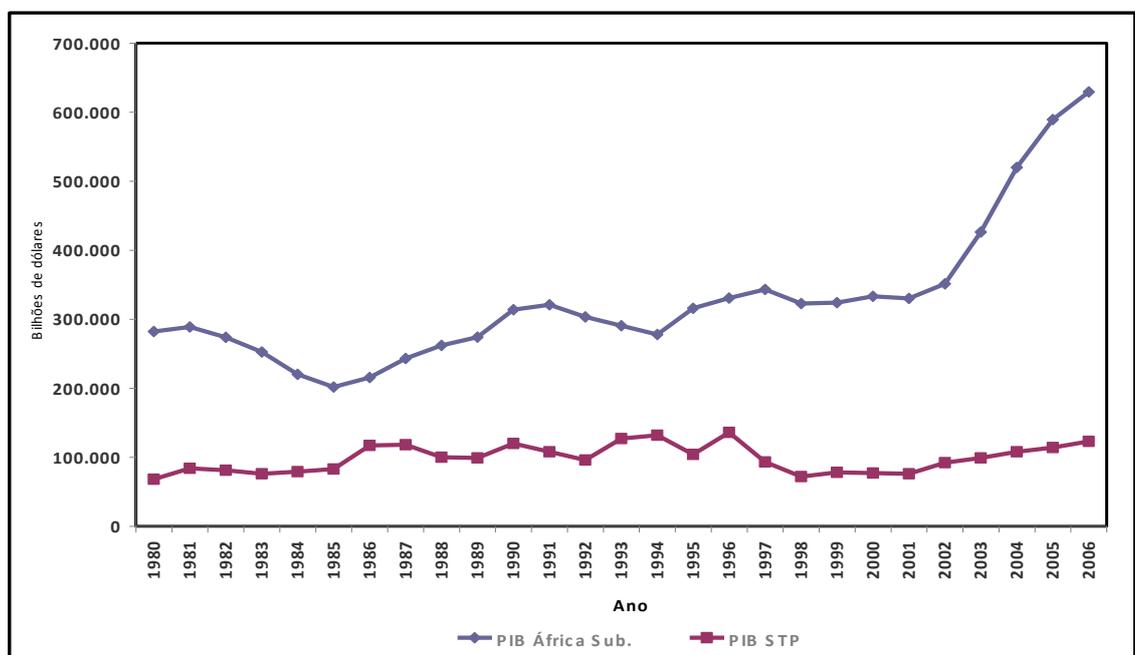


Figura10(3) - Evolução dos PIB's da África Subsaariana e de São Tomé e Príncipe a preço corrente (base 1000)

Fonte: Banco Mundial (Elaboração própria)

De 1980 a 1985, os produtos internos da África Subsaariana e de São Tomé e Príncipe demonstraram uma evolução em ritmo diferenciado. Para a África Subsaariana constatou-se uma queda no comportamento do seu PIB nominal, uma vez que a mesma atravessava uma fase, considerada por alguns autores como fase de declínio, como resultado das quebras acentuadas nos preços de matérias-primas. Em face disso, a África Subsaariana teve que se submeter ao endividamento, procurando substituir a quebra nas receitas de exportação de matérias-primas. Além disso, de acordo com Floriano (2004), na década de 80 as economias em desenvolvimento na África Subsaariana estavam passando pelo chamado processo de desindustrialização, que segundo a definição do Banco Mundial (1994), constitui um processo de declínio significativo e não temporário no *output* e no emprego, não consistente com a reafecção¹⁰ eficiente dos recursos, colocando as economias numa trajetória de crescimento inferior. Já no caso de São Tomé e Príncipe, diferentemente de algumas economias da África Subsaariana que passaram pelo processo de desindustrialização, a manufatura nunca teve peso significativo na economia do país, fruto das características do processo de colonização e da estrutura de produção. Desta forma, constata-se uma situação de estagnação no comportamento do PIB nominal do país (figura 9). No que tange à taxa de crescimento do PIB no período em análise, não obstante a situação acima referida, a África Subsaariana demonstra estar em vantagem em relação a São Tomé e Príncipe, visto que o seu crescimento médio foi de 1,6%, enquanto São Tomé e Príncipe registrava crescimento negativo na ordem de -6,4% (figura 10).

No período subsequente, de 1985 a 1990, o comportamento do PIB nominal da África Subsaariana mostra-se ascendente e de São Tomé e Príncipe com diversas oscilações (figura 9). No que se refere ao crescimento real anual médio, este parece registrar incremento significativo, tendo a África Subsaariana atingido o valor percentual de 2,6 e São Tomé e Príncipe 2,1%. O período de 1990 a 1995 foi caracterizado por uma substancial queda na taxa de crescimento médio, tanto para a África Subsaariana como para São Tomé e Príncipe. Portanto, neste período observa-se uma ligeira vantagem para São Tomé e Príncipe, que apresentou uma taxa de 1,8% e a África Subsaariana o valor de 1,2%.

¹⁰ Processo de integração do funcionário ou agente noutro serviço na seqüência da aplicação de procedimentos de reorganização de serviços.

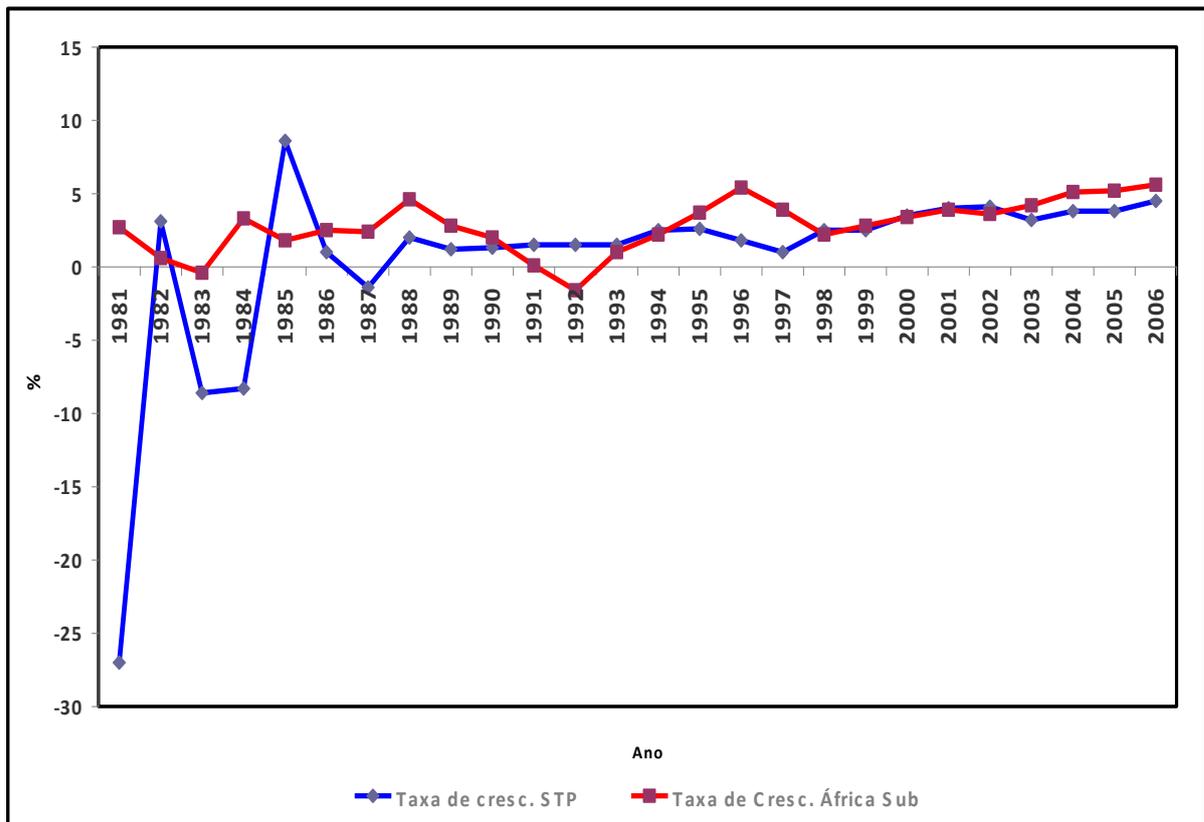


Figura 11(3)- Taxa de crescimento dos PIB's de STP e da África Subsaariana
Fonte: FIM, INE, Banco Central (Elaboração própria)

Após baixo crescimento registrado no período anterior, no período compreendido entre 1995 e 2000, o quadro é totalmente diferente. Embora o período de 1997-1999 fosse marcado pela crise de petróleo a nível mundial, verifica-se uma aceleração tanto na economia da África Subsaariana como na de São Tomé e Príncipe, tendo a taxa de crescimento médio anual atingido o valor de 3,5% para África Subsaariana e 2,3% para São Tomé e Príncipe. De acordo com a OIT (1997), no ano de 1995, cerca de 33 países na África Subsaariana registraram uma taxa de crescimento econômico superior à de crescimento demográfico, tendo a taxa de crescimento geral atingido 3,7%. Por outro lado, países como Lesoto, Maurícias e Uganda tiveram taxas de crescimento ultrapassando os 8%. Paralelamente, oito países tiveram um crescimento entre 6% e 8% e 12 cresceram entre 3% e 6%. Já Estêvão (2005) considera que um dos responsáveis pela recuperação do desempenho econômico da África Subsaariana é o investimento direto estrangeiro (IDE), cujo crescimento está muito aquém do que acontece noutras regiões em desenvolvimento. Apesar disso, esse investimento é significativo para a África quando se compara ao passado. Portanto, esse conjunto de fatores contribuiu significativamente para o melhor desempenho da África Subsaariana.

Já no último período em análise, de 2000 a 2006, tanto a África Subsaariana como São Tomé e Príncipe mantiveram o forte ímpeto de crescimento dos últimos anos, atingindo uma taxa média anual de 4,4% e 3,8% respectivamente. Esse crescimento na África Subsaariana foi sustentado principalmente pela grande demanda global e pelos elevados preços de mercadorias. Segundo as Nações Unidas e a Comissão da União Africana (2008), fatores como a consolidação contínua da estabilidade e melhoria da gestão macroeconômica, maior compromisso em relação às reformas econômicas, produção crescente do petróleo em vários países, aumento dos fluxos de capitais privados, redução da dívida e exportações crescentes de não combustíveis, estiveram na base desse crescimento econômico. Além disso, com a implementação de reformas macro e micro econômicas muitos dos países africanos tiveram como resultado uma melhoria no ambiente de negócios e do clima de investimento. Desta forma, justifica-se o contínuo desempenho na África Subsaariana, que nos anos 80 se caracterizava por mau desempenho até o início da década 90 devido às situações de conflitos, guerras civis, rápida propagação de endemias ou à progressiva pobreza extrema, entre outras.

Além de São Tomé e Príncipe se situar geograficamente na região da África Subsaariana, o país também se situa na sub-região da costa Ocidental africana, onde se pode encontrar um conjunto de países, nomeadamente: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Assim, de acordo com a classificação do Banco Mundial de países de baixa renda do qual São Tomé e Príncipe faz parte, a figura a baixo evidencia o comportamento da taxa de crescimento do PIB de São Tomé e Príncipe em relação a alguns países africanos que se enquadram no grupo de países de baixa renda e mais próximos de São Tomé e Príncipe.



Figura 12(3)- Taxa de crescimento do PIB de São Tomé e Príncipe e de alguns países da África Ocidental
Fonte: FMI-world economic Outlook (elaboração própria)

Observando a figura 12, constata-se que tanto a taxa de crescimento do produto de São Tomé e Príncipe como as dos países africanos selecionados tem seguido a mesma tendência, com expressas flutuações ao longo do período em análise. De 1980 a 1990, o crescimento médio do PIB do país foi inferior, atingindo valor negativo (-2,6%) em comparação com a Costa do Marfim (1,3%), Guiné Bissau (3,6%), Nigéria (2,8%) e Togo (1,4%). Portanto, quer isto dizer que a economia santomense nesse período não cresceu, tendo o pior desempenho em comparação com as economias africanas acima mencionadas. Por outro lado, pode-se constatar que embora nos anos 80 a maior parte dos países da África Subsaariana atravessasse uma profunda crise econômica, como alegam muitos autores, os resultados não foram maus para todos, pois alguns registraram bom desempenho.

No período compreendido entre 1990 e 2000, o quadro é bem mais encorajador para a economia santomense, na medida em que o crescimento médio do PIB foi superior em relação a alguns países como a Guiné Bissau e o Togo, atingindo o valor de 2,6% enquanto que os países mencionados atingiram 1,7% e 1,6% respectivamente. Já a Nigéria e a Costa do

Marfim tiveram um crescimento médio de 3%. Vale ressaltar que a redução da taxa de crescimento médio do PIB da Guiné Bissau pode ser justificada pelo conflito armado que assolou o país no ano de 1998 e que perdurou quase um ano, destruindo grande parte da infraestrutura do país e, conseqüentemente, afetando a sua economia.

Já o período de 2000 a 2007 foi marcado pelo conflito armado na Costa do Marfim, que em conseqüência teve o seu crescimento médio negativo, atingindo o valor de -0,24%. O desempenho econômico de São Tomé e Príncipe melhorou significativamente, atingindo o valor médio de 4%. Portanto, neste período, a economia do país só perdeu para a Nigéria, a qual apresentou o valor médio de 5% e os restantes países atingiram 1%.

Consumo

O consumo, além do investimento, é considerado um dos maiores componentes da demanda agregada na medida em que é fundamental conhecer a sua dinâmica a fim de se compreender o comportamento do PIB. A dinâmica do consumo depende geralmente das variações da renda e do preço. Desta forma, a variação do consumo é proporcional à renda e inversa ao preço. Isto quer dizer que quanto mais elevada é a renda maior o consumo e quanto mais alto for o preço menor será o consumo.

Alguns autores argumentam que, nos países industrializados, o consumo representa cerca de 60% do PIB, sendo ainda maior nos países pobres, uma vez que estes investem menos e consomem mais. Um olhar sobre a figura abaixo permite constatar que, sendo São Tomé e Príncipe considerado como um país pobre, não está isento dessas argumentações.

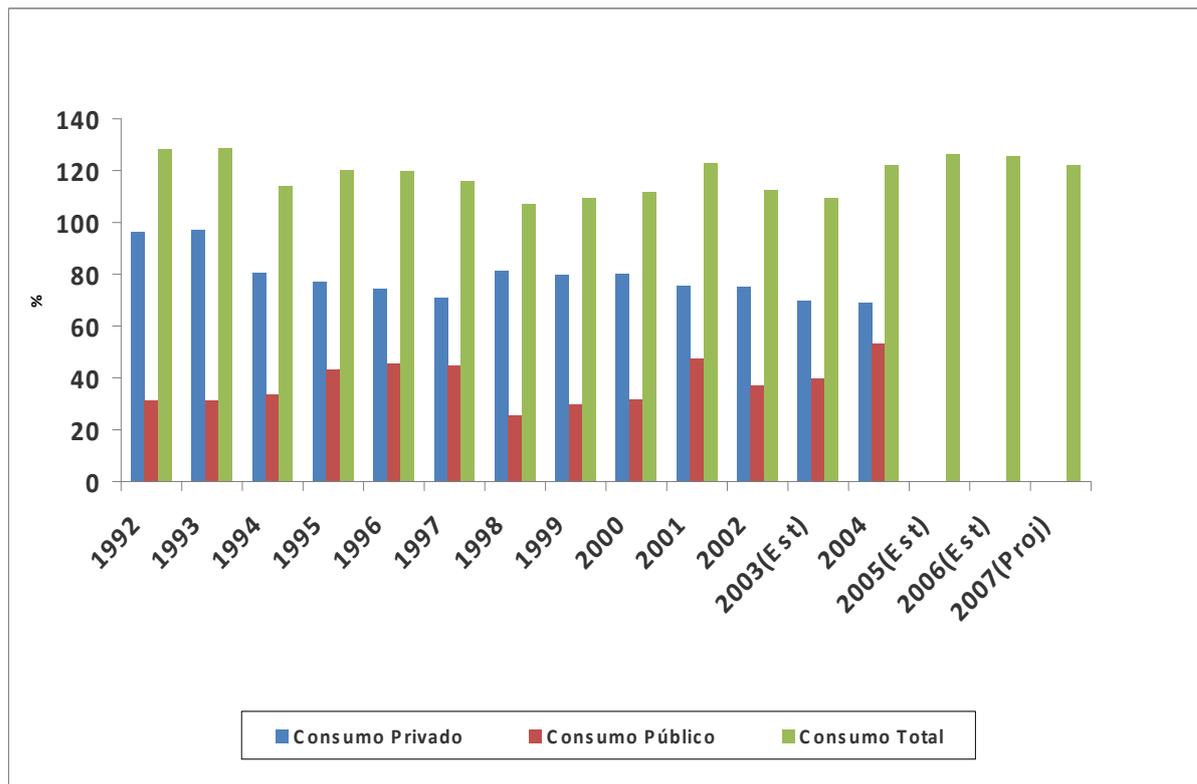


Figura13(3)- Evolução da taxa de Consumo (1992-2007)

Fonte: FMI (Elaboração própria)

A figura 13 evidencia a evolução da participação do consumo total, privado e público no PIB. De 1992 a 2007, o total do consumo em São Tomé e Príncipe, como percentagem do PIB, variou de um mínimo de 106,9% a um máximo de 128,8%.

A economia santomense possui características típicas de pequena economia, na qual se verifica baixas ou negativas taxas de poupança, refletindo, assim, alta propensão ao consumo. No período compreendido entre 1992 e 2000, o total do consumo médio foi de 117,2%, a partir do qual se pode constatar a superioridade do consumo privado com relação ao público, atingindo aquele em média 81,9% contra 35,1% deste.

No período subsequente, de 2000 a 2007, o total do consumo médio situou-se na ordem de 119,1% do PIB. À semelhança do período precedente, o consumo privado evidenciou-se mais uma vez superior em relação ao consumo público, tendo aquele alcançado 73,9% do PIB e este 41,8%. Portanto, como se pode notar a contribuição do consumo público no PIB tem sido fraca em relação ao consumo privado ao longo do período analisado.

Investimento

Dentre os componentes do produto, o investimento pode ser considerado componente crucial na medida em que representa as despesas de bens e serviços promovendo a expansão da capacidade produtiva da economia de um país ou de uma região. Essa expansão é vista por muitos autores como sendo um fator essencial ao crescimento de uma economia. Gomes e Vergolino (1995) alegam que a expansão da capacidade produtiva é uma função do investimento, sendo este em capital físico, capacitação de mão de obra, incorporação de novas terras e em inovações tecnológicas. Desta forma, no longo prazo a expansão da capacidade produtiva se torna uma condição necessária e suficiente ao crescimento econômico.

Esse crescimento, por conseguinte, se traduz na expansão dos mercados internos a uma região ou um país. Conseqüentemente, a expansão do produto e da renda influencia desta forma, o nível do investimento. É importante salientar que os investimentos podem ser públicos ou privados. Os investimentos públicos são determinados em grande parte por questões meramente políticas ou constitucionais e não necessariamente por questões ligadas a características de mercado favoráveis ou não para sua realização, como investimentos privados. De acordo com Melo e Junior (1998), o setor público, nas economias em desenvolvimento, freqüentemente assume um papel significativo na formação bruta de capital agregado. Deste modo, possivelmente se verifica altas taxas de investimento público, sobretudo em economias africanas, como evidenciam Devarajan, Easterly e Pack (1999) em um trabalho empírico sobre os níveis de investimento público e privado no período de 1960 a 1994.

Em São Tomé e Príncipe, segundo o Banco Mundial (Vol. I 1993), as altas taxas de investimento registradas nos anos 80 foram essencialmente suportadas pelas transferências oficiais e pelo alto nível de fluência de capital proveniente de financiamento externo, incluindo ajudas externas para o financiamento do investimento público, sobretudo durante a segunda metade da década de 80. Assim, no período compreendido entre 1980 e 1990, o investimento médio oscilou em torno de 18,4% do PIB, alcançando um máximo de 29,5% no ano de 1990, como se pode observar na figura 13. Por outro lado, nesse período as taxas de poupança foram muito baixas, atingindo valores médios negativos de -12,9% e -15%, de 1980-85 e 1986-90, respectivamente, refletindo, assim, a alta propensão ao consumo. Essas baixas taxas de poupança constatadas durante o período acima mencionado podem ser justificadas pela escassez de recursos internos e pelo fraco investimento privado no contexto de uma economia centralizada, impossibilitando, desse modo, a concretização de

investimentos públicos, os quais por si mesmos, não poderiam assegurar o aumento da capacidade produtiva da economia do país.

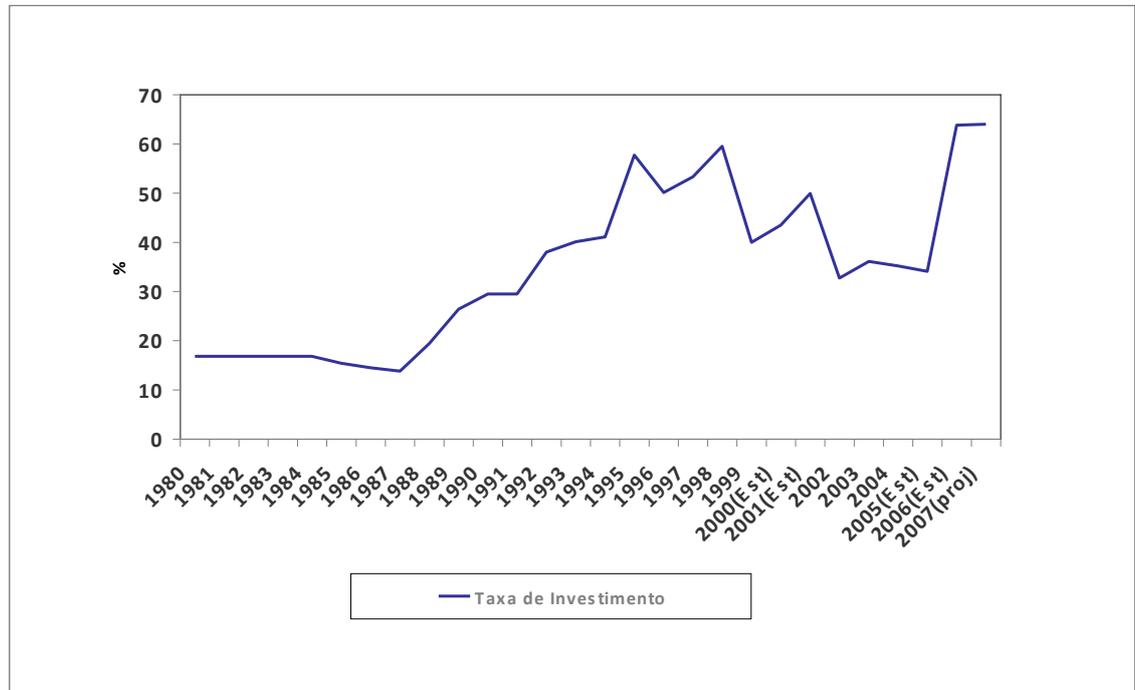


Figura 14(3)- Taxa de investimento (1980-2007)
Fonte:FMI, Banco Central de Portugal, (elaboração própria)

Além dessa incapacidade de assegurar o aumento da capacidade produtiva da economia do país exclusivamente a partir de investimentos públicos, estes, conseqüentemente, não contribuíram significativamente para o crescimento econômico do país, contribuindo, portanto, para o aumento da dívida externa. Segundo o Banco Mundial (Vol. I 1993), o PIP, no período de 1980 a 1990, não foi proveitoso na medida em que a maioria dos investimentos foi alocada à indústria e aos serviços pouco benéficos para a economia, tendo em vista que não foi capaz de gerar novos recursos para crescimento e exportação. Já as Nações Unidas, na sua Avaliação Geral do País (1998, p. 19 -20), diz o seguinte:

In the years following independence, the Government made substantial investments in an attempt to diversify the economy, borrowing heavily in the process. However, most of the investments proved disappointing, in large part because of the weaknesses of the state sector in which they were concentrated. Because of the Government's ideological options at the time, very little attention was given to stimulating the private sector or to developing smallholder agriculture, until the second half of the 1980s.

Assim, como conseqüência e associada à gestão deficiente das empresas estatais, o envelhecimento das plantações, a baixa produtividade da mão de obra, a excessiva valorização da dobra, entre outros fatores, contribuíram de certa forma para o desequilíbrio macroeconômico que se registrou na década de 80. Em face dessa situação, algumas medidas de liberalização econômica foram implementadas pelo governo, como a aprovação do código de investimento de forma a atrair investimentos privados estrangeiros através da isenção de impostos e do direito a repatriamento de parte dos lucros das empresas estrangeiras. Posteriormente, foram privatizadas algumas empresas estatais, consideradas não lucrativas.

Já no período compreendido entre 1990 e 2000, caracterizado por um novo contexto político-econômico, registrou-se um forte crescimento do investimento, tendo atingido o valor médio de 41% e no mesmo período com seu pico no valor de 59% do PIB no ano de 1998. Embora na ausência de dados sobre a participação dos investimentos públicos e privados no PIB, durante o período de 1990 a 1999, supõe-se que, em grande medida, esta evolução do investimento possa estar associada ao comportamento do investimento público, que fora desde a independência do país um dos motores do crescimento. Dados obtidos da Direção de Planificação de São Tomé e Príncipe e do FMI, dão conta que, ao longo do período em análise, as despesas de investimento público efetivamente realizadas oscilavam entre 13,20 e 23,60 milhões de USD, com uma média de 19,70 milhões de dólares. Portanto, com base na tabela abaixo, pode-se observar como foram distribuídos esses valores.

Tabela 3(3)- Evolução do Investimento Público em % (1990-2000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Adm Pública	---	6,1	3,3	1,2	2,2	4,8	2,3	3,2	7,6	17,5	8,2
Agricultura	37,7	39,7	45,6	53,2	41,8	33,8	34,7	38,5	26,5	25,0	13,3
Água/Saneamento	---	---	1,1	5,2	6,5	3,5	4,0	1,6	1,5	8,0	15,9
Educação	7,2	2,6	4,4	9,2	17,9	19,9	16,6	13,4	7,6	5,5	6,7
Energia	11,0	0,9	1,6	12,7	6,1	17,7	17,4	4,3	9,8	7,0	13,3
Habitação	3,8	0,4	1,6	1,2	1,1	0,4	2,1	2,1	0,8	8,0	3,1
Indus. Com/ Serv.	---	---	0,5		0,1	0,4	1,4	---	---	---	---
Pescas	0,8	0,4	1,1	1,2	1,6	2,2	1,6	3,2	1,5	1,0	5,6
Saúde	7,6	6,6	2,2	2,9	3,1	10,0	15,3	22,5	18,2	2,5	4,1
Transp. e Telec.	31,8	43,2	38,5	13,3	19,8	7,4	4,8	8,6	25,8	16,0	5,6
Outros	---	---	---	---	---	---	---	2,7	0,8	9,5	24,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Plano e Finanças, FMI (Elaboração própria)

Observada a tabela, pode-se notar que setores como agricultura, infra-estrutura de transporte, educação e energia tiveram maior atenção no quadro Programa de Investimento Público, tendo em conta a pouca diversificação da economia do país, fraca capacidade industrial, falta de infra-estrutura, elevados custos de telecomunicações e transporte e, conseqüentemente, a nova política econômica orientada à abertura ao exterior tanto em termos de dinamização comercial como atração de investimentos estrangeiros. Assim sendo, fazia-se necessário que o PIP fosse direcionado à melhoria e criação de infra-estruturas, tais como: um porto de águas profundas, energia (fornecimento regular sem interrupções), transporte regular entre as duas ilhas, etc. Por outro lado, à semelhança dos anos 80, os investimentos públicos continuaram sendo suportados essencialmente pelo financiamento externo, quer em forma de donativos como em empréstimos a taxas muito concessionais, evidenciando assim a elevada dependência externa do país, como se pode observar na figura a baixo.

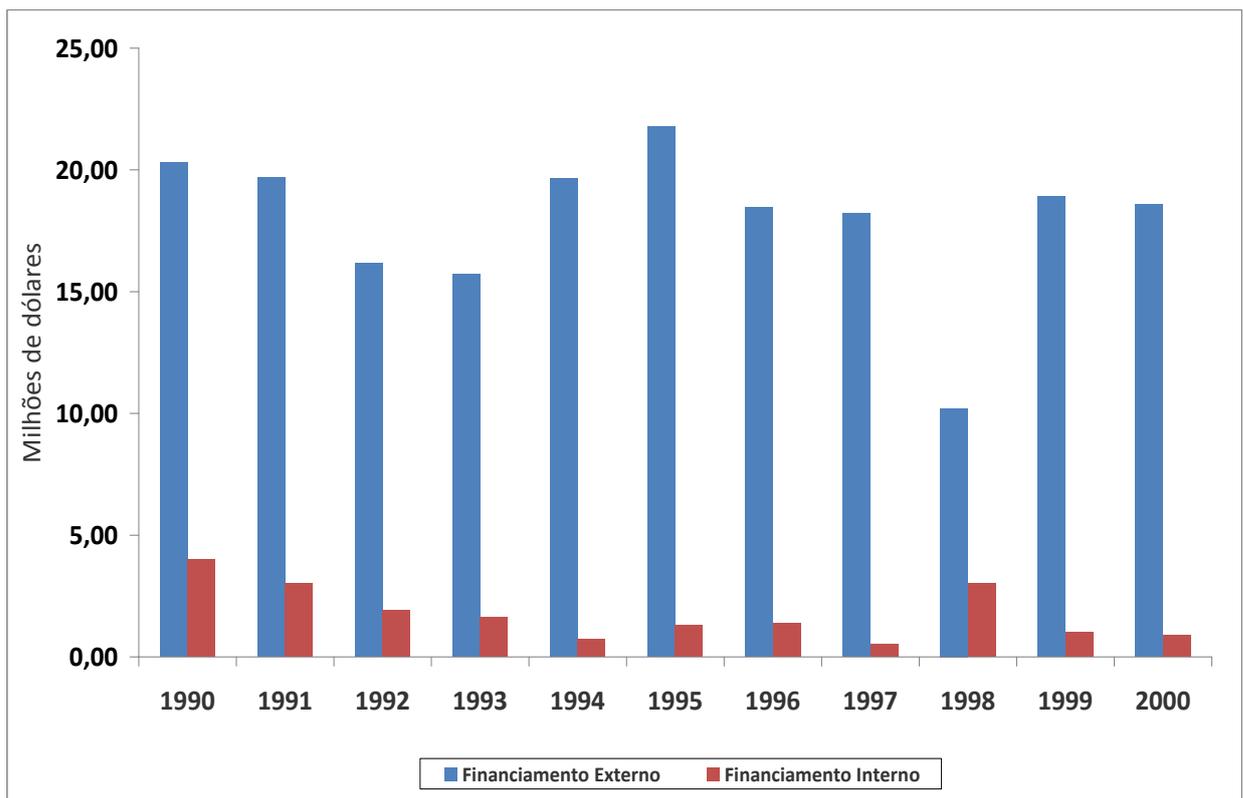


Figura 15(3) - Evolução do PIP de São Tomé e Príncipe (1990-2000)

Fonte: Direção de Planificação Econômica, apud Projeto NLTPS, FMI (Elaboração própria)

Apesar da forte concentração dos investimentos públicos nos setores acima mencionados, suportados em média por 90% de financiamento externo, os resultados foram reduzidos. Cardoso (2005), no seu trabalho, relata que o setor agrícola não teve o dinamismo

que a privatização da terra e a diversificação da produção agrícola poderiam antever. A degradação das pistas rurais, o reduzido mercado interno e a falta de ligações regulares com a costa africana foram fatores que estimularam o aumento da produção. Com respeito aos setores de infra-estruturas como energia, água, transportes (porto e aeroporto), e em formação de recursos humanos, Cardoso ainda alega que a escassez de investimentos efetivamente realizados constituiu o constrangimento, pondo em causa o desenvolvimento do país durante a década de 90. Por outro lado, o outro fator que contribuiu significativamente para a ineficácia dos investimentos realizados foi a falta de um plano global de desenvolvimento com objetivos bem definidos. Deste modo, a gestão da ajuda e a eficácia dos fundos destinados ao programa de investimentos públicos estiveram condicionadas pela fraca capacidade institucional do país na criação de um plano estratégico de desenvolvimento.

No que tange à gestão de ajuda e a capacidade institucional, os países em via de desenvolvimento, em particular os do continente africano que têm se beneficiado de grande fluxo de ajuda internacional, têm sido alvo de imagem negativa com relação às ajudas externas na política econômica e nas instituições. A influência dessas ajudas se relaciona com o grau em que os fundos podem ser apoderados pelo governo. Essa apoderação refere-se à facilidade com que essas ajudas podem ser capturadas pelos “seekers” e “predadores”. Se a ajuda externa for bem definida ao nível micro e sem o envolvimento do governo, não facilitará a apropriação tanto das elites existentes no governo ou pelos outros partidos políticos (DALGAARD e OLSSON, 2006). Em outras palavras, se houver uma capacidade institucional eficiente na gestão das ajudas externas, isso irá dificultar que as elites do governo se apropriem indevidamente dos recursos externos garantidos pela ajuda ao desenvolvimento, o que muitas vezes resulta na instabilidade política.

A instabilidade política é apontada na literatura como um dos aspectos específicos que podem afetar o nível de investimento privado nos países em desenvolvimento, na medida em que sucessivas crises políticas e econômicas criam incertezas, levando à redução dos investimentos privados, dependendo do grau de aversão ao risco das empresas e da maior ou menor discrepância nos lucros esperados. Por outro lado, segundo Schmidt-Hebbel, Servén e Solimano (1994), apud Luporini e Alves (2007) a instabilidade política pode afetar de forma negativa o investimento, tendo em conta que as mudanças políticas muitas vezes envolvem alterações no sistema de incentivos com uma redefinição das “regras do jogo” (legislação e direitos de propriedade, por exemplo), que podem exercer um impacto adverso sobre o investimento. Uma estrutura de incentivos estável, por outro lado, associada a um ambiente macroeconômico propício, podem ser relevantes para as decisões de investimento. Nesse

âmbito, as reformas políticas credíveis são importantes, tendo em conta que a realização dos investimentos dependerá da forma como os investidores irão encarar as políticas de ajuste, verificando sua consistência a nível interno e estando convictos da continuidade dessas reformas pelo governo. Deste modo, diante do ambiente que se fez sentir em São Tomé e Príncipe durante a década de 90, segundo Cardoso (2005), os investimentos privados tiveram um reduzido dinamismo, direcionados aos setores de hotelaria, construção e comércio com o maior peso, sendo a contribuição dos investimentos privados na produção e nas exportações fora diminuto. Só o setor de telecomunicações, com a privatização parcial da Companhia Santomense de Telecomunicações, conseguiu taxas elevadas de rentabilidade.

No período que se estende de 2000 a 2007, onde os dados obtidos foram estimados e projetados para alguns anos, a taxa do investimento mostrou-se flutuante, variando entre 43,5% no início do período em análise e 64% no fim do mesmo. Entretanto, de 2002 a 2005, registrou-se uma diminuição, chegando a atingir 32% no ano de 2002, como se pode observar na figura 13. Os dados obtidos sobre a participação do investimento público e privado no PIB, dão conta que, contrariamente ao que se tem registrado nos anos anteriores, nos quais a maior parte dos investimentos fora realizada pelo setor público, no período em análise, em média a participação do investimento privado foi superior em relação à participação do investimento público, sendo 25,4% contra 19,4%. Em grande medida, esta evolução pode estar associada ao advento da descoberta do petróleo nos finais dos anos 90, constituindo, assim, novas oportunidades de investimento no país não só no setor petrolífero como em outros setores da economia, nomeadamente: agricultura e pecuária; pescas; indústria transformadora direcionada a bens de consumo; construção civil e obras públicas; energia elétrica, turismo; transportes; comércio e serviços. Outro fator que deve ter impulsionado o investimento privado é a redução do endividamento externo, causada em grande parte pela quebra dos empréstimos para projetos. A balança de capitais e financeiras conseguiu em 2001 atingir um saldo de USD 8.8 milhões, o que representa uma melhoria face aos USD 8.1 milhões registrados em 2000. (BANCO DE PORTUGAL, 2001). Segundo Luporini e Alves (2007), os compromissos externos como o caso do pagamento da dívida externa, podem afetar o nível de investimento das economias, sobretudo nos países em desenvolvimento, uma vez que exigem a transferência de recursos para o exterior que, sob condições de financiamento limitado, leva à redução de recursos para o investimento. Ainda as autoras relatam o seguinte:

A existência de compromissos externos pendentes torna os países mais vulneráveis a crises externas, e, além disso, estes ficam expostos às conseqüências de políticas de ajustamento conduzidas pelos governos para superação das crises econômicas. As dívidas pendentes também desencorajam os investidores, pois implicam em aumentos futuros dos impostos; o “imposto” antecipado para o futuro pagamento do serviço da dívida reduz o retorno antecipado do investimento, o que desestimula a realização do mesmo (LUPORINI e ALVES, 2007, p. 8).

Assim sendo, como afirma o Banco de Portugal, esse comportamento positivo, que foi a redução do endividamento externo, contribuiu para o aumento do investimento direto estrangeiro líquido em São Tomé e Príncipe no mesmo período. Ainda no âmbito da descoberta do petróleo, algumas ações foram desencadeadas pelo Estado santomense, como a assinatura do tratado internacional no ano de 2001 com o governo nigeriano estabelecendo uma zona conjunta de desenvolvimento e exploração petrolífera. Segundo o Banco de Portugal (2001), o tratado concede à Nigéria (país onde São Tomé e Príncipe partilha zona de exploração conjunta) 60% das receitas petrolíferas e 40% a S. Tomé e Príncipe. Além disso, também reconhece os direitos exclusivos da Nigéria sobre uma área de regime especial. Por outro lado, o tratado garante a S. Tomé e Príncipe o recebimento de uma compensação por parte da Nigéria, cujo montante estava sendo discutido. Outras ações são destacadas, como a assinatura de dois contratos com a empresa norueguesa PGS, concedendo à mesma o direito exclusivo para produzir, comercializar e realizar estudos sísmicos na zona econômica exclusiva de S. Tomé e Príncipe e na zona de desenvolvimento conjunto, além da opção de primeira escolha em três blocos de licenças. No mesmo ano, o governo assinou um acordo com a empresa U.S.– Nigerian Environmental Remediation Holding Company (ERHC), com o qual lhe foi atribuída uma parte substancial da potencial receita petrolífera de S. Tomé e Príncipe. Porém, de acordo com o Banco de Portugal (2001), a falta de transparência que caracterizou as negociações e o alegado desvio de potenciais receitas petrolíferas (bônus de assinaturas) do país deram origem a sérios problemas governativos. Não obstante, em 2003 assistiu-se a um crescimento significativo no setor bancário, setor esse que se caracterizava praticamente pela existência de um único banco comercial, com o surgimento de novos bancos no país e a reabertura ao público do considerado o segundo banco comercial no país, que esteve paralisado por algum tempo. Por outro lado, segundo o Banco de Portugal (2007), o investimento privado foi estimado em 2006 em cerca de metade do PIB e composto a 2/5 por fluxos destinados ao setor petrolífero e o IDE total atingiu um patamar equivalente a 24% do PIB. No que diz respeito a investimento público, de acordo com os dados obtidos de 2000

a 2003, o quadro continua o mesmo dos anos anteriores, onde a maior parte do financiamento ao PIP é coberta pela ajuda externa, e os investimentos privilegiando o setor de transporte e telecomunicações, a administração pública e a agricultura apresentam a mesma percentagem, seguidos de educação e saúde. Com relação à redução na sua participação no PIB, esta pode ser justificada pela contenção das despesas públicas efetuada pelo governo, refletindo em cortes nas aquisições de bens e serviços por parte da administração, bem como nas despesas de investimento.

4. A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NA ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Um dos aspectos mais relevantes no desempenho de uma economia é a utilização adequada dos recursos disponíveis. Os trabalhadores constituem sem dúvida o principal recurso numa economia. Logo, a manutenção do nível do emprego revela ser uma das grandes preocupações das autoridades econômicas.

A geração do emprego e da renda depende da dinâmica do crescimento econômico que, por sua vez, depende da acumulação de capital fixo produtivo. Portanto, pode-se afirmar que o nível de emprego em uma economia depende da combinação de fatores ligados à dinâmica da demanda efetiva com as condições de produção vigentes.

A relação entre a taxa de desemprego e o PIB real parte do princípio de que os empregados ajudam a produzir bens e serviços enquanto que os desempregados não. Assim sendo, podemos pensar que um aumento da taxa do desemprego está associado ao decréscimo do PIB.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a evolução do emprego na economia santomense. O capítulo apresenta-se em duas partes, sendo na primeira parte estudadas as teorias sobre o desemprego e as abordagens da escola de pensamento neoclássico e da escola de pensamento keynesiana. Estas por se tratarem de duas grandes abordagens teóricas mais destacadas no mundo acadêmico e que buscam explicar o fenómeno do desemprego. A segunda parte do capítulo busca analisar o comportamento do mercado de trabalho de São Tomé e Príncipe em relação a variáveis como emprego, desemprego, salários e taxa de atividade.

A interpretação da teoria econômica sobre o desemprego: as abordagens

A questão do desemprego é considerada um dos problemas macroeconômicos que aflige diretamente e de forma dura os indivíduos em qualquer economia de livre mercado. Além disso, o desemprego pode ser considerado como um desperdício de recursos numa economia, na medida em que os trabalhadores desempregados possuem o potencial de contribuição para a renda nacional, mas não são utilizados.

De acordo com Mankiw (1995), para que haja desemprego numa economia de livre mercado, parte-se do pressuposto de que os indivíduos são classificados em três categorias: empregados, desempregados e inativos. Constituem a categoria dos empregados os indivíduos que trabalham em um emprego durante a maior parte da semana anterior a qualquer pesquisa estatística levada a cabo pelo governo; os desempregados constituem os indivíduos que não tiveram um emprego e estão à espera de uma nova colocação, que realizaram trabalho temporário ou estiveram procurando; os inativos, por sua vez, são pessoas que não se enquadram em nenhuma dessas categorias acima mencionadas (estudantes, donas de casa, entre outros). Deste modo, constitui a força de trabalho a população empregada e desempregada, e a taxa de desemprego é a percentagem da força de trabalho que não está empregada.

Ao longo dos tempos, o crescimento do desemprego a nível mundial tem causado impactos nas teorias econômicas sobre o desemprego. Desta forma, surgiram diversas contribuições nas correntes do pensamento econômico com o propósito de melhor explicar o contexto do mercado de trabalho numa economia de livre mercado e contribuindo com algumas políticas econômicas de combate ou diminuição do desemprego. No âmbito do surgimento dessas contribuições nas correntes do pensamento econômico, destacam-se as abordagens das escolas de pensamento econômico neoclássica e keynesiana, por serem as duas correntes teóricas com mais influência acadêmica.

4.1.1 Teoria Neoclássica sobre o desemprego

Na concepção neoclássica o princípio fundamental na determinação do emprego está no funcionamento do mercado do trabalho onde a oferta e a demanda de mão-de-obra se encontram formando um nível de equilíbrio do pleno emprego a um nível de salário real. Segundo Dathein (2000), numa definição técnica sobre o pleno emprego, considera-se como sendo a situação na qual as funções de oferta e de demanda de mão-de-obra se equilibram no mercado de trabalho e esse equilíbrio garante que a população economicamente ativa (PEA) esteja plenamente ocupada. Desse modo, o desemprego decorre da situação de desequilíbrio de curto prazo entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, sendo voluntário em face de imposição de condições por parte dos trabalhadores em desacordo com a realidade do mercado. Entre essas condições, destaca-se salário real muito elevado, originando, assim, o desemprego em face de reação dos mecanismos do mercado.

Na tentativa de uma aproximação da realidade, a abordagem neoclássica passou a admitir a possibilidade de existência de desemprego involuntário, mas de longo prazo. Neste se verifica a situação de desequilíbrio entre as quantidades de trabalho demandadas e ofertadas em face de rigidez ou limitações ao livre funcionamento das leis de mercado. Essas limitações ou rigidez que impedem esse livre funcionamento podem ser em caso de seguro de desemprego, a fixação legal de um salário mínimo muito alto ou até mesmo o fluxo imperfeito da informação no mercado de trabalho.

Portanto, é o que Dathein (2000) chama de situações anormais com causas exógenas, em que o mercado resolveria se não tivesse sido impedido de atuar livremente, colocando a possibilidade da existência do desemprego natural ou estrutural em contraposição ao cíclico ou conjuntural. Deste modo, a abordagem neoclássica sobre o desemprego enfatiza as condições do mercado de trabalho em que se não houvesse imperfeições, funcionaria como o mercado de bens.

De um modo geral, na visão da teoria neoclássica o desemprego é um problema de curto prazo basicamente voluntário originado por fatores exógenos que interferem sobre o mercado de trabalho. Desta forma, o desemprego é visto na visão neoclássica como sendo um problema microeconômico e não macroeconômico, um problema de oferta e não de demanda, um problema de mercado de trabalho e não de outros mercados.

A fim de combater o desemprego, a abordagem neoclássica propõe que não seria necessária alguma política econômica no combate ao mesmo, uma vez que o livre mercado iria garantir de forma automática o pleno emprego na ausência de rigidez no mercado de

trabalho. Pelo contrário, a política econômica iria perturbar o equilíbrio econômico existente. Ainda com respeito a esta questão de combate ao desemprego, Dathein (2000, p. 98) relata o seguinte:

Como a análise parte sempre do pleno emprego, que seria garantido normal pela lei de Say, as ações exógenas do governo tenderiam a provocar um distúrbio econômico, colocando um caráter irracional nestas medidas. No entanto, cada teoria neoclássica possui visões ou ênfases distintas, e, com base na realidade da existência do emprego, propõe medidas de política distintas, apesar da lógica comum de atacarem, em geral, fatores que interferem na função oferta do mercado de trabalho. Neste sentido, as propostas mais citadas envolvem a flexibilização do mercado de trabalho e melhorias no acesso a informações e educação.

A essas propostas que envolvem a flexibilização do mercado de trabalho são chamadas de políticas ativas, onde a maior parte é microeconômica com o objetivo de melhorar o desempenho do mercado de trabalho e atender os indivíduos desempregados. De acordo com Katz (1994), essas políticas podem ser divididas em três grandes categorias: políticas de oferta que privilegiam investimentos em educação e treinamentos com vista a melhorar as habilidades de grupos desfavorecidos; políticas de demanda que procuram estimular o aumento de emprego por meio de criação direta do mesmo no setor público ou mediante subsídios salariais para o setor privado; e políticas que melhorem o fluxo de informação do mercado de trabalho, bem como assistência na busca de emprego, com a finalidade de aumentar a eficiência de “casamento” entre as firmas e os trabalhadores.

4.1.2 Teoria Keynesiana sobre o desemprego

A segunda abordagem, Keynesiana, surge em contraposição à abordagem neoclássica. Derivada da análise levada a cabo por Keynes em sua Teoria Geral do emprego, juro e moeda, critica a abordagem neoclássica alegando que o pleno emprego é algo raro e efêmero numa economia de mercado. Segundo Chick (1989), o termo geral significa que a teoria propõe explicar por um lado o pleno emprego e, por outro, o desemprego involuntário, visto que na teoria neoclássica o foco é o pleno emprego. A situação desse pleno emprego defendida pela teoria neoclássica, na visão da teoria keynesiana em uma economia capitalista, não é uma situação de equilíbrio, pois existe apenas um nível de emprego que corresponde ao equilíbrio e esse nível é inferior ao pleno emprego. Para além deste, a demanda torna-se inferior à oferta e o emprego não poderá aumentar. Já o desemprego involuntário pode ser uma situação que se

prolongue por longo prazo, sendo caracterizado como de equilíbrio o que não pode ser levado automaticamente por livre mercado.

Na ótica dessa abordagem, o salário e a produtividade marginal estão associados a demanda agregada. No entanto, o nível de emprego depende do que ocorre no mercado de produtos, visto que o desemprego decorre da insuficiência da demanda agregada que é responsável pela ocupação parcial da capacidade produtiva. Segundo Ocio (1995, p. 90), “os trabalhadores, para cuja produção não há demanda, permanecerão “involuntariamente” desempregados, independentemente de aceitarem, inclusive, alguma redução de salários. Este desemprego involuntário independe do salário comumente pago e pode ser evitado através de políticas ativas, fiscais e monetárias que elevem a demanda efetiva.”

Segundo o princípio da demanda efetiva a demanda agregada depende, de forma geral, da propensão a consumir que determina o nível de consumo agregado e o volume dos investimentos agregados. Assim, por tendência psicológica da sociedade, um aumento no nível de emprego e, conseqüentemente, a renda agregada, uma parte do produto dedicada ao consumo, aumentará também em menor proporção . Portanto, quer isto dizer que, para que haja sustentabilidade desse novo nível de produto ao longo dos períodos precedentes, o volume de investimentos da economia deverá ser suficiente para complementar essa lacuna entre o produto agregado e a parte reservada para o consumo.

A soma do investimento corrente irá depender do estímulo a investir, o qual está em conexão à relação entre as expectativas dos investidores sobre a evolução do mercado e o nível das taxas de juros praticadas. Deste modo, o investidor irá decidir sobre a realização de investimentos adicionais na seguinte condição: o fluxo futuro de rendimentos resultante do acréscimo de capital físico do seu negócio deve ser superior em relação ao rendimento obtido da sua aplicação financeira como contrapartida ao preço do bem de capital em face às taxas de juros.

O nível de investimento agregado é determinado, por conseguinte, pelo resultado de um conjunto de decisões individuais, envolvendo uma grande dose de incerteza, na medida em que se baseia nas expectativas sobre o futuro da economia. Se, por alguma razão, houver desconfiança por parte dos investidores com respeito à possibilidade de um crescimento sustentado da economia no longo prazo, terão menor incentivo para investir. O investimento agregado diminuirá e, dada a propensão a consumir da sociedade, também irá reduzir a demanda agregada e o nível de emprego. Assim sendo, o nível de emprego não será determinado dentro do mercado de trabalho.

No que tange a políticas de diminuição do desemprego, Dathein (2000) alega que se tendo como objetivo definir políticas visando o pleno emprego torna-se necessário atribuir um significado a esse pleno emprego e o nível do emprego que o define. Isso porque existem desempregos considerados não tão problemáticos, como desemprego friccional, sazonal e derivados do descasamento de habilidades em situação de mudanças na demanda de mão-de-obra. Isto significa que em uma economia em transformação existem desempregos que são inevitáveis, no caso de algum desemprego friccional, tendo em conta a flutuação permanente da demanda por diferentes bens, provocando certamente flutuações na demanda pelo trabalho que produz esses bens.

Essa demanda pelo trabalho depende, de certa forma, do volume de investimento, que por sua vez é um dos componentes da demanda efetiva. Dessa maneira, as teorias keynesiana e pós-keynesiana propõem políticas que estimulam os investimentos, ampliando, assim, a diferença entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, o que caracterizariam políticas objetivando a demanda efetiva do pleno emprego. No âmbito dessas políticas destaca-se a política monetária expansiva que reduz a taxa de juros, o que poderá aumentar o investimento. No entanto, Dathein (2000) alega que política monetária expansiva pode não ser suficiente para o aumento do volume do investimento, defendendo a política de flexibilização absoluta de preços e salários. Ou seja, o Estado deve adotar políticas e criar instituições visando à diminuição da incerteza dos negócios, aumentando a previsibilidade e melhorando as expectativas de retornos futuros, de forma a estimular o comportamento empreendedor e a desestimular o peso da demanda especulativa por moeda e da demanda precaucional por moeda.

Emprego e Desemprego em São Tomé e Príncipe

A partida dos portugueses no período pós-independência teve importantes repercussões tanto na economia de São Tomé e Príncipe como no seu mercado de trabalho. De acordo com Seibert (2002), o novo regime implantado no país após a independência via-se confrontado com o problema de mão-de-obra na medida em que a maior parte dos trabalhadores contratados angolanos e moçambicanos, que asseguravam as plantações no período colonial, retornou aos seus países de origem. Isso deixou alguns cabo-verdianos nas plantações e os santomenses na administração pública e no comércio, desprovidos de formação, experiência e avessos aos trabalhos nas plantações.

Paralelamente a isso, milhares de santomenses emigrados em Angola e na Guiné Equatorial regressaram ao país, onde um número considerável era possuidor de formação superior, reivindicando recursos e posições importantes na burocracia do Estado santomense. Por outro lado, em meados de Agosto do ano de 1975, estavam registrados no Ministério do Trabalho cerca de 4000 desempregados os quais não eram integrantes do grupo acima mencionado. Desta forma, no final do ano de 1975, foram criados cerca de 2000 postos de trabalhos fora do setor agrícola (SEIBERT, 2000). Com relação à criação de postos de trabalho em São Tomé e Príncipe, o PNUD (1998, p. 45), diz o seguinte:

Employment in the rest of the public sector grew rapidly after independence, but has declined since the late 1980s, as a result of the restructuring, privatization and liquidation of some public enterprises and the first steps towards reform of the civil service.

Ainda no quadro da política de expansão do emprego adotada pelo governo em face dos inúmeros desempregados existentes no país, a partir de 1977, foram criadas algumas empresas públicas nos setores secundários e terciários e nacionalizadas as empresas estrangeiras existentes no país, aumentando desta forma o número de empregados. Porém, em contraste, registrou-se uma diminuição dos empregados no setor agrícola no período de 1979-1984, por falta de incentivos, baixos salários e ausência de uma política coerente de distribuição de emprego. Com respeito a esse assunto, Seibert (2002, p.171) no seu trabalho sobre as ilhas relata o seguinte:

A estrutura dos salários claramente beneficiava os funcionários públicos forros na burocracia superdimensionada. De 1979 a 1986, o salário mínimo no setor agrícola estagnou em 2,670 dobras por mês. Dados os preços da alimentação e bens de consumo, estes salários eram insuficientes para manter e muito menos atrair o pessoal necessário para as empresas. O moral dos trabalhadores era mais enfraquecido pelos atrasos no pagamento do seu já baixo salário e um fraco fornecimento de alimentos e bens de consumo. A despeito dos esforços ideológicos do partido, ser trabalhador de roça era ainda percebido como se um cidadão de segunda classe. Homens tongas e cabo-verdianos recusaram-se a aceitar trabalho manual no mato porque o estatuto social dos trabalhadores das roças declinou depois da independência. Conseqüentemente e apesar da população crescente, de 1979 a 1984 o número de trabalhadores agrícolas baixou de mais de 14500 para 11000. Um número cada vez maior de trabalhadores deixou as plantações e migrou para a pequena capital a procura de emprego.

É importante salientar que os dados estatísticos obtidos sobre a situação do emprego em São Tomé e Príncipe nos 15 anos após a independência não estão completos, o que não

nos permite uma análise de forma mais acurada sobre a questão. De acordo com o Ministério da Saúde, Trabalho, Segurança Social (1988) no ano de 1987, registrou-se em São Tomé e Príncipe um crescimento muito forte do desemprego, tendo esta taxa no mesmo ano atingido 21,5% com uma população ativa de 41000 habitantes. No entanto, considerando a taxa de desemprego com duração superior a 1 ano, ela atinge 67%. Na tentativa de comparação da taxa de desemprego entre os sexos, no mesmo ano em análise, a taxa de desemprego foi 12,1% para os homens, sendo 3100 indivíduos e em relação às mulheres, a taxa atingiu 35,2%, correspondendo a 5700 pessoas. Fazendo a mesma análise entre grupos etários, constatou-se que na faixa etária dos 15-19 anos, a taxa do desemprego foi de 49,3%, enquanto que na faixa etária dos 20-24 anos, a taxa atingiu 59% e 28% respectivamente.

Ao longo do período compreendido entre 1990 e 2006, o mercado de trabalho santomense tem se caracterizado por altas taxas de desemprego, principalmente nos anos 90, com expressivas flutuações. As medidas de impacto social, tais como a redução das despesas públicas e a diminuição de funcionários públicos, com vista à correção dos desequilíbrios macroeconômicos no âmbito do PAE, estavam sendo implementadas, o que provavelmente deve ter influenciado o mercado de trabalho santomense com o aumento das taxas de desemprego, como se pode observar na figura abaixo:

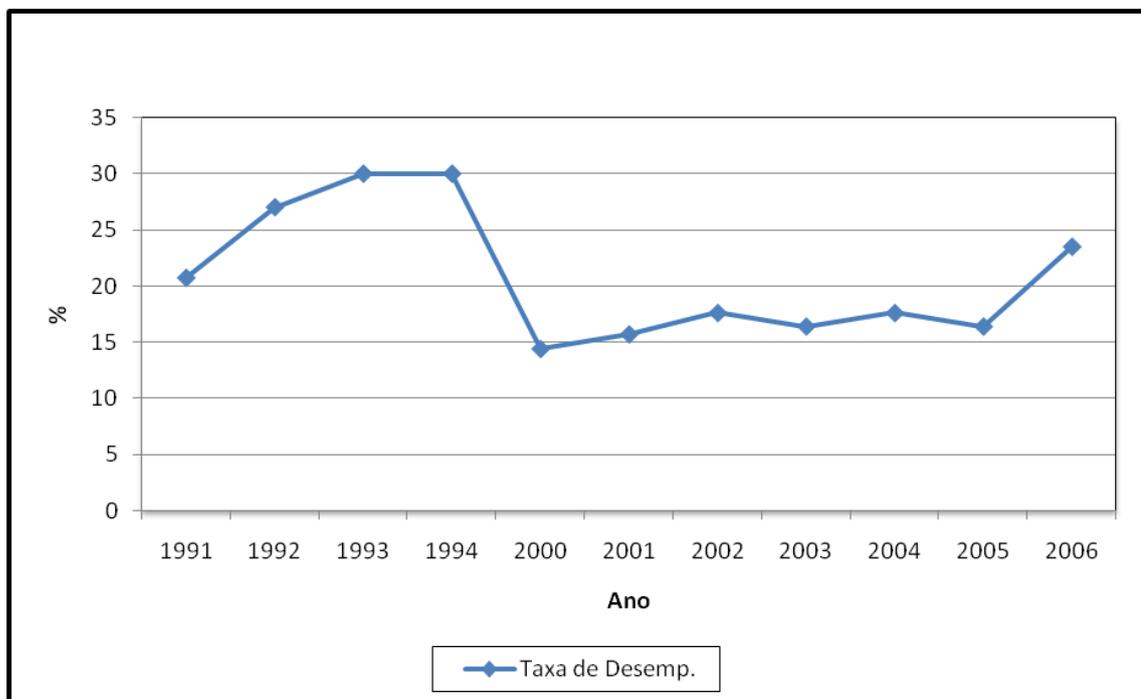


Figura nº 16(4)- Taxa de desemprego (1990-2006)

Fonte: (INE, PNUD) Elaboração própria

No ano de 1990, a taxa de desemprego no país atingiu o valor percentual de 22,71, tendo registrado uma diminuição de 20,73% no ano de 1991 e no ano seguinte sofrendo um forte aumento de 27,2%. De acordo com o as Nações Unidas (1998), após a realização do censo no ano de 1991, o emprego no país estava dividido em três grandes categorias: propriedades agrícolas com 26% do total do emprego, outras empresas públicas com 25% e setor privado com 49%, que por sua vez estava dividido em duas partes iguais entre assalariados e trabalhadores por conta própria. A tendência de declínio era bastante clara. Primeiramente houve um declino histórico em longo prazo do número dos empregados nas empresas agrícolas estatais, uma tendência que continuou desde o censo de 1991 como consequência da reforma agrária. Desta forma o número de trabalhadores nas empresas agrícolas estatais baixou de 8.858 em 1991 para 6.688 em 1994. A reforma agrária introduzida nos anos 90 consistia na redistribuição das antigas propriedades agrícolas estatais aos pequenos e médios agricultores como sendo uma das alternativas de subsistência aos trabalhadores em face ao magro salário que auferiam. No entanto, nem todos os trabalhadores agrícolas foram beneficiados com a distribuição de terra.

Por outro lado, algumas grandes empresas estatais foram cedidas a empresas privadas através de contratos de gestão de longo prazo, e outras foram reabilitadas com o apoio financeiro dos doadores multilaterais e bilaterais, mas a produtividade permaneceu baixa e nenhuma delas conseguiu aumentar a produção. Na sequência da reestruturação e liquidação de empresas estatais não agrícolas, grande parte dos trabalhadores foi licenciada.

Apesar da carência de dados numéricos sobre outros setores da economia do país, pode-se afirmar que, de 1990 a 1992, o número de desempregados aumentou no país de forma considerável. Conseqüentemente, contribuiu para a degradação do nível de vida da população e para o aumento das situações de pobreza. Dessa forma, cerca de 41% em 1990 e 48% da população em 1992, viviam abaixo do limiar da pobreza; 33% em 1990 e 39% em 1992, antes de baixar para 35% da população em 1994, viviam em extrema pobreza segundo um estudo encomendado pelo PNUD no ano de 1994. Ainda a propósito desse estudo, vale ressaltar que o PNUD questiona a validade dos cálculos, uma vez que não se basearam em dados representativos sobre as receitas ou despesas familiares, mas sim no consumo e no país uma proporção significativa do consumo de muitas familiares consiste em produtos não comercializados, ou seja, são produzidos em casa.

Nos anos de 1993 e 1994, como podemos observar na figura acima, o mercado de trabalho santomense esteve em estado estacionário (não possível saber se o valor fora estimado ou projetado), onde a taxa do desemprego situou-se na ordem dos 30%. Embora o

mercado de trabalho santomense tenha alcançado o estado estacionário nesses dois anos, assistiu-se a um novo crescimento da taxa de desemprego resultante da redução dos custos do setor público, através do despedimento de cerca de 300 funcionários públicos dos escalões salariais mais baixos, em resposta à ameaça de suspensão do segundo crédito de Ajustamento Estrutural (SAC-II) no qual as instituições financeiras criticaram a falta de resultados visíveis no âmbito do PAE e os atrasos sucessivos na implementação de algumas medidas estipuladas, a saber: privatização das restantes empresas públicas, redução da máquina da administração pública e reestruturação do fundo social e de infra-estrutura (SEIBERT, 2002).

Fazendo uma análise sobre a evolução dos salários e ordenados no setor formal da economia santomense, pode-se observar na tabela abaixo que são extremamente baixos e decrescentes:

Tabela nº 4(4)-Indicadores salariais 1990-2000

Designação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Salário Médio (USD)	62,6	44,5	28,0	21,4	12,4	8,3	5,4	33,3	22,0	21,3	25,9
Salário Mínimo F. Pública (USD)	36,3	30,8	19,4	14,7	8,5	8,9	5,8	8,8	5,8	5,6	28,0
Salário Médio Real (USD)	154,5	123,3	102,2	98,2	32,9	28,2	10,4	41,3	105,2	130,4	242,4
Salário Mínimo Real F. Pública (USD)	89,6	85,2	70,6	67,2	22,4	30,3	11,1	10,9	27,8	34,5	261,3
Taxa de Câmbio	143,3	201,6	320,4	429,9	732,6	1420,34	2203,1	4552,51	6884,02	7122,03	7978,2
Taxa de Inflação	40,5	36,1	27,4	21,8	37,7	29,5	51,7	80,5	20,9	16,3	10,7

Fonte: PNUD

Numa análise comparativa entre o salário mínimo da função pública e o salário médio verifica-se que este é sempre superior ao salário da função pública, exceto nos anos de 1995, 1996 e 2000. Além disso, pode-se observar que a inflação ao longo do período em análise mantém o seu nível muito alto, o que penaliza os funcionários que auferem salários baixos.

A partir do ano de 2000, assistiu-se no país uma diminuição considerável do desemprego, tendo a taxa de desemprego atingido 14,4% em 2000, 15,7% no ano de 2001 e

tendo se situado em 17,6% em 2002. Isso indica que o número de desempregados em 2001 era de 8212, sofrendo aumento em 2002 para 9516. Efetuando uma análise por sexo, constata-se que tanto no ano de 2001 como em 2002 o desemprego no sexo feminino é sempre superior ao masculino, atingindo os valores percentuais de 24,9 e 25 contra 9,7 e 12,1 do gênero masculino. Já por grupos etários, verifica-se que o desemprego atinge de forma mais intensa a camada mais jovem na faixa etária de 15 aos 24 anos (ver a tabela abaixo), o que revela a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, em particular dos que procuram o primeiro emprego que, os quais por não disporem de experiência profissional, vêm agravadas as suas dificuldades de inserção. Outro aspecto que achamos significativo do desemprego diz respeito à sua dimensão e evolução por níveis de habilitação literária. Todavia, a ausência de dados representativos torna difícil ir mais além no que diz respeito à análise do desemprego nessa dimensão.

Tabela nº5(4)-Indicadores do desemprego por grupo etário (2001-2006)

Grupo de idade/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
10-14 anos	861	585	319	588	334	nd
15-24 anos	4289	6286	4830	5135	5050	nd
25-44 anos	2330	2266	3209	2602	3355	nd
45-64 anos	599	379	471	483	492	nd
65 e + anos	133	0	139	91	146	nd

Fonte: INE

Ainda no que concerne à diminuição das taxas do desemprego que se verificou a partir de 2000, vale ressaltar que alguns autores atribuem essa redução ao aumento da atividade informal no país. Desta forma, um estudo elaborado sobre essa atividade pelo CIDR no ano de 1997 dá conta que as micros e pequenas empresas ocupavam 15% da população ativa da capital do país, sendo 1725 chefes de empresas e 1425 empregados, assegurando assim a subsistência de pouco mais de 14000 pessoas. Essas micros e pequenas empresas repartiam-se essencialmente pelo pequeno comércio, atividades produtivas e serviços. Segundo o PNUD, entre os censos de 1981 e 1991, o emprego no setor privado duplicou, refletindo a liberalização da economia e o papel crescente do auto-emprego no setor informal. Este tem absorvido muito dos que abandonam as empresas agrícolas ou outras empresas públicas ou ainda os que entram no mercado de emprego pela primeira vez. Essa tendência continuou provavelmente desde 1991, apoiada pela emergência dos pequenos agricultores. No entanto, essa afirmação é meio contraditória, pois no ano de 1991, de acordo com a figura acima, prevalecia alta taxa de desemprego.

No que se refere à tendência de queda do desemprego que se fez sentir nos anos precedentes, em 2003, se manteve no mesmo ritmo, onde o desemprego caiu para 16,4%. Em 2004 registrou-se um ligeiro aumento de 17,6%, voltando a decrescer no ano de 2005 para 16,4% e situando-se acima de 23,5% no ano de 2006. Por outro lado, à semelhança dos anos anteriores, a taxa do desemprego continua sendo mais elevada no caso das mulheres em relação aos homens, tendo atingido a percentagem máxima de 25% em 2004 e mínimo de 11,1% em 2006. Já se tratando dos homens, o valor máximo foi de 16,1% em 2006 e mínimo de 10,2% nos anos de 2003 e 2005.

Em termos de taxa de atividade, constata-se que os valores observados no país são mais elevados no caso dos homens do que no das mulheres, o que reflete a tradicional participação masculina nas atividades econômicas, como evidencia a figura abaixo:

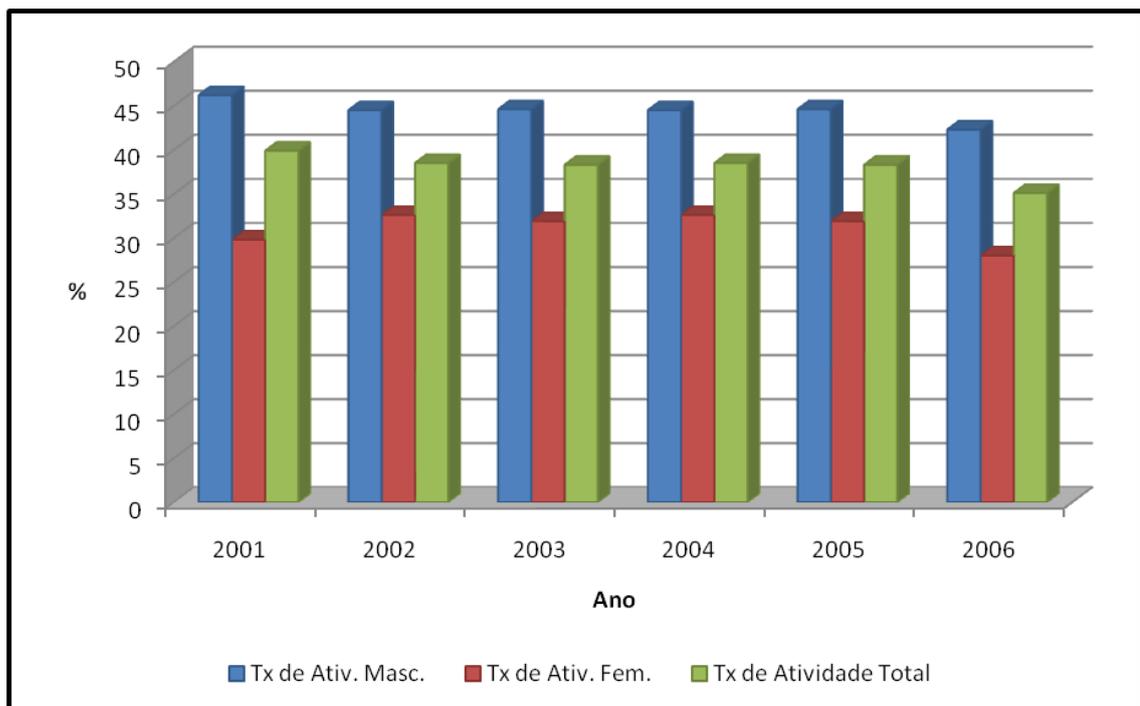


Figura nº17(4)- Taxa de atividade (2001-2006)
Fonte: INE (Elaboração própria)

A taxa de atividade masculina é superior, variando entre 42% e 46% para os homens, verificando-se uma redução substancial na população, que varia dos 28% aos 32%. No ano de 2001 a taxa de atividade masculina atingiu o valor máximo de 46% conta 32,6% nos anos de 2002 e 2004 para a população feminina. Deste modo, verifica-se um déficit de emprego feminino em relação ao masculino.

Relativamente à situação sócio-econômica da população, observa-se que o peso dos inativos é ligeiramente inferior aos dos ativos, atingindo o valor máximo de 48.498 habitantes no ano de 2000, enquanto que o número de ativos atingiu o valor máximo de 62.619 habitantes em 2006.

5. O PAPEL DO COMÉRCIO EXTERIOR NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA SANTOMENSE

A crescente abertura ao comércio internacional na segunda metade do século XX é a evidência de que, nos dias atuais, as economias dos países estão cada vez mais inter-relacionadas entre si. Para Dornbusch e Fischer (1993, p.95):

uma economia está ligada ao resto do mundo através de dois canais externos: o comércio (de bens e serviços) e os financiamentos. A ligação via comércio surge do fato de que a parte da produção de um país é exportada para países estrangeiros enquanto alguns bens que são consumidos ou investidos no país são produzidos externamente e importados.

O comércio internacional não só é relevante para uma economia na medida em que é fundamental para a análise dos fatos econômicos e a formulação de políticas econômicas, como também poderá ser o fator fundamental na promoção do crescimento econômico de um país. De acordo com Jakobsen (2005), existe uma relação entre o comércio e o desenvolvimento, tendo em conta que os países exportam os seus produtos a fim de obter os recursos para comprar aquilo de que necessitam, inclusive para fomentar seu desenvolvimento, como máquina, tecnologias, etc.

Se voltarmos um pouco atrás e lançarmos um olhar sobre o crescimento de algumas economias podemos observar que, ao longo do tempo, o crescimento do comércio internacional é o que impulsionou o desenvolvimento das grandes economias atuais. Bairoch (1993) relata a respeito do desempenho de alguns países, dentre os quais se destacam: a Inglaterra, que no período ainda mercantilista exportava a lã para o continente Europeu, os EUA, que até 1860 foram responsáveis por dois terços das importações europeias de algodão, a Austrália e a Nova Zelândia, os quais até 1920 substituíram de certa forma a Inglaterra como fornecedores de lã para o mercado europeu, e o Canadá, no qual apenas 10% das exportações eram compostas pelos produtos manufaturados e o restante era principalmente madeira, amianto e níquel. Destaca ainda o mesmo autor que, na Dinamarca, nesta mesma época, 90% de suas exportações eram produtos agrícolas ou derivados.

Outro exemplo ainda que pode ser citado, é o caso da Argentina, que em 1910 foi um importante exportador de produtos primários e um dos 15 países mais ricos do mundo. Porém, a Argentina é considerada atualmente como sendo um dos países em desenvolvimento, aproximadamente o 45º do ranking, porque sua agricultura perdeu no que diz respeito à

produtividade e o país não alcançou a industrialização necessária. Portanto, de uma forma ou de outra, o comércio internacional teve alguma influência no desenvolvimento dessas economias. Por outro lado, cabe ressaltar que os países desenvolvidos que atingiram o crescimento econômico, além da industrialização com ajuda do comércio externo no financiamento neste processo, adotaram também políticas que os favoreceram o acesso aos mercados para o escoamento dos produtos primários.

O presente capítulo aborda a evolução do comércio externo na economia de São Tomé e Príncipe no período pós-independência. Pretende-se também enfatizar os contributos do comércio externo para o crescimento econômico de São Tomé e Príncipe num período marcado pela transformação do regime monopartidário em regime multipartidário no início da década 90 e, conseqüentemente a liberalização econômica. O primeiro item faz uma análise sobre a evolução da balança comercial. No segundo, analisa-se a Composição das Exportações, das Importações e a sua evolução na balança comercial. No que diz respeito à composição das exportações santomenses, foi feita uma análise sobre a evolução do principal produto de exportação (cacau) do país. No item a seguir, buscou-se analisar a Evolução da estrutura geográfica do comércio externo e, por fim, foi feita uma síntese do capítulo.

Evolução da balança comercial

Em uma economia aberta, onde a renda corresponde à soma do consumo, investimentos, gastos do governo e exportações líquidas, o setor externo é uma das variáveis fundamentais. Isso se dá pelo fato de estar muitas vezes ligado à questão de desenvolvimento de um país, tendo em conta que poderá desempenhar um papel relevante para o seu crescimento econômico e, desse modo, gerar um nível de renda per capita mais elevado e, conseqüentemente, aumento do emprego para a população. No entanto, este setor poderá não ser uma ferramenta promissora do crescimento quando sua dinâmica não é capaz de gerar recursos necessários ao processo desse crescimento, sobretudo aos países em via de desenvolvimento. Para Biai (2008), a maior dificuldade destes países perante o setor externo está na questão da concentração das exportações, por apresentarem uma estrutura de exportação pouco diversificada e muitas vezes restrita a poucos produtos primários. Além disso, são grandes demandantes e importadores de diversos bens e serviços, o que origina desequilíbrios macroeconômicos na balança comercial. Para que não haja esses desequilíbrios macroeconômicos, a produção deve exceder as despesas internas e exportar-se a diferença,

levando as exportações líquidas a serem positivas. Caso contrário, ou seja, se essa produção for inferior às despesas internas, importa-se a diferença, o que leva as exportações líquidas a serem negativas e, assim, provoca o desequilíbrio na balança comercial. Ou por outras palavras, as exportações devem ser superiores às importações para que sejam gerados excedentes para as contas do governo.

A realidade da balança comercial santomense se enquadra no segundo caso, em que as exportações são inferiores em relação às importações, causando assim o desequilíbrio na balança comercial do país. Vale ressaltar que esta balança já esteve em situação favorável nos primeiros anos após a independência, como resultado da recuperação parcial da produção do cacau no quadro de um programa de reabilitação das empresas estatais. Este foi financiado pelo Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD) e pelo Banco Árabe de Desenvolvimento Econômico em África (BADEA), e associado ao aumento extraordinário do preço do cacau no mercado internacional, que por sua vez sofreu uma redução drástica na década de 80.

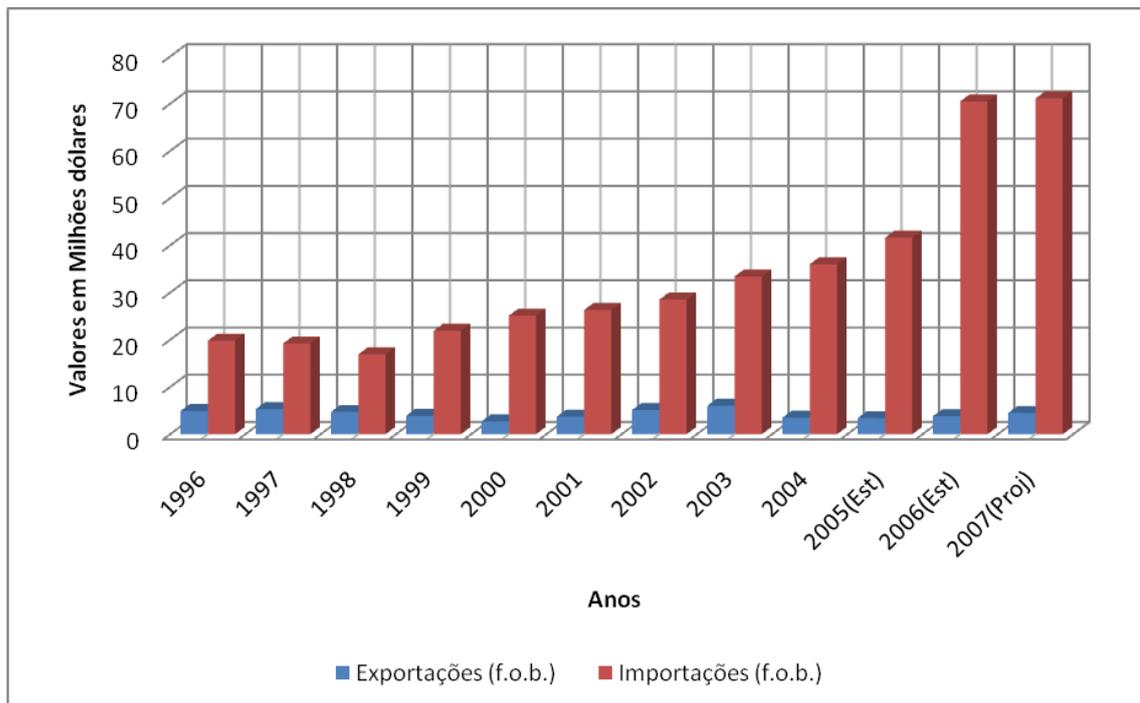


Figura18(5) - Evolução da Balança Comercial (1996-2007)

Fonte: (INE & Banco de Portugal) Elaboração própria

De acordo com os dados obtidos tanto do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe bem como do Banco de Portugal, mostram que São Tomé e Príncipe é um país altamente deficitário em seu comércio com o resto do mundo, como se pode observar na

figura acima. A razão desse quadro deficitário está na base do país possuir uma economia frágil e pouco diversificada, tendo como principal produto de exportação o cacau, que ao longo do tempo teve produção declinante, conseqüentemente, limitada pelas fracas perspectivas do mercado deste produto, e dependendo excessivamente das importações. Além disso, outras atividades econômicas tais como piscatória, industrial e turística, poderiam contribuir de certa forma para o comércio externo do país e têm-se demonstrado modestas, diminutas e em fase de desenvolvimento.

Um olhar atento sobre a figura 18 evidencia que as exportações não acompanharam o ritmo de crescimento das importações, as quais têm se mostrado muito aceleradas. No período compreendido entre 1996 e 1999, as exportações santomenses tiveram um crescimento muito reduzido em relação às importações, que cresceram persistentemente nesse período, embora tenham declinado no ano de 1998. Portanto, durante esse período, muito embora a balança comercial seja deficiente, é possível afirmar que houve uma ligeira redução no déficit referente ao ano de 1998.

As exportações de bens nos anos 2000-2003 evoluíram favoravelmente, registrando em 2003 um novo aumento, embora tenha se registrado uma magnitude bastante inferior em 2000. Este comportamento está associado à subida evidenciada pela exportação de cacau e ao desenvolvimento do turismo.

As importações, por sua vez, mantiveram o seu ritmo de crescimento sem registrar nenhuma oscilação ao longo do período observado. Para o período de 2004-2007 registrou-se um decréscimo nas exportações. Entretanto, estas aumentaram em 2007, enquanto que as importações mantiveram a sua trajetória de crescimento. Por outro lado, ao se proceder a uma análise sobre as exportações e importações per capita apenas para o ano de 2007, pode-se dizer que neste ano, com uma população de 154.875 habitantes, em média, um cidadão santomense comprou US\$ 459,00 de bens importados e produziu US\$ 29,00 de bens exportados. Portanto, percebe-se uma grande disparidade entre o que se produz no país para exportação e o que o mesmo importa.

Como proporção do PIB, os dados obtidos são dados referentes ao ano de 1991 a 2000 a preços correntes. As exportações internacionais de São Tomé e Príncipe atingiram 57,7% no ano de 1991; 66,9% no ano de 1992; 63,2% em 1995; 62,7% em 1996; 61,1% em 1997; 71,1% em 1998; 96,2% em 1999 e 107,9% no ano de 2000. Para os mesmos anos, as proporções entre as importações e o PIB corresponderam, respectivamente, a 20,3%; 23,9%; 15,5%; 15,1%; 17,6%; 16,9%; 22,5%, e 27,9%.

5.1.1 Composição das Exportações e das Importações

Desde o final do séc. XIX e início do séc. XX as exportações de São Tomé e Príncipe têm-se concentrado praticamente num só produto agrícola, o cacau, com o qual o país obteve o pódio de maior exportador do mundo. De acordo com Cardoso (2005), a principal fonte de divisa para o país era o setor primário através da exportação de cacau, atingindo cerca de 82% do total das exportações do país em 1991. Observando a figura 15, constata-se que o cenário dos séculos acima mencionados continua o mesmo, onde o cacau ocupa a primeira posição na composição das exportações do país durante o período em análise.

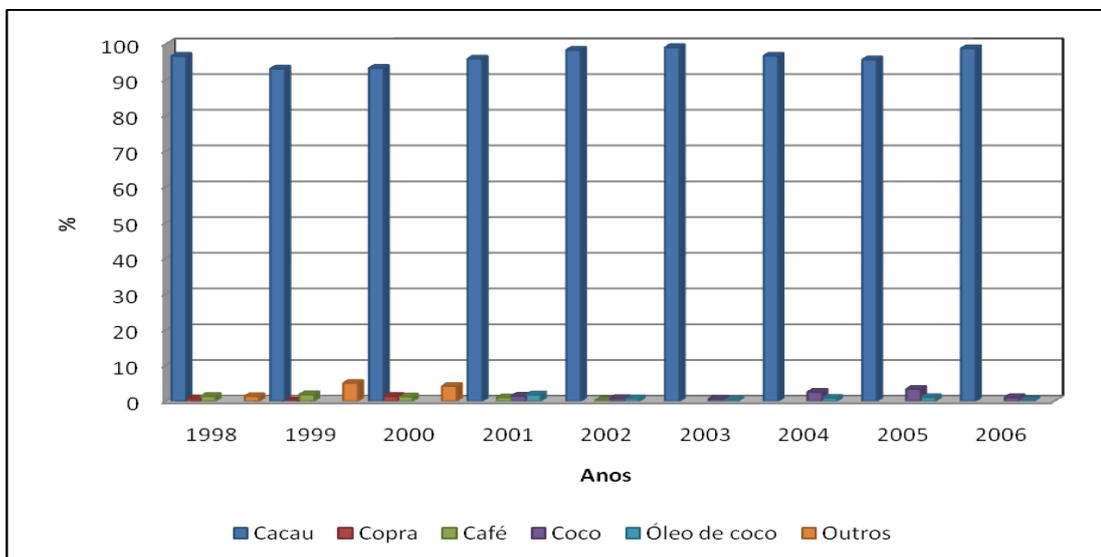


Figura 19(5)- Composição dos produtos de exportação de São Tomé e Príncipe (1998-2006)
Fonte: (INE & Banco Central de STP), Elaboração própria

Nos anos de 2002 e 2006, este mesmo produto atingiu por volta de 98% das exportações do país, contra 92% em 1999, sendo esta a menor percentagem ao longo do período em análise. Em média geral, o cacau compõe 96% das exportações do país.

Apesar de o cacau ter uma grande proporção nas exportações santomenses, outros produtos como o café, a copra, o coco e o óleo de coco também fazem parte da composição da exportação, mas em pequena quantidade.

Muito embora a carência de dados não permita analisar com exatidão a participação do café nas exportações do país, este produto é considerado o segundo produto de exportação, sendo que foram duas culturas introduzidas pelos portugueses na era colonial. Temudo e Arvóla (2002) relatam que “São Tomé e Príncipe foi marcado por diferentes ciclos de evolução econômica aos quais estão associados três importantes culturas de exportação: cana

de açúcar, café e cacau.” No entanto, o café tem sido pouco expressivo nas exportações do país.

De 1998 a 2002, a participação da cultura do café nessas exportações variou entre 1,37% e 0,27%. No ano de 1999, esse produto atingiu o valor máximo de 1,84%. De 2003 a 2006 não foi possível analisar a sua evolução nas exportações do país, pois a fonte consultada (INE) não dispunha de dados referentes a esse período.

Com relação ao coco e à copra, esses dois produtos também não foram expressivos significativamente na composição das exportações do país. Para a copra, segundo os dados obtidos referentes aos anos de 1998 a 2000, a sua maior participação foi de 1,38% neste último ano. Já o côco, em relação ao qual os dados obtidos foram referentes aos anos de 2001 a 2006, o seu maior valor percentual foi de 2,53. Por outro lado, o óleo de coco, produto derivado do coco nos últimos tempos (a partir de 2001) tem feito parte da composição das exportações do país. Apesar disso, também tem demonstrado pouca expressão nessas exportações.

5.1.2 Evolução da produção do principal produto de exportação (cacau) de São Tomé e Príncipe

A cultura do cacau foi introduzida em São Tomé e Príncipe juntamente com a cultura do café pelos portugueses no início do século XIX devido ao declínio da produção açucareira, à fertilidade do solo e às condições climáticas propícias para o cultivo deste produto no país.

No período compreendido entre 1890 a 1921, a produção do cacau foi ocupando espaço na economia santomense como sendo o principal produto de exportação, deixando de lado a cultura do café. De acordo com Temudo e Arvéola (2002, p. 5), São Tomé e Príncipe,

por volta de 1910, ascendeu a primeiro produtor mundial de cacau, 90% das terras eram controladas por grandes proprietários de plantações portuguesas e brancas. Tal fato conduziu à criação, pelos portugueses, do sistema das roças, sendo grandes unidades agrícolas direcionadas para a monocultura do cacau.

Após cinco séculos sob o regime colonial português, tanto ao nível econômico como político, São Tomé e Príncipe ascendeu à independência em 12 de Julho de 1975, herdando uma economia baseada essencialmente na monocultura do cacau, com uma produção envelhecida, em fase de declínio e com carência de pessoal qualificado.

Paralelamente, as autoridades santomenses adotaram um modelo de gestão centralizado da economia, nacionalizando todas as empresas agrícolas de cacau existentes no

país e estruturando-as em 15 empresas estatais. Segundo MPF (2004), no período pós independência, as antigas empresas agrícolas foram nacionalizadas e entregues à gestão nacional sem experiência, contribuindo significativamente para a queda sucessiva de produção. Conseqüentemente, os índices de produção diminuíram sistematicamente e a rentabilidade dessas empresas passou a ser um grave problema para o estado santomense associado aos condicionalismos da cotação do cacau no mercado internacional, dando origem a sucessivas baixas na produção, como podemos observar na figura abaixo:

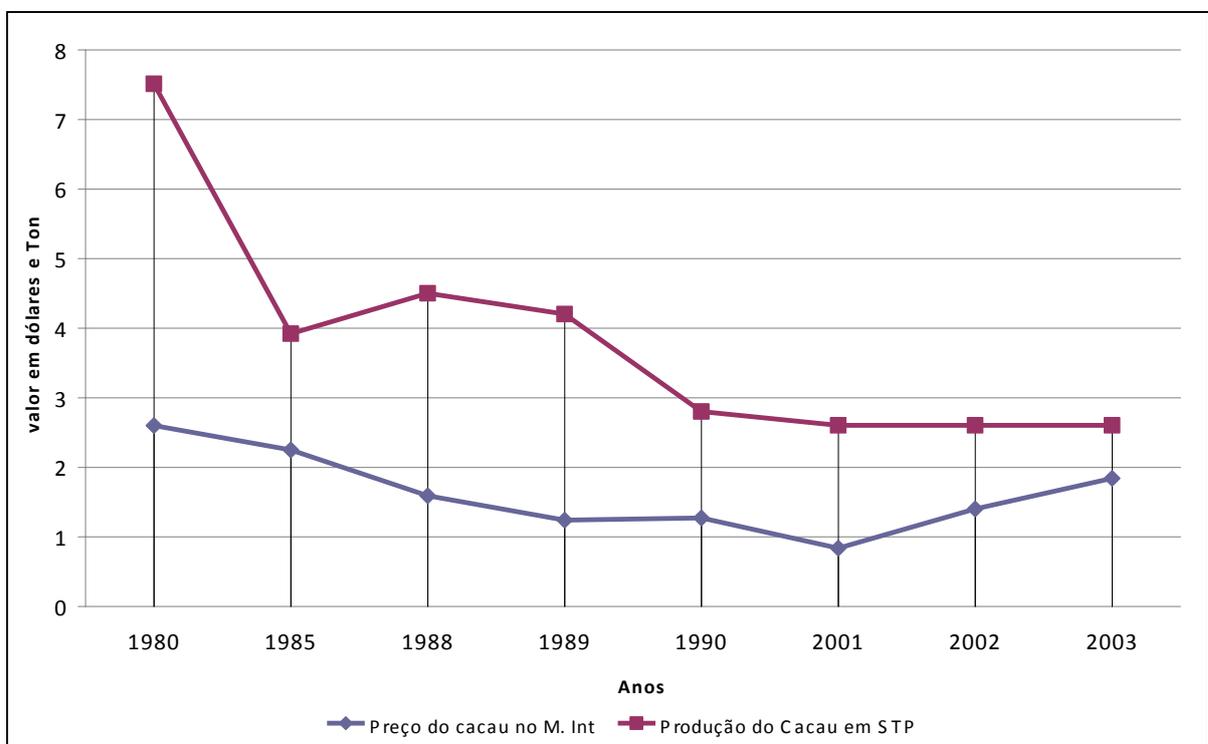


Figura20(5)-Produção do cacau em STP e o Preço no Mercado Internacional (1980-2003)

Fonte: (Banco Mundial), Elaboração própria

Conforme pode ser observado no gráfico, de 1980 a 1985 o nível da produção do cacau se reduziu de forma drástica, saindo de 7500 a 3920 ton. De igual modo, o preço do cacau no mercado mundial estava em queda, embora não sendo do mesmo ritmo do declínio da produção do país. De acordo com o FMI (2003), as condições do mercado afetaram a produção e os incentivos ao investimento. O preço sofreu um longo período de recessão desde o *boom* do cacau em 1979 e, além disso, refletiu a volatilidade típica dos preços das *commodities*, principalmente no período de 1999 a 2003. Ainda sobre a queda do preço do cacau a nível mundial, Khor (2004) afirma que durante o período de 1980 a 2000, os preços

das 18 principais *commodities* caíram em média 25% em termos reais e a queda foi mais marcante para produtos como algodão (47%), café (64%), arroz (61%), cacau (71%) e açúcar (77%). O mesmo autor acrescenta que o efeito da queda das *commodities* foi e continua sendo devastador para muitos países, sobretudo os da África Subsaariana, onde a redução em 28% do valor dos termos de troca entre 1980 e 1989, representa uma perda de US\$ 16 bilhões no ano de 1989.

De 1985-1988, a produção sofreu um ligeiro aumento, de 3 920 a 4500, enquanto que o preço do cacau continuava em queda. É importante salientar que em 1985 o governo santomense iniciou algumas reformas econômicas de grande envergadura em virtude dos desequilíbrios nas finanças públicas, liberalizando o comércio externo, desfazendo-se das casas comerciais estatais, privatizando, reestruturando ou liquidando algumas outras empresas estatais. Para a Organização das Nações Unidas (1998), a reforma agrária foi uma das medidas mais importantes levada a cabo pelo estado santomense na segunda metade dos anos 80, com a negociação de contratos de gestão de algumas empresas agrícolas estatais com empresas estrangeiras. Em seguida foi alargada para incluir a redistribuição de terras aos pequenos agricultores (muitos deles antigos trabalhadores agrícolas) e a empresas santomenses de médio porte. Certamente, essas reformas devem ter contribuído para o aumento da produção.

O processo de transição das grandes plantações (antigas Roças coloniais, transformadas em empresas estatais no período pós-independência), para explorações agrícolas familiares, que realmente se efetivou nos anos 90 com a privatização parcial da terra para os pequenos agricultores e a tentativa de concessão de crédito agrícola a pequenos e médios agricultores, não contribuiu significativamente para o aumento da produção no ano de 1989-2001, onde se registra uma nova baixa na produção de cacau, acompanhada pela instabilidade do preço do produto no mercado mundial em 1990, diminuindo em 2001.

Diversos fatores estiveram na base da baixa produção neste período, nomeadamente: ataque de uma praga de *rubrocintus* causada pelo abate indiscriminado de árvores protetoras da plantação, afetando a produção; a própria incapacidade dos trabalhadores em se organizarem em pequenas cooperativas de produção; ausência de censo agrícola nacional que permitiria o governo desenvolver políticas adequadas onde se estabeleciam prioridades, planejar programas e monitorar a evolução do setor produtivo; ausência de novas tecnologias apropriadas à produção do cacau, incluindo variedades de material vegetal. De acordo com Masters e Uaiene (2005, p.8) “a inovação tecnológica e o acesso a mercados para os agricultores de baixo rendimento são bens públicos clássicos, os quais o sector privado não

pode proporcionar”. Portanto, cabia às autoridades santomenses proporcionar esses bens públicos aos pequenos agricultores, o que influenciaria sem dúvida o crescimento da produção do cacau.

No período compreendido entre 2001 e 2003, a produção do cacau deu sinais de recuperação, se estabilizando na faixa de 2603 a 3000 ton., enquanto que o preço do mesmo no mercado internacional entrava na fase de crescimento. Pires (2008), afirma que após o encontro internacional dos maiores produtores de cacau a nível mundial, os preços alcançaram níveis mais elevados em 2002. No entanto, não refletiu significativamente na produção do cacau de São Tomé e Príncipe, porque, segundo o FMI (2005), o aumento do preço refere-se à exportação do cacau seco e não cacau em goma, cujo preço interno era por volta de 2 000,00 dobras, o que revelava diferença entre os preços praticados pelos produtores locais para exportação e o preço do cacau seco no mercado internacional, que era: 5 407,1; 10 778,8; 15 203,9 dobras entre os anos de 2001 e 2003, respectivamente. Logo, essa situação contribuiu para o desestímulo dos produtores locais na venda do cacau em goma, tendo em conta que não possuíam conhecimentos a respeito do mercado internacional devido à falta de acesso ao mesmo. Por outro lado, eram muitas vezes confrontados com o aumento dos preços dos insumos para o tratamento das plantações.

5.1.3 Composição das Importações

A figura 20 expressa a composição das importações do país durante o período de 1998 a 2005. Durante o período em análise destacam-se três tipos de bens, nomeadamente; gêneros alimentícios, bens de investimento e produtos petrolíferos.

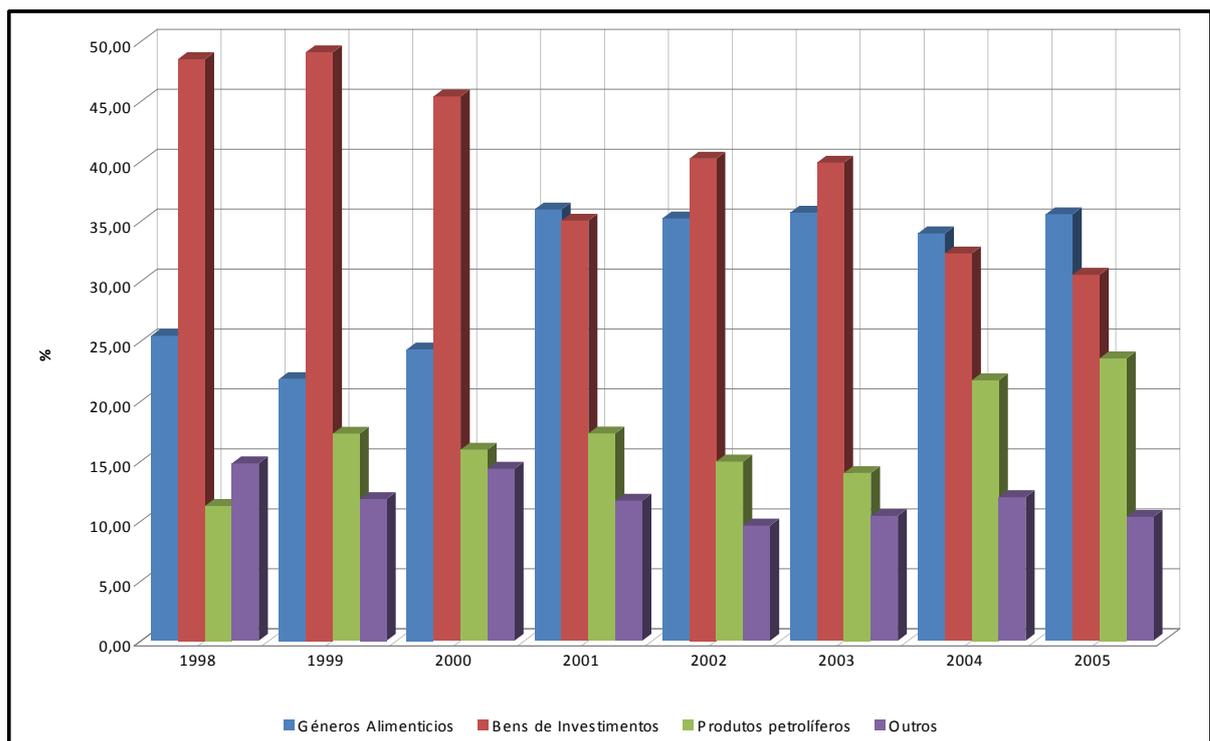


Figura 21(5) – Composição das importações de São Tomé e Príncipe (1998-2005)
Fonte: (INE & Banco Central de STP), Elaboração própria

De 1998 a 2000, a composição das importações do país tem sido dominada, digamos assim, pelos bens de investimento, aumentando de 48,5% no ano de 1998 para 49% no ano de 1999 e sofrendo uma redução para 45% no ano de 2000. O aumento da importação de bens de investimento que se registrou entre 1998 e 1999, provavelmente justifica-se pelo aumento de investimentos estrangeiros e privados no país ou pelo próprio estado santomense.

O aumento de importações de bens de investimento pode ser um fator crucial para um país ou uma região em desenvolvimento na medida em que contribui para o seu crescimento. Biai (2008, p.30) destaca que:

A importação de fatores de produção pode, por um lado, contribuir significativamente para o crescimento do país, como por exemplo, bens de capital, equipamentos industriais e produtos petrolíferos. A demanda por estes produtos ajuda a dar uma maior dinâmica à estrutura econômica, por permitir que setores produtivos da econômica fomentem o crescimento, através de uma maior participação na produtividade e na geração de emprego e renda para a população.

De igual modo, Gomes e Vergolino (1995) alegam que para regiões em estágios iniciais de desenvolvimento industrial, o único meio de materializar a formação de capital para a expansão da capacidade produtiva são as importações. Deste modo, se o país importar em grande escala bens de capital, melhor será para o seu desenvolvimento.

De 2000 a 2001, houve uma redução desses bens na composição da importação do país, tendo atingido 35,05% do total das importações. Em contrapartida, os gêneros alimentícios, que no período de 1998 a 2000 variavam entre 25% e 24%, sofreram um aumento e, assim, ultrapassaram os bens de investimento, tendo atingido o valor de 35,98%.

No período subsequente, 2002 a 2003, foi verificado um ligeiro aumento de importação de bens de investimento no país, enquanto que os gêneros alimentícios se mantiveram no valor de 35%. Já os produtos petrolíferos, que tinham variado entre 17% e 15% (1999-2001), neste período, atingiram um valor entre 14 e 15%.

Já no período de 2004 a 2005, registrou-se uma quebra na importação de bens de investimento, tendo os gêneros alimentícios (em 2004), aumentando no ano seguinte para 35%. Além disso, os produtos petrolíferos sofreram um aumento significativo em relação aos períodos anteriores, tendo atingido o valor de 23% no ano de 2005.

5.1.4 Evolução da estrutura geográfica do comércio externo

As figuras 22 e 23 apresentam a evolução das quotas dos principais países ou grupos de países no comércio externo de São Tomé e Príncipe. Em traços gerais, a estrutura geográfica do comércio internacional santomense aparenta ser determinada pela conjugação de três características relativas aos parceiros comerciais externos: o nível de desenvolvimento, a proximidade ideológica, geográfica e histórica, e a proximidade política.

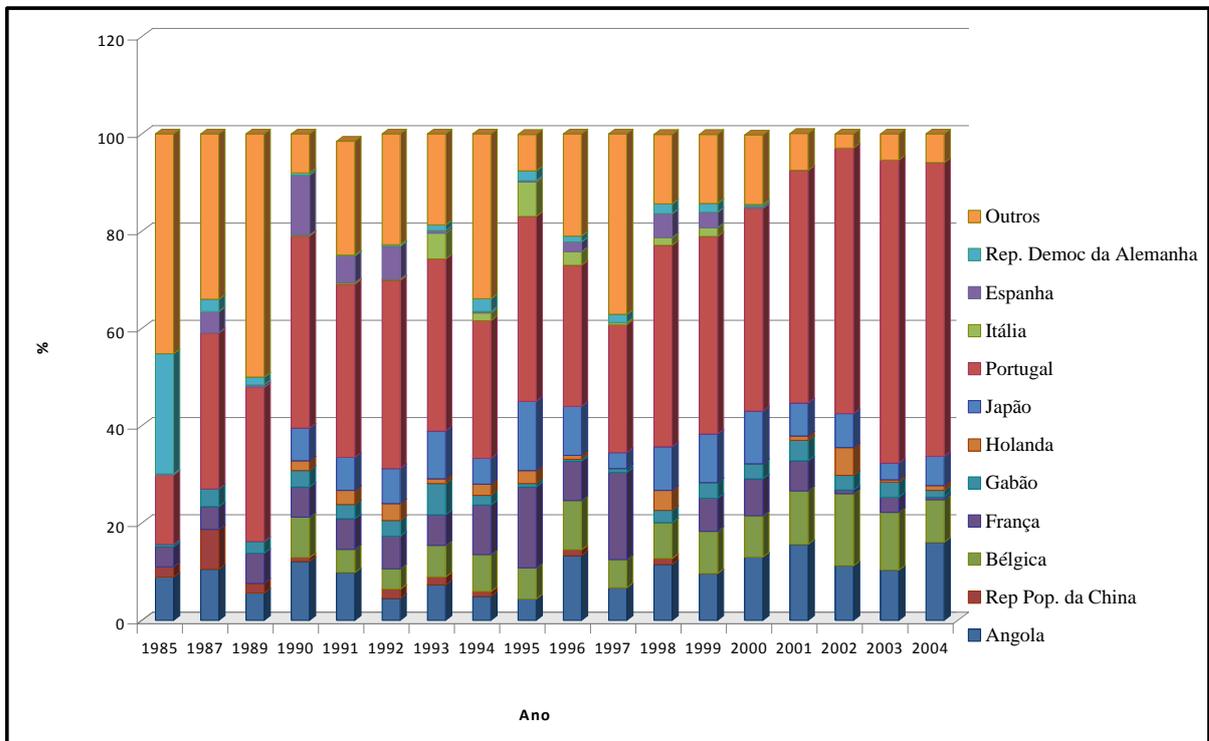


Figura22(5)- Principais países importadores de bens e serviços para São Tomé e Príncipe (1985-2004)

Fonte: (FMI e Banco de Portugal), Elaboração própria

No regime monopartidário que São Tomé e Príncipe vivenciou durante 15 anos após a independência, as relações comerciais privilegiavam alguns países do bloco Leste devido à influência ideológica em que o país estava mergulhado e fruto de alguns acordos bilaterais estabelecidos com esses países. De igual modo, São Tomé e Príncipe é membro de um conjunto de organismos econômicos internacionais, tais como a “Comunidade Econômica dos Estados da África Central” (CEEAC), os “Acordos de Cotonou”, que estabelece parceria entre UE-ACP (África, Caraíbas e Pacífico), a “Organização de União Africana” (OUA), o “Fundo Monetário Internacional”, o “Banco Mundial”, a “Associação Internacional de Desenvolvimento”, a “Aliança dos Pequenos Estados Insulares” (AOSIS), e “Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação” (FAO). Além disso, atua como observador da “União Aduaneira e Econômica da África Central” (UDEAC).

De acordo com o FMI (1993), em 1985, a antiga República Democrática Alemã, a República Popular da China, a Ex-URSS e a Iugoslávia tinham uma participação de 43% no total das importações santomenses. Entretanto, no ano de 1988, essa participação declinou

para 11% e, em 1990 atingiu 5%. Paralelamente, Portugal tem-se mostrado ao longo do tempo como um grande fornecedor, com um terço das importações no período de 1985-89.

Quanto aos países africanos, Angola (maior fornecedor de produtos petrolíferos a São Tomé e Príncipe) e Gabão (país onde muitos santomenses importavam bens de primeira necessidade) foram os únicos países africanos que tiveram uma percentagem significativa nas importações do país. Vale salientar que a relação comercial entre São Tomé e Príncipe e esses dois países africanos pode ser vista como uma manifestação de aproximação geográfica, política e histórica entre eles. Por outro lado, com a liberalização da economia e, conseqüentemente do comércio, as relações comerciais e diplomáticas foram se expandindo a outros países capitalistas, embora Portugal fora o país que mesmo no regime monopartidário teve uma participação significativa nas importações, sendo quase metade do total destas durante o período em análise.

Em relação às exportações, durante a segunda metade do ano de 1980, três países absorveram quase 80% do total das exportações santomenses. A República Federal Alemã fora o maior cliente de São Tomé e Príncipe atingindo 35%, seguido da Holanda, com 24% e da antiga República Democrática Alemã, com a mesma participação de 24%. No entanto, a República Popular da China e Portugal também tiveram suas participações de forma significativa, como podemos observar na figura abaixo:

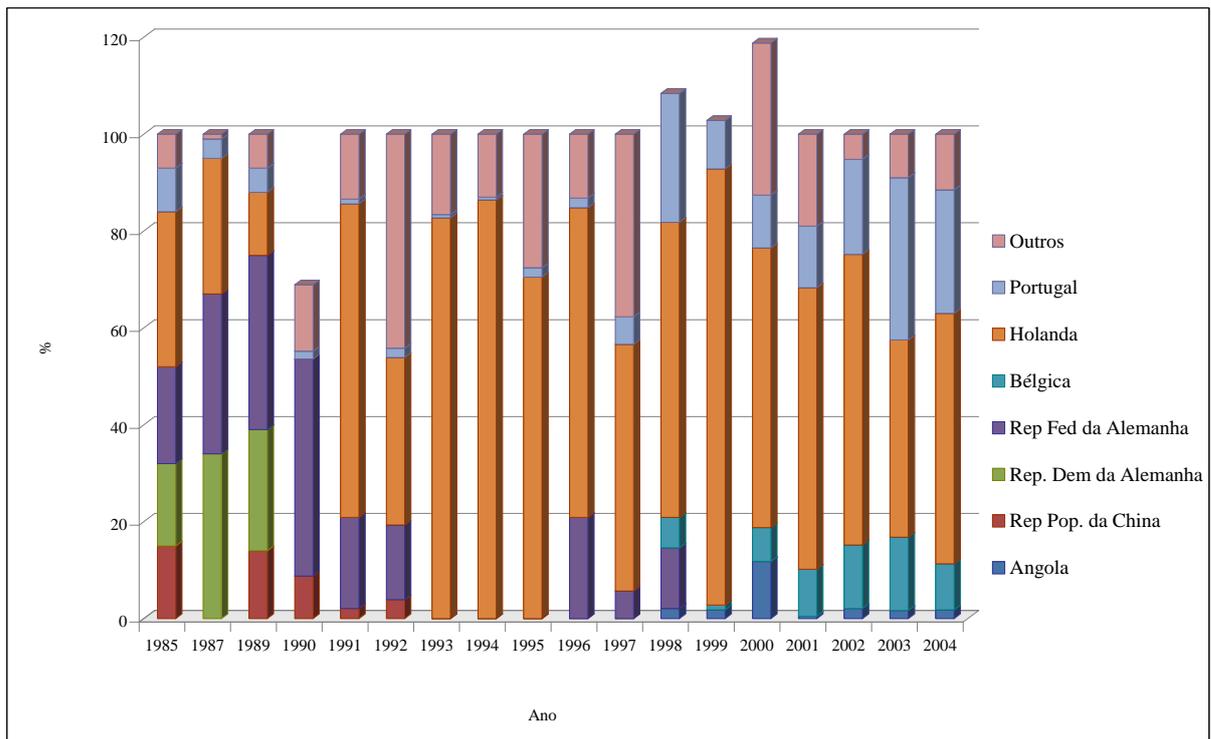


Figura23(5)- Exportação de S.Tomé e Príncipe para o mundo (1985-2004)
Fonte: (FMI e Banco de Portugal), Elaboração própria

A partir do ano de 1991, o quadro se reverte a favor da Holanda, onde se posiciona como o maior cliente de São Tomé e Príncipe na aquisição dos seus produtos primários, principalmente o cacau. Em 1997 evidenciou-se uma divisão equitativa entre Alemanha e Portugal.

Em síntese, os dados obtidos do INE e do Banco Central de Portugal dão conta que, ao longo do período em análise, a tendência do saldo da balança comercial santomense é sempre negativa, sofrendo um déficit crônico, onde as importações permanecem superiores às exportações do país. Estas permaneceram ao longo do período direcionadas a um único produto, cacau, cujo preço tem sofrido flutuações no mercado internacional. Portanto, o país não foi capaz de diversificar a sua produção para exportação.

No que diz respeito às importações, no período do regime monopartidário o país havia privilegiado as relações comerciais com os países do bloco leste; entretanto, Portugal tem sido o principal fornecedor de mais que metade do total das importações.

O comércio externo joga um papel preponderante na economia santomense na medida em que setores primários e secundários da economia santomense não estão em condições de produzir o suficiente para satisfazer as múltiplas necessidades no que se referem a bens de primeira necessidade, bens de investimento e outros bens que a população tanto necessita.

Deste modo, faz-se necessário desenvolver a produção doméstica com vista a impulsionar a substituição das importações e diversificar a produção para exportação de forma que contribuía para o bom desempenho do comércio externo do país embora diversos fatores como, o nível de atividade doméstico, a demanda externa, os termos de troca (preços de exportação e importação) e as tarifas e barreiras ao comércio possam afetar o seu desempenho.

6. BALANÇO DE PAGAMENTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O presente capítulo tem como objetivo analisar a evolução do balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe. Para tanto, primeiramente fez-se algumas observações de caráter conceitual sobre o balanço de pagamentos e, posteriormente, analisou-se a trajetória desse balanço no país. No segundo item analisou-se a situação da dívida externa desse país. A dependência da Ajuda internacional foi o objeto de estudo no terceiro item. O quarto, por sua vez, dedicou-se à análise das finanças públicas do país e, por fim, foi feita uma síntese do capítulo.

Evolução do balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe

O balanço de pagamentos é um indicador importante na medida em que serve como mensuração da saúde financeira de um país e de sua independência econômica em relação aos outros países. Por definição, o balanço de pagamentos é o registro das transações efetivas entre os residentes de um país e o resto do mundo. Portanto, são registrados os movimentos e os valores das exportações e importações de bens e serviços em um determinado período, assim como as transações de capitais, entre as quais são incluídos os empréstimos, os investimentos diretos, as amortizações e os movimentos nas reservas internacionais.

Em outras palavras, o balanço de pagamentos está constituído por duas contas principais, a saber: conta corrente e conta de capital. De acordo com Nascimento e Souza (2007), nas contas correntes ou de transações correntes fazem parte três sub-contas, nomeadamente a Balança Comercial, a Balança de Serviços e das Rendas Recebidas e enviadas ao Exterior e as Transferências Unilaterais Correntes (donativos). Já a conta de Movimento de Capitais ou conta Capital representa a movimentação dos recursos financeiros entre as nações em forma de investimentos de estrangeiros no país ou dos cidadãos no

estrangeiro, os investimentos na bolsa de valores e na instalação de empresas, pagamentos e recebimentos relativos à dívida, e os financiamentos externos.

O resultado global do balanço de pagamentos depende dos resultados da conta corrente e da conta de capital. Se ambas as contas estiverem em déficit, o saldo do balanço de pagamentos estará em déficit; se estiverem em superávit, este se traduz como saldo positivo para o balanço de pagamentos, e se uma estiver em déficit e outra em superávit, o resultado do saldo do balanço de pagamentos será de déficit. Se o balanço de pagamentos de um país apresentar déficit como resultado, o mesmo deverá ser coberto com as reservas (por meio de diminuição de reservas) que o país tiver em estoque, ou mesmo por meio de novos empréstimos (contratação de novos empréstimos (FMI) ou atraso nos pagamentos de terceiros). Por outro lado, se houver superávit no Balanço de Pagamentos significa que não há dependência externa e que, portanto, as reservas do país estão aumentando.

A literatura aponta que os países em desenvolvimento tendem a apresentar saldos negativos na conta corrente, o que representa uma transferência de poupança do resto do mundo para os seus países. Obstfeld e Roggoff (2000), no seu trabalho empírico, alegam que altas taxas de juros influenciam os déficits em conta corrente, sendo o efeito explicado pela introdução de custos no comércio internacional (custos de transporte, tarifas, barreiras comerciais, etc). Já a Organização das Nações Unidas (2008) afirma que em virtude dos elevados custos de transporte e fraca competitividade internacional os países africanos encravados tendem a ter maiores déficits nas contas correntes quando comparados com outros países africanos.

Por outro lado, o desempenho de uma economia é influenciado de certa forma pelo resultado do balanço de pagamentos na medida em que os fluxos de bens e serviços se constituem como parte integrante da demanda e oferta agregadas e, por conseguinte, têm efeitos diretos sobre o nível de emprego, de produtos e de preços. Desse modo, as importações representam uma "redução" da demanda pelo produto interno e as exportações, um aumento. Assim sendo, segundo Gomes e Vergolino (1995), uma menor demanda faz decrescer os incentivos para novos investimentos, logo diminuindo as adições à capacidade produtiva, reduzindo, assim, a taxa máxima de crescimento do produto. Caso contrário, os incentivos para novos investimentos aumentam, elevando, dessa maneira, as adições à capacidade produtiva e havendo, portanto, crescimento do produto.

Embora na ausência de dados completos sobre o balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe, alguns autores alegam que o balanço de pagamentos do país se caracteriza por persistentes déficits de 1980 a 1990. Neste período, esses déficits atingiram, em médias

anuais, o valor de 12 milhões de dólares. No ano de 1981, o resultado do balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe era considerando de déficit crônico, tendo o déficit da conta corrente excedido 50% do PIB, registrando-se um aumento de 75% do PIB no ano seguinte e se reduzindo para 26% do mesmo indicador no ano de 1983. Em parte, os déficits foram causados pela inadequada taxa de cambio praticada no país, tendo sido a dobra (moeda local) sobreavaliada em relação às moedas dos principais parceiros do país. Isso no que diz respeito à importação de produtos petrolíferos, gêneros alimentícios e manufaturados, que aparentavam ser mais baratos do que os produtos domésticos. Por conseguinte, esses déficits e os aumentos das reservas estrangeiras foram financiados principalmente por meio da acumulação de atrasos da dívida. O estoque das reservas estrangeiras aumentou no final de 1980 no valor equivalente a seis semanas de importação para quinze semanas de importação no final de 1990 (BANCO MUNDIAL 1985; BANCO MUNDIAL VOL. I 1993).

Por outro lado, segundo o Banco Mundial (Vol. I 1993), a conta de serviços e rendimentos também registrou persistentes déficits, em média anual de 10 milhões de dólares, refletindo os altos custos de frete, seguro e viagem associados ao relativo isolamento do país, além das obrigações da dívida externa. O desenvolvimento da conta serviços também foi influenciado pelos substanciais pagamentos para assistência técnica. Embora na ausência de dados fiáveis, o pagamento de frete e seguro durante o período foi, em média, 6 milhões de dólares, estimados em aproximadamente 25% do valor de importação(CIF). Esses pagamentos junto com a assistência técnica contabilizaram em mais de metade do total de fluxo da conta de serviços e rendimentos durante o período, enquanto as obrigações representavam 20% e o restante destinava-se a custos de viagens oficiais e à manutenção das embaixadas e missões diplomáticas no estrangeiro. A conta capital registrou um superávit durante o período de 1980 a 1990, onde os desembolsos dos empréstimos de médio e longo prazo totalizaram, em médias anuais, 10 milhões de dólares, dos quais 60% foram canalizados para o balanço de pagamentos e 40% para o financiamento do PIP. Ainda com respeito ao déficit do balanço de pagamentos no período de 1980 a 1990, a Organização das Nações Unidas diz o seguinte:

The collapse in export earnings, along with continued heavy dependence on imports of food and other goods and services, resulted in the emergence of large external current account deficits from the early 1980s. These were then exacerbated by the rise in interest payments, as the debt burden grew in the 1980s. The current account deficits have remained very high during the 1990s, exceeding 30% of GDP (one of the highest ratios in the world). If official transfers of external assistance are excluded, these deficits have been well over 70% of GDP in most years, (...), (UNITED NATIONS SYSTEM IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE 1998, p.87)

Embora no período de 1980 a 1990 tenham sido registrados persistentes déficits no balanço de pagamentos do país, a situação não foi muito favorável no período de 1996 a 2007, do qual foi possível adquirir dados completos, como se pode observar na figura 23.

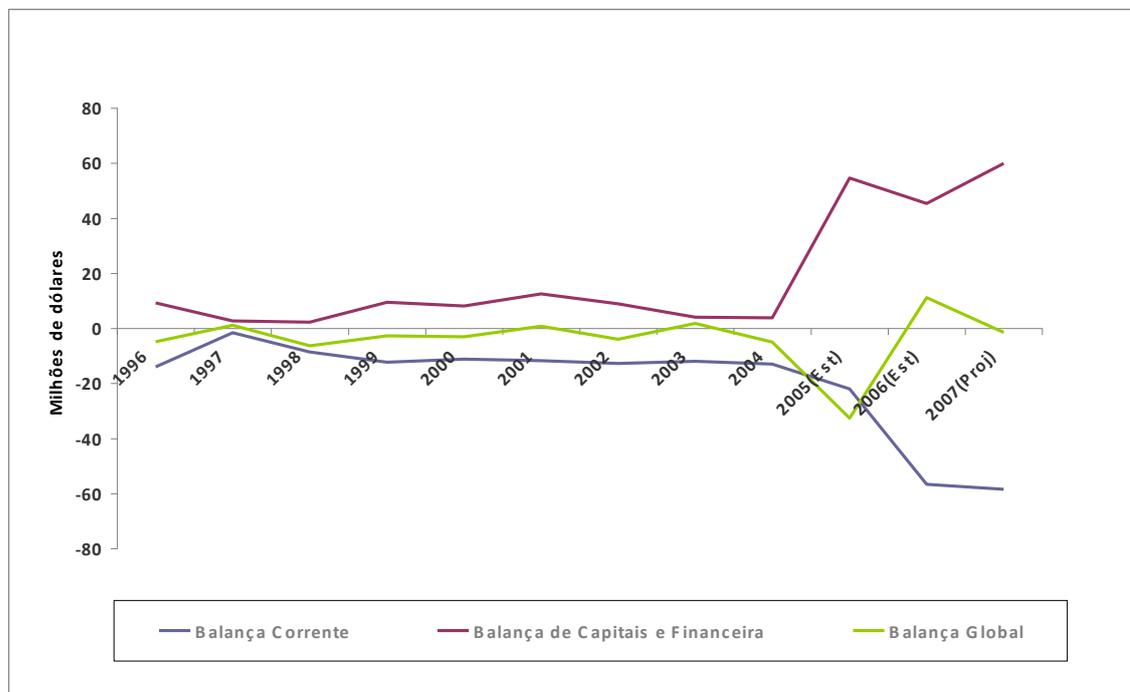


Figura 24(6) – Evolução do balanço de pagamentos de São Tomé e Príncipe (1996-2007)
Fonte: Banco de Portugal (Elaboração própria)

Conforme demonstrado pelo gráfico acima, a conta corrente santomense durante o período em análise, de 1996 a 2007, excluindo as transferências oficiais, apresentou sempre tendência deficitária. No ano de 1996, o valor do déficit rondou por volta de 14 milhões de dólares, tendo se reduzido abruptamente no ano seguinte para 1,6 milhões de dólares, o que pode ser explicado pelo aumento das transferências unilaterais. Já no ano de 1998 registrou-se um novo aumento do déficit na ordem de 8,6 milhões de dólares, mantendo assim o seu ritmo crescente, muito embora tenha se verificado algumas oscilações entre 1999 e 2001. A partir

do ano de 2002, os déficits foram crescentes, atingindo uma projeção de 58,4 milhões de dólares no ano de 2007. Vale ressaltar que o aumento do déficit na conta corrente durante o período em análise pode ser basicamente explicado pelo mau desempenho da balança comercial, não conseguindo a economia santomense satisfazer a demanda local e estando fortemente dependente das importações, registrando, assim, sucessivos déficits. Por outro lado, ainda que o saldo da balança comercial fosse positivo, com as transferências unilaterais líquidas positivas, o resultado do saldo da conta corrente continuaria sendo negativo, pois a conta de serviço e as rendas foram sempre deficitárias ao longo do período em análise.

No que diz respeito à conta de capital e financeira, durante o período em análise, a sua evolução foi favorável, com uma tendência ascendente, sobretudo entre 2004 e 2007. No início do período, a mesma situava-se no valor de 9,2 milhões de dólares, tendo registrado uma diminuição nos dois anos seguintes. No ano de 1999, registrou-se um novo aumento no valor aproximado do início do período, com uma projeção de 59,9 milhões para o ano de 2007. O resultado positivo do saldo da conta de capital e financeira deve-se aos ingressos líquidos em investimentos estrangeiros diretos que se verificou durante o período em análise, atingindo o valor máximo estimado de 29,4 milhões de dólares no ano de 2006. Além dos investimentos estrangeiros diretos, os empréstimos de curto e de longo prazo, os financiamentos aos projetos, entre outros, contribuíram para o resultado positivo da conta capital registrado durante o período. No entanto, este resultado não foi suficiente para inverter o resultado negativo da balança global observado em quase todo o período em análise, sendo dependente de ajuda externa.

Dívida Externa

A recessão das economias ocidentais dos anos 70 levou a uma redução na comercialização das commodities, como o café e o cacau, vendidos pelos países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina. Essa comercialização lhes serviria como forma de pagamento dos empréstimos contraídos junto aos países do bloco ocidental e do bloco socialista durante a guerra fria. Na medida em que a renda desses países foi declinando, a dívida foi crescendo consoante ao crescimento das taxas de juros, sendo uma medida de combate à inflação verificada a nível mundial.

A situação de crise da dívida se agravou no ano de 1982, quando o México, considerado um dos países mais devedores do mundo, anunciou que não poderia e não iria

pagar as suas dívidas, ameaçando a estabilidade das economias ocidentais. Assim sendo, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os governos ocidentais se reuniram no sentido de tomar medidas necessárias a fim de diminuir o impacto imediato da crise. Dentre as medidas tomadas, destacam-se: o chamado Plano Baker¹¹, que consistia em novos empréstimos, servindo de “ponte para a lacuna”, enquanto era dado tempo para que as reformas econômicas rigorosas surtisserem efeito; incentivos aos credores comerciais para trocar a dívida por “Brady bonds” (de valor menor, porém mais seguras); a formação do Clube Paris tendo em vista a negociação com os países devedores, e a troca de dívida por ações de empresas locais por parte de alguns credores comerciais. Não obstante, a crise da dívida se manteve apesar de ter cessado o perigo inicial. Com as dívidas do México e do Brasil reestruturadas, os credores perderam o senso de urgência, tendo em conta que outras dívidas não eram vulto suficiente para perturbar a economia mundial.

Embora as dívidas não tivessem peso suficiente para causar essa perturbação na economia mundial, a região como um todo foi afetada pela crise da dívida. Os países da África Subsaariana foram os mais atingidos, uns pelas guerras civis apoiadas por um lado pelos países ocidentais e por outro pela Rússia, e outros devido aos conflitos étnicos ocasionados por problemas econômicos. São Tomé e Príncipe sofreu por causa da sua condição de exportador de um único produto (cacau), cujo preço no mercado mundial se encontrava em declínio, associado à baixa produção do cacau verificada no país e à redução das ajudas obtidas junto aos países do bloco socialista, que foram decrescendo em face de situação econômica mundial. De acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas (1998), nos anos após a independência o governo santomense contraiu empréstimos para financiar investimentos com vista à diversificação da economia do país. Além disso, em face de queda das receitas de exportações observadas no início dos anos 80, novos empréstimos foram contraídos a fim de sustentar as importações. Como consequência verificou-se um elevado aumento das importações, sobretudo de produtos alimentares e uma diminuição das exportações, causando um déficit na balança de pagamentos e culminando com os desequilíbrios econômicos e financeiros.

Em virtude desses desequilíbrios o governo viu-se na necessidade de formular progressivamente a sua política econômica, contraindo empréstimos substanciais junto às agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, essencialmente para investimentos nas infra-estruturas sociais e agricultura. Deste modo,

¹¹ Plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final dos anos 80. O nome do plano tem sua origem no nome do secretário do tesouro estadunidense, Nicholas F. Brady.

entre 1981 e 2007, a dívida externa do país variou de 30,9 milhões a 105,9 milhões de dólares, tendo se registrado algumas oscilações ao longo do período, como se pode verificar na figura 25.

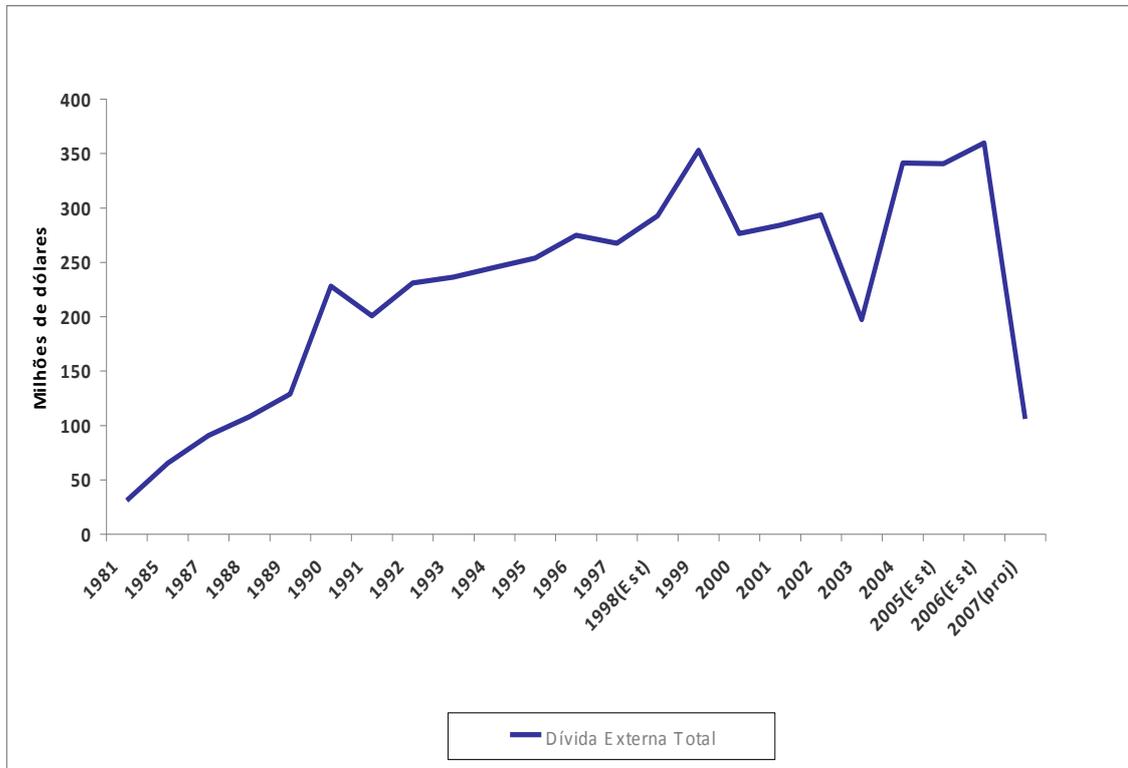


Figura 25(6) – Dívida Externa de São Tomé e Príncipe (1981-2007)
Fonte: PNUD, INE, FMI (Elaboração própria)

De acordo com a figura 25, o período de 1981 a 1990 foi o período de crescimento da dívida do país, que se elevou de 30,9 para 228,1 milhões de dólares no ano de 1990. A relação da dívida/exportação passou de 349% em 1981 para 574% em 1985, 996% em 1987, atingindo o valor percentual de 1544,6 no ano de 1990. Já o rácio da dívida total em termos de produto interno passou de 88% em 1981 para 95,5% em 1985, aumentando para 173% em 1987 e atingindo o seu pico em 1990, com valor percentual de 290,1.

O período subsequente, de 1990 a 2000, foi marcado pelo maior crescimento da dívida externa de São Tomé e Príncipe, que só no ano de 1997 atingiu o valor de 267,3 milhões de dólares, equivalente a 608,5 % do PIB e 2 148,4% da exportação de bens e serviços (fig. 17). A proporção da dívida em relação às exportações foi dez vezes superior à média da África Subsaariana, a região mais endividada do mundo, que tinha uma proporção de dívida/exportação de 202% em 1996 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998). No espaço de dois anos, a dívida do país voltou a crescer, desta vez atingindo o valor de 352,8 milhões de dólares, sendo correspondente a 752,5% do PIB e

2141,1% das exportações. A maioria dos empréstimos concedidos a São Tomé e Príncipe era de natureza concessional¹², sendo os cálculos do NPV da dívida externa do país equivalente a 1298% das exportações de bens e serviços em 1997. Este é um valor cinco vezes mais alto do que a proporção do “limiar de sustentabilidade” de 200-250%, definido pelo FMI e Banco Mundial no âmbito da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Desta forma, no ano de 2000, diversas negociações entre São Tomé e Príncipe e as Instituições Financeiras Internacionais resultaram no cumprimento de alguns critérios estabelecidos e diretrizes em relação à política de ajustamento macroeconômico impostas pelas Instituições Financeiras Internacionais (FMI e o Banco Mundial). Desse modo, o país se beneficiou com o ponto de decisão sobre a elegibilidade para a Iniciativa HIPC. Assim sendo, teve a oportunidade de se beneficiar do alívio da dívida por parte de alguns credores internacionais e de assistência intercalar fornecida pela IDA, pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela Comissão Europeia (BANCO DE PORTUGAL, 2003).

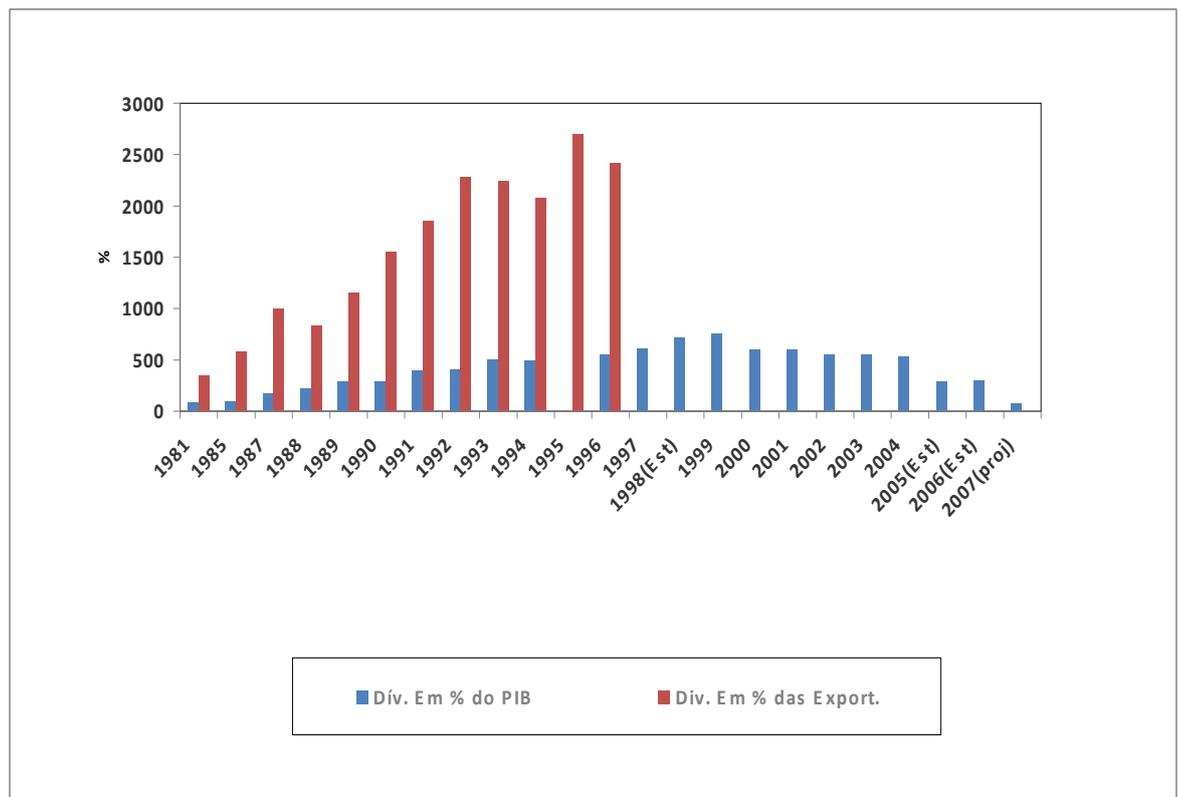


Figura 26(6)- Dívida Externa em percentagem do PIB e das Exportações (1981-2007)
Fonte: PNUD, INE, FMI (Elaboração própria)

¹² Empréstimos com taxa mais baixa e ao longo prazo.

Embora o país tenha se beneficiado do alívio da dívida junto a alguns credores internacionais (os credores do Clube de Paris), e de um programa financiado pela PRGF, os montantes da dívida permaneceram por um lado elevados e por outro decrescente ao longo do período de 2000 a 2007. No ano de 2001, a dívida externa do país atingiu o montante de 284 milhões de dólares, sendo o valor correspondente a 595,1% do PIB e 1826,3% das exportações. Já no ano de 2002 registrou-se um novo aumento da dívida, tendo atingido o valor de 293,6 milhões de dólares, equivalente a 548,2% do PIB e 1500,7% das exportações. As causas desses aumentos poderão estar na base da ocorrência de derrapagens orçamentais e estruturais verificadas no ano de 2001. Essas derrapagens impossibilitaram o cumprimento dos objetivos do programa financiado pela PRGF e levaram à suspensão do processo do ponto da decisão da iniciativa HIPC em virtude do não cumprimento dos compromissos do acordo PRGF com o FMI. Após o estabelecimento de um *Staff Monitored Program*, cujos objetivos foram globalmente atingidos em 2002 e 2003, neste ano registrou-se um diminuição considerável da dívida externa, como se pode observar na figura 16. Já nos anos subsequentes, as estimativas apontam para um novo aumento dessa dívida, enquanto as projeções para o ano de 2007 eram de redução no valor de 105,9 milhões de dólares.

Vale ressaltar que, de acordo com o Banco de Portugal (2007), em Março de 2007 foi anunciada a decisão pelos Conselhos de Administração do FMI e do Banco Mundial de que São Tomé e Príncipe havia cumprido os requisitos necessários para atingir o chamado Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Com isso, o país passou a se beneficiar em pleno do alívio da dívida externa ao abrigo daquela Iniciativa e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI) obtendo, por conseguinte, uma redução da referida dívida estimada em cerca de 80% do seu valor nominal, que deve ter influenciado nas projeções de 2007. Ainda com respeito ao anúncio da redução da dívida do país, o Banco de Portugal relata o seguinte:

Tal resultado ficou genericamente a dever-se aos progressos alcançados pelo país ao longo dos últimos anos na aplicação da sua estratégia de combate à pobreza e na execução do programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI (ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility*, PRGF). Numa perspectiva de curto prazo, importa contudo sublinhar que o alívio da dívida só foi possível — para além desse progresso genérico — devido ao aperto das políticas orçamental e monetária posto em prática a partir de meados do ano passado.

O referido aperto, expresso em diversas medidas correctivas, permitiu que as metas estipuladas no programa de ajustamento para Dezembro de 2006 acabassem por ser globalmente observadas, rectificando assim o incumprimento registado no mês de Junho precedente. De facto, a evolução

da conjuntura macroeconómica ao longo do primeiro semestre do ano passado tinha-se caracterizado pelo expansionismo orçamental e monetário — fenómeno que, apesar de contrariado no semestre seguinte, deixaria ainda marcas bem evidentes em domínios como a execução orçamental, a expansão da liquidez e a evolução dos preços (BANCO DE PORTUGAL, 2007 p. 93).

Dependência da Ajuda Externa

Ajuda externa é, por definição, transferência de recursos materiais ou financeiros com vista à melhoria do bem-estar do povo de uma nação beneficiada. Teve o seu início após a Segunda Guerra mundial com o Plano Marshall, sendo a ajuda económica fornecida pelos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental e, posteriormente, por meio da criação de instituições multilaterais como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Para Dalgaard e Olsson (2006), ajuda externa é quase essencialmente garantida aos países de baixo PIB per capita, considerando que as reservas dos recursos naturais não são distribuídas equitativamente pelo planeta. Além disso, a capacidade dessas reservas em produzir renda pode em certo grau ser inerente aos níveis de desenvolvimento, mas em menor proporção que as ajudas externas. Isto quer dizer que, teoricamente, as ajudas externas são destinadas a países com poucos recursos geradores de renda capazes de sustentar o seu desenvolvimento, com o fim de estimular a acumulação de capital, aumentando, desta forma, a produtividade.

As ajudas externas, assim como os recursos naturais (petróleo), podem estar na base das deficiências institucional e política, como defendem muitos autores. Ao mesmo tempo, a dependência de ajuda externa pode causar a chamada “doença holandesa”. São Tomé e Príncipe tem sido beneficiado de ajuda externa tanto em termos bilaterais como multilaterais, em virtude da queda das receitas de exportações verificada no final dos anos 70 e devido ao fardo crescente do serviço da dívida.

Durante os quinze anos após a independência de São Tomé e Príncipe, sob o regime monopartidário, as relações externas foram estabelecidas e privilegiadas com países do bloco socialista, a saber: Cuba, Rússia, antiga República Democrática Alemã, República Popular da China e alguns países africanos, sendo a ajuda externa era fornecida essencialmente por esses países. No entanto, em virtude da mudança de regime monopartidário para o regime multipartidário, ou seja, regime democrático, associada à liberalização económica verificada

no início da década 90, o país estendeu o seu leque de relacionamento externo com os países do ocidente, beneficiando-se, desta forma, de ajuda externa proveniente desses países.

De acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas (1998, apud PNUD, 1998c), no ano de 1997, os desembolsos líquidos da ajuda externa cresceram, atingindo o valor de USD\$ 41,6 milhões, sendo três vezes superior às receitas de exportação de bens e serviços do país. Em termos de per capita, essa ajuda externa é provavelmente a mais elevada de todos os países do mundo. Sendo de USD\$ 314 em 1997, os desembolsos líquidos da ajuda per capita foram aproximadamente dez vezes mais elevados do que a média para a África Subsaariana e quase 30 vezes maiores do que a média para todos os países em desenvolvimento, como se pode observar na figura 27.

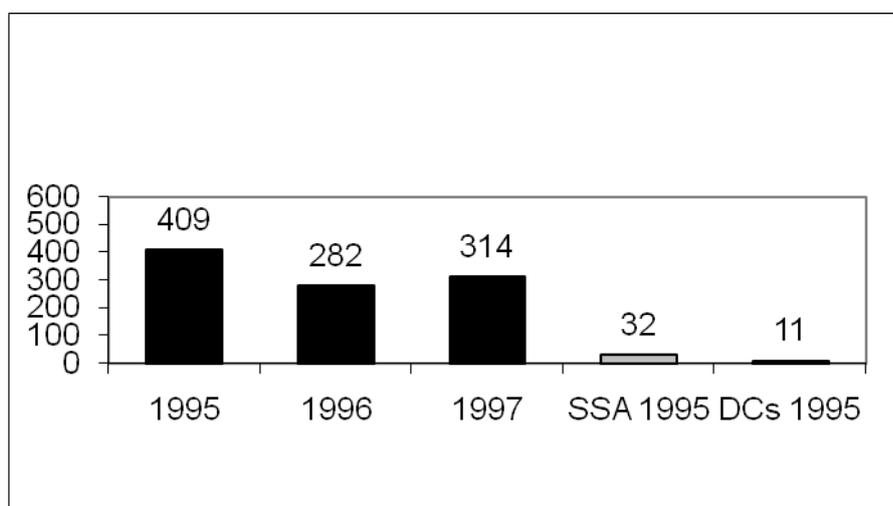


Figura 27(6)-Ajuda per capita para São Tomé e Príncipe
Fonte: Organização Mundial das Nações Unidas

Apesar de o país ter se beneficiado de grande ajuda externa, esta não se traduziu em crescimento econômico do país e bem estar da população, na medida em que existe uma fraca capacidade de absorção da ajuda internacional. No entanto, teoricamente, setores como o social, institucional e econômico têm sido beneficiados com esses fundos disponibilizados pelos doadores bilaterais e multilaterais. No âmbito do setor econômico, tanto o balanço de pagamentos como o Orçamento Geral do Estado dependem consideravelmente da ajuda externa em virtude da situação financeira do país ser deficitária.

Finanças Públicas

Conforme mencionado anteriormente, as finanças do Estado dependem consideravelmente da ajuda externa, uma situação que já remonta aos anos 80. Embora na ausência de dados sobre a situação das finanças públicas do país nesses anos, a Organização Mundial das Nações Unidas (1998) alega que, apesar do apoio dos doadores, as dificuldades fiscais haviam sido problema sério para o orçamento do Estado na década de 80. Isso em virtude do baixo rendimento do cacau verificado no início do ano. Assim, o Estado teve que cobrir o fardo crescente de transferências para as empresas estatais deficitárias, incluindo as empresas agrícolas estatais diretamente atingidas pela queda dos rendimentos de cacau. Além disso, o governo tentou continuar o financiamento de grandes programas sociais, subsidiar preços, pagar os serviços da dívida crescentes e uma folha de salários de funcionários públicos preenchida através de recrutamentos feitos com base em critérios sociais. Não obstante, algumas medidas foram tomadas no sentido de melhorar a situação fiscal, destacando-se: remoção da maior parte dos subsídios (exceto produtos derivados de petróleo), e reestruturação, liquidação e privatização de várias empresas estatais não lucrativas, com vista a diminuir o seu peso no orçamento do Estado.

Por outro lado, no âmbito da reforma administrativa, implementou-se a redução do emprego nos serviços públicos. No que tange à arrecadação de receitas, sendo as alfandegárias a principal fonte de receita do Estado, os objetivos foram direcionados ao seu aumento, tendo em conta o seu número reduzido devido à fragilidade no sistema de cobrança das taxas para além de invasão e fraude fiscal generalizadas. Desta forma, foram efetuados alguns investimentos na reforma fiscal, incluindo o desenvolvimento da legislação adequada, novos procedimentos administrativos e a instalação de um sistema informático sofisticado para os serviços das Alfândegas. No entanto, essas medidas foram minadas pela falta de imposição, que tem sido imputada à falta de quadros, aos salários baixos e à corrupção, associada à influência exercida por alguns importadores influentes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS 1998, apud BANCO MUNDIAL, 1996a).

De igual modo, o Banco Mundial (1993), no seu memorando econômico sobre as ilhas, critica o governo dizendo que o país, na década 80, não agiu com maior prudência na condução da política financeira. Apesar do compromisso assumido para a redução substancial do déficit fiscal, o governo não reduziu o nível das despesas ou aumentou a base das receitas. Como resultado, a média do déficit fiscal corrente de 1980-1985 representava 7% do PIB, tendo sofrido um aumento para 9% no período de 1986-1990. Além disso, a média do déficit

fiscal total, incluindo financiamento externo e empréstimos internos era cerca de 40% do PIB no ano de 1985 e 53% no ano de 1990. Deste modo, São Tomé e Príncipe retardou nas suas ações corretivas perante os desequilíbrios orçamentais que, em parte, refletem a fraca capacidade administrativa do país na gestão fiscal.

No período de 1991 a 2005, segundo os dados obtidos, a evolução do saldo do Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe não foi muito satisfatória, de acordo com os resultados apresentados no gráfico a seguir.

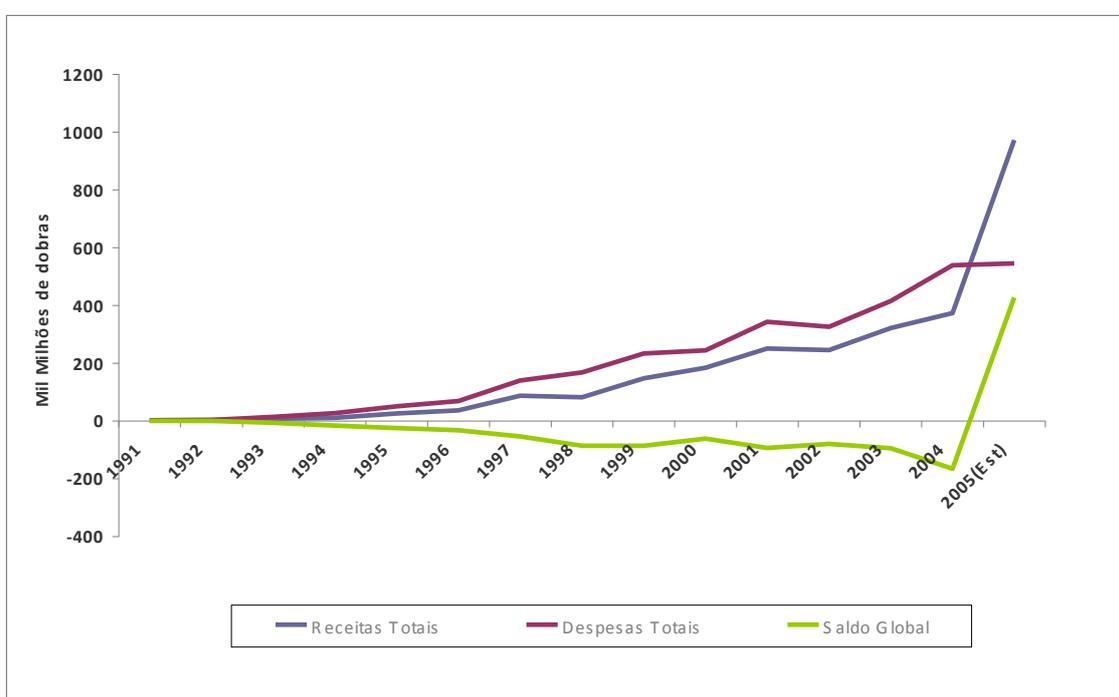


Figura 28(6)- Finanças Públicas de São Tomé e Príncipe (1991-2005)
Fonte: Banco de Portugal, Cardoso, apud INE (Elaboração própria)

Um olhar atento sobre a figura permite constatar que, no período compreendido entre 1991 e 2000, o Orçamento Geral de Estado apresentou saldos negativos, como resultado de crescentes despesas e o aumento das receitas em menor proporção com relação a essas despesas que, sendo as receitas insuficientes para cobri-las. Nos anos de 1991 e 1992, como se pode observar na figura, houve uma aproximação entre os valores das receitas totais e despesas totais, mas mesmo assim o saldo global foi negativo.

A política fiscal é vista como principal instrumento da política macroeconômica para o país. No entanto, não tem sido implementada na íntegra, resultando em sucessivos déficits fiscais. De acordo com Seibert (2002), entre 1991 e 1996, as receitas arrecadadas nos

impostos registraram um declínio de 11% e 9% do PIB, respectivamente, e devido à fragilidade da base interna dos recursos calcula-se que 52% e 77% do total das despesas tenham sido financiadas por recursos externos. O autor acrescenta ainda que as fracas receitas deveram-se, sobretudo, à evasão fiscal generalizada e a excessivas isenções de impostos aduaneiros (73% do total de impostos devidos ao Estado estavam ao abrigo de isenções). Por outro lado, no ano de 1994 o saldo fiscal corrente primário registrou um déficit de 7% do PIB, derivado das despesas do governo com excessivas viagens oficiais, eleições legislativas e mudanças de três governos.

Em face aos contínuos déficits fiscais, as despesas do governo eram financiadas por fundos externos e por créditos do Banco Central e déficits fiscais globais financiados por empréstimos de doações estrangeiras e pela acumulação de atrasos nos serviços de pagamento da dívida. Segundo a Organização das Nações Unidas (1998), o financiamento dos sucessivos déficits nas finanças públicas fez crescer a inflação, esta aumentando para 81% no final do ano de 1997, embora houvesse algum progresso significativo na restauração da estabilidade das finanças públicas para reduzir a inflação em 1998.

De 1998 a 2000, considerado como período de ajustamento, registrou-se algumas melhorias, quais sejam: o total das despesas, que era de 70,1% do PIB no ano de 1997 passou para 66,1% do PIB em 2000; o déficit fiscal global se reduziu de 26,7% de 1997 para 16,5% em 2000, enquanto o *the primary budget balance* (excluindo os donativos e os investimentos financiados estrangeiros) se reduziu em média de 3,5% de 1996-1997 para em média 1,7% em 1999-2000, como resultado da disciplina e austeridade do crédito do Banco Central ao governo. Por outro lado, a redução do déficit reflete a melhoria do desempenho das receitas de impostos, aumentando de 10,6% do PIB de 1997 para 16% no ano de 2000 (BANCO MUNDIAL, 2004).

Não obstante as melhorias verificadas no ano de 2000, no período que vai de 2000 a 2005, à semelhança do período precedente, o Orçamento Geral do Estado apresentou saldo global negativo, exceto as projeções do final do período que dão conta de um saldo positivo na ordem de 426,6 mil milhões de dobras. No ano de 2001, as receitas correntes situaram-se no valor de 95,7 mil milhões de dobras e 131,8 mil milhões de dobras no ano de 2002. Em 2003 o valor foi de 166,6 mil milhões de dobras, atingindo uma estimativa para 2005 no valor de 226,5 mil milhões de dobras. Enquanto as despesas correntes no ano de 2001 foram de 124,3 mil milhões de dobras e 156,8 mil milhões de dobras no ano de 2002, em 2003 passou a 183,3 mil milhões de dobras e atingiu a estimativa de 320,4 mil milhões de dobras. De acordo com o Banco de Portugal (2003), no ano de 2002 registrou-se uma redução das receitas totais

em percentagem do PIB, em 4.3 p.p. (embora correspondendo a um ligeiro crescimento nominal), que se deve à forte quebra evidenciada pelos donativos, que atingiu 6.3 p.p. em relação ao peso no produto. Já em 2005 o comportamento das recitas do país ficou marcado pelo recebimento da verba relativa à assinatura do primeiro contrato de exploração petrolífera, no valor de cerca de 50 milhões de dólares. Dessa forma, modificou-se o saldo orçamental, que passou de um défice de 26.6% do PIB (em 2004) para uma situação de excedente no montante de 56.9% em 2005.

Por outro lado, no quadro do PRGF o governo procurou implementar algumas medidas de contenção e consolidação fiscal necessárias para o cumprimento das condições de acesso ao financiamento. No entanto, os progressos alcançados foram comprometidos devido aos efeitos do pesado calendário eleitoral de 2006 (eleições legislativas em Março/Abril, presidenciais em Julho e autárquicas posteriormente). No que diz respeito às despesas, destaca-se o aumento das despesas correntes pelas despesas feitas com o pessoal, sendo elas: o aumento do salário mínimo (o salário mínimo aumentou de 31 para 40 dólares mensais) e as despesas com bens e serviços e em transferências.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo se propôs a estudar a evolução do crescimento econômico de São Tomé e Príncipe do período colonial até a atualidade. No entanto, a escassez de dados estatísticos consistentes permaneceu particularmente acentuada ao longo do estudo, dificultando, desta forma, uma análise mais profunda e abrangente sobre a economia do país. Por outro lado, nos casos em que foi possível encontrar dados estatísticos sobre essa economia, os valores muitas vezes não eram confiáveis, levando a uma análise mais cautelosa dos dados e optando-se pela apresentação de informações mais congruentes.

Levando em consideração essa ressalva, constatou-se que, para os períodos analisados, a economia de São Tomé e Príncipe na primeira fase da colonização, denominada por alguns autores como a primeira colonização, prosperou. Nesta fase, a economia se baseou na cultura de cana de açúcar, na produção deste produto para exportação e no comércio de escravos, embora não sendo um sucesso econômico duradouro. Apesar da prosperidade, o sistema entrou rapidamente em declínio, causado por diversas revoltas de escravos e pelas invasões dos Franceses, Holandeses e Ingleses às ilhas.

Na segunda fase, denominada de segunda colonização e marcada pela introdução de novas culturas para exportação, o cacau e o café, o país atingiu o pódio de um dos maiores exportadores de cacau no mundo. No entanto, a insustentabilidade da mão-de-obra, a redução do preço do cacau no mercado mundial nos anos 70, entre outros fatores, estiveram na base da crise da economia de plantação das ilhas, permanecendo até o período da independência do país.

No período pós-colonial, embora com sinais de declínio, a cultura de cacau continuou sendo mantida na economia do país como o principal produto de exportação, com uma base de produção envelhecida, uma considerável falta de mão-de-obra qualificada e uma gestão centralizada da economia. A tentativa de diversificação dessa economia fracassou por diversas razões, dentre as quais se destacam a má gestão das empresas estatais e administração fraudulenta das mesmas, entre outros fatores. Como consequência, verificou-se desequilíbrios macroeconômicos e financeiros, tendo a economia do país entrado em declínio na década de 80 com uma avultada dívida externa e registrado o pior desempenho em relação a alguns estados insulares, certos países da África Ocidental e à África Subsaariana como um todo.

A assinatura e a implementação do primeiro Programa de Ajustamento Estrutural nos finais dos anos 80, com o apoio financeiro das Instituições Financeiras Internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, fez com que nos primeiros anos da década de 90 a economia do país crescesse de forma modesta, tendo melhorado consideravelmente ao longo dessa década, apesar de se verificar algumas oscilações. No entanto, esse crescimento não se traduziu num crescimento do PIB per capita, tendo o mesmo sido negativo e em valores baixos, na medida em que no quadro das exportações do país o cacau continuava sendo o principal produto de exportação.

Embora o cacau continue sendo o principal produto de exportação na economia do país, o setor primário, que se supunha que em determinado momento dominou a economia do país por ser de tradição agrícola, vem perdendo posição para o terciário. E o setor secundário, que não teve o seu desenvolvimento estimulado desde o período colonial, tem sido o setor que menos evoluiu ao longo do período. Assim, pode-se dizer que o crescimento na década de 90 foi impulsionado pela demanda interna, mais concretamente pelo setor terciário, uma vez que a balança comercial do país continua registrando déficits. Por outro lado, o comportamento do consumo, que é um dos componentes do PIB, tem sido decrescente ao longo da década, onde se tem verificado o consumo privado superior em relação ao consumo público. Já em relação ao investimento, o seu desempenho tem sido ascendente, registrando algumas oscilações.

Com as reformas estruturais e institucionais de 1998-99 apoiadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, a partir do ano de 2001, a economia santomense entrou num ritmo de aceleração, com uma taxa de crescimento de 4%, ultrapassando o ritmo de crescimento da população. Essas reformas tiveram como propósito a recuperação do desempenho macroeconómico afetado pelo aumento da inflação no ano precedente. Desta forma, em comparação com alguns países vizinhos do grupo de países de baixa renda, São Tomé e Príncipe conseguiu ultrapassar a economia de alguns desses países.

Apesar de ter-se verificado algum crescimento na economia do país, a balança comercial continua sendo deficitária, influenciando de certa forma o balanço de pagamentos, que também tem se mostrado deficitário ao longo do período analisado, deixando o país dependendo de ajuda externa, muito embora sendo superavitário em alguns anos. Por outro lado, as finanças públicas do país também se mostraram em déficit, tendo verificado um excesso das despesas correntes em relação às receitas correntes. No entanto, a entrada do fundo proveniente de bônus de assinatura de exploração petrolífera trouxe alguma melhoria às finanças públicas do país.

Com base nessas evidências, verifica-se uma situação em que a economia de São Tomé e Príncipe se encontra em fase de crescimento, mas, no entanto verifica-se uma situação de desequilíbrio nas contas do estado. Não obstante essas questões, o país poderá mudar caso sejam buscadas alternativas tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável em longo prazo, sobretudo nos setores em que o país possui potencialidades, tais como o turismo, sendo este potencial dinamizador da economia, com a capacidade de gerar riquezas e, por conseguinte, criar novos postos de trabalho diversificados.

Por outro lado, sendo São Tomé e Príncipe um país fortemente agrícola, a agricultura é outro setor da economia que dever ser explorado, buscando a sua diversificação e a sua modernização visando à exportação, sendo as exportações uma excelente fonte de receita para o país na medida em que a procura interna é praticamente insignificante. Além disso, o país entrou em uma nova era, denominada era do petróleo. A exploração deste também poderá ser uma aposta para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe se, e somente se, as receitas provenientes desse setor forem efetivamente geridas com base na transparência, na prestação de contas, na justiça, e canalizadas para os investimentos na agricultura, infraestruturas, educação e saúde.

Referências

AFRICA DEVELOPMENT INDICATORS, 2007. Disponível em:
http://siteresources.worldbank.org/INTSTATINAFR/Resources/adi2007_final.pdf Acessado em Outubro 2008.

BANCO Central de São Tomé e Príncipe. **Relatório Anual 2007|BCSTP. P.5** Disponível em:
 Relatório Anual. 2007. Disponível em: http://www.bcstp.st/Publicacoes/Relatorio_Anual.aspx
 Acesso em: Outubro 2008

BANCO de Portugal. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2000/2001.** Lisboa Banco de Portugal, Setembro 2005. Disponível em:
<http://www.bportugal.pt:80/root/publish/palop/todo-2001.pdf> Acesso Junho de 2008

_____. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2003/2004.** Lisboa Lisboa Banco de Portugal, Setembro 2004. Disponível em:
<http://www.bportugal.pt:80/root/publish/palop/todo-2004.pdf> Acesso Junho de 2008

_____. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2004/2005.** Lisboa Banco de Portugal, Setembro 2005. Disponível em:
<http://www.bportugal.pt:80/root/publish/palop/todo-2005.pdf> Acesso Julho de 2008

_____. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2005/2006.** Lisboa Banco de Portugal, Setembro 2006 <http://www.bportugal.pt:80/root/publish/palop/todo-2006.pdf>
 Acesso Julho de 2008

_____. **Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2006/2007.** Lisboa, Banco de Portugal, Setembro de 2007. Disponível em:
<http://www.bportugal.pt:80/root/publish/palop/todo-2007.pdf> Acesso Julho de 2008

BAIROCH, Paul. **Economics and World History—Myths and Paradoxes.** Brighton, Wheatsheaf, 1993

BANCO Mundial. **Relatório sobre o Desenvolvimento do Mundo de 1994.**

BIAI, Aymard Elisé Fernandes. **Impactos da Integração Econômica da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária do Oeste Africano(UEMOA).** Monografia-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2008.

BRITO, Brigida Rocha. **Turismo Ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe.** Dissertação de Doutoramento. Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2004. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/620> - 9 Acesso Setembro 2008

CARDOSO, Maria Manuela Lemos e Castro. **Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos e no desenvolvimento:** os casos de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Dissertação de Doutoramento. Instituto Superior de Ciências e Trabalho e da Empresa. Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais. Lisboa: Dezembro 2005. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/642/1/Tese+final.pdf> Acesso em Outubro 2008.

CHICK, Victoria. **A Teoria Geral de Keynes 50 anos depois:** o que resta? In: Amadeus Swaalen, Edward(Ed.). Jonh M. Keynes: Cinquenta Ano da Teoria Geral. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1989

COLMAN, D. e NIXSON, F. **Desenvolvimento econômico:** uma perspectiva moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

DALGAARDalgaard, Carl-Johan. Olsson, Ola. Windfall Gains, **Political Economy and Economic Development.** AERC conference in Nairobi-Kenya, 2006. Disponível em: <http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/2690/1/gunwpe0223.pdf> Acesso Janeiro 2009

DATHEIN, Ricardo. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e a sua interpretação pela teoria econômica:** as abordagens neoclássicas, Keynesiana e Schumpeteriana, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, Campinas 2000, Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000219005> Acesso Novembro 2008.

DEVARAJAN, Shantayanan. Easterly, William. Pack, Howard. **Is investment in Africa too High or too low?** macro- and micro-evidence. Journal of Africa economies, Volume 10, AERC, Supplement 2, pp.81-108 Disponível: http://jae.oxfordjournals.org/cgi/reprint/10/suppl_2/81 Acesso em Dezembro 2008.

DORNBUSCH, Rubiger; Fischer, Stanley. **Introdução à Macroeconomia.** São Paulo. Editora McGraw-Hill Ltda. 1992. P.95

ESTÊVÃO, João. **O Desempenho Econômico da África Subsaariana (1960-2002):** Leituras e Interpretações. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Economia. ISEG. Coimbra, 15 de Abril de 2005. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEE/CPLP%2009-05-08%20Apresentacao%20Joao%20Estevao.pdf> Acesso em Novembro 2008

EYZAGUIRRE, Pablo B., **Small Farmers and States in São Tomé, West Africa.** Tese de doutoramento inédita, Yale University (University Microfilms International), 1986.

FAO. **Exports Commodities by country; São Tomé and Príncipe.** Disponível em: <http://www.fao.org/es/ess/toptrade/trade.asp> Acesso em: Setembro 2008

_____. **Exports:** countries by commodity (sorted by value). Disponível em: <http://www.fao.org/es/ess/toptrade/trade.asp?disp=countrybycomm&dir=exp&resource=661&year=1961> Acesso em: Setembro 2008

FLORIANO, Aurélio Porfírio, **A desindustrialização da África Subsaariana e o Impacto dos Programas de Estabilização e o Ajustamento Estrutural:** o Caso dos PALOP's, VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004 Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AurelioFloriano.pdf> Agosto 2008

GOMES, Gustavo Maia. Vergolino, José Raimundo. **A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino:** 1960/1994. Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa-94 Coleção Conselho Regional de Economia-3ª Região-PE Instituto dos Economistas de Pernambuco-IEPE. Maio de 1995

INTERNATIONAL Monetary fund, **Democratic Republic of São Tomé and Príncipe:** Poverty Reduction Strategy Paper—Update, IMF Country Report No. 05/334 September 2005 Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05334.pdf> Acesso em Novembro 2008.

_____, **São Tomé and Príncipe Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report,** May 2008 IMF Country Report No. 08/154 (b) Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr08154.pdf> Acesso em Outubro 2008.

_____. **Democratic Republic of São Tomé and Príncipe:** Fifth Review Under the Three-Year Arrangement under the Poverty Reduction and Growth Facility, and Request for Waiver of Performance Criterion, March 2008 IMF Country Report No. 08/95(a) Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr0895.pdf> Acesso em Outubro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **São Tomé e Príncipe em números.** INESTP 2006. Disponível em: http://www.ine.st/STPN_PUBLICACAO.pdf Acesso em Julho 2008.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento.** Do GATT à OMC – discurso e prática. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005

KATZ, L., **Active Labor Market Policies to Expand Employment and Opportunity, in “Reducing Unemployment: Current Issues and Policy Options,** Federal Reserve Bank of Kansas City, 1994.

LUPORINI, Joana, Viviane. Alves, Duarte Ouro. **Evolução da Teoria do Investimento e Análise Empírica para o Brasil,** Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A172.pdf> Acesso Maio de 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia.** Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. Nova impressão Revisada. Rio de Janeiro. Editora LTC S.A. 1995

MASTERS, William A. e Uaiene, Rafael N. **Elementos de um Plano de Acção para São Tomé e Príncipe: Agricultura e Desenvolvimento Rural.** Grupo de Consultoria da

Universidade de Columbia a São Tomé and Príncipe Centro de Globalização e Desenvolvimento Sustentável Earth Institute - Universidade de Columbia. Disponível em: ww.earth.columbia.edu/cgsd/STP

MELO, Giovani Monteiro; JUNIOR, Waldery Rodrigues. **Determinantes do Investimento Privado no Brasil: 1970-1995**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, novembro de 1998. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_605.pdf Acesso Novembro 2008

MINISTÉRIO da Saúde, Trabalho e Segurança Social da RDSTP. **Quadros de Pessoal**. São Tomé e Príncipe. 1988.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS. **Projeto N.L.T.P.S. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo. São Tomé e Príncipe uma Retrospectiva**. Julho de 1998.

_____. **Resumo do Diagnóstico da Situação da População e Gênero em São Tomé e Príncipe. Direção de Planeamento**. São Tomé, 2004.

NAÇÕES UNIDAS, União Africana. **Vigésima-sétima Reunião do Comité de Peritos. Terceira Reunião do Comité de Peritos. Quadragésima-primeira Sessão da Comissão Económica para a África Terceira Sessão de CAMEF**. 26–29 de Março de 2008 Disponível em: <http://www.uneca.org/cfm/2008/docs/Portuguese/SurveyEconomicSocialConditions.pdf> Acesso Janeiro 2009

NASCIMENTO, Edson Ronald; SOUZA, André Fábio. **Uma Breve Análise da Evolução do Balanço de Pagamentos no Brasil**. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196954731.pdf Acesso Janeiro 2009.

NEVES, Carlos Agostinho das, **S. Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Século XVIII**, Funchal, 1989, pp.22-23

OBSTFELD, M. e K. Rogoff “**The Six Major Puzzles in International Macroeconomics: Is There a Common Cause?**”, NBER Working Paper, nº 7777, julho de 2000. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=237142 Acesso Dezembro 2008

OCIO, Zurrón Domingo. **O emprego na teoria econômica**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo Fundação Getúlio Vargas NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações Série Relatórios de Pesquisa, Relatório nº 11/1995. Disponível em: <http://www.eaesp.fgvsp.br/AppData/GVPesquisa/Rel11-95completo.pdf> Acesso Novembro 2008.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho, OIT. **O Mercado de emprego na África Subsaariana**, Genebra 1997, Disponível em:

www.oit.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/prep_modulo_1.pdf Acesso Janeiro de 2009

PIRES, Clélia Eleyde Ramos. **Gestão estratégica na produção e comercialização do cacau Em São Tomé E Príncipe**: Diferenciação a partir do cacau orgânico. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife: 2008.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano Tomé e Príncipe 2002**: as mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano. São Tomé e Príncipe. 2003. P.59 Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/africa/saotomeprincipe/Sao%20Tome_2002_pt.pdf Acesso em Junho 2008.

PNUD. **Report du développement Humain**, São Tomé e Príncipe. 1998

SACHS, Jeffrey D. and Warner Andrew M. **Sources of Slow Growth in African Economies**, Journal of African Economies, December 1997, Volume 6, Number 3, pp. 335-376 http://www.cid.harvard.edu/ciddata/warner_files/afrgrow.pdf Acesso Setembro 2008

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, Clientes e Compadres; Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe**. 2. ed. Editora Vega, 2002.p.35; p.23-44;

SOUSA, A. **São Tomé e Príncipe. Um caso de concentração**. Estudos políticos e sociais. Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Pol. Ultramar, 1963.

TEMUDO, Maria Padrão. ARVÉOLA, Alexandra. **A insustentável leveza do Ser Santomense**: Colonialismo, Liberalismo, e a Persistência das Desigualdades Sociais. CEA-ISCTE 2004 p.5. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Marina_Themudo.pdf Acesso Setembro 2008

TENREIRO, Francisco José. **A Ilha de São Tomé**: memórias da Junta de Investigações do Ultramar. 1961.

UNDP/WORLD BANK, **São Tomé and Principe issues and options in the energy sector**, Report No. 5803-STP. October 1985. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000009265_3_970625095545/Rendered/PDF/multi_page.pdf Acesso em Outubro 2008

UNITED NATIONS SYSTEME. **Sao Tomé and Principe Common Country Assessment**, Final draft November 1998. P.19-20.

VIEIRA, Alberto. **Canaviais e açúcar no espaço insular Atlântico; Questões de meio ambiente e Técnica**. I Seminário de História do Açúcar. ITU-SP. 28 de Novembro a 2 de Dezembro 2005. P.2. Disponível em: <http://alb.alberto.googlepages.com/itu-meioambiente-tecnica.pdf> Acesso em Maio 2008

WORLD BANK, **Ajustment in Africa: reforms, Results and the Road Ahead**, World Bank, Oxford University Press. 1994

_____. **Democratic Republic of Sao Tome and Principe Country Economic Memorandum and Key Elements of an Environmental Strategy**. (In two volumes) Volume I Key Elements of an Environmental Strategy. June 9, 1993 Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/06/01/000009265_3961002134108/Rendered/PDF/multi01page.pdf Acesso em Novembro 2008

_____. **Democratic Republic of Sao Tome and Principe Country Economic Memorandum and Key Elements of an Environmental Strategy**. (In two volumes) Volume II Key Elements of an Environmental Strategy. June 9, 1993 Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/06/01/0009265_3961002134115/Rendered/PDF/multi0page.pdf Acesso Outubro 2008

_____. **Higher Impact Adjustment Lending (HIAL) Initial Evaluation** Volume II: Annexes Operations Evaluation Department, June 29, 1999 Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/02/03/00094946_99110605305044/Rendered/PDF/multi_page.pdf Acesso em Novembro 2008

_____. **International Development Association Country Assistance Strategy for Sao Tomé & Principe Report** No. 32078. May 2, 2005. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/05/10/000090341_20050510125835/Rendered/PDF/32078.pdf Acesso em Dezembro 2008

_____. **Higher Impact Adjustment Lending (HIAL): Initial Evaluation** Volume I: Main Report: June 29, 1999 Disponível em: [http://Inweb90.worldbank.org/oed/oeddoelib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/C6B298A6D2D4D925852568E200536542/\\$file/HIAL.pdf](http://Inweb90.worldbank.org/oed/oeddoelib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/C6B298A6D2D4D925852568E200536542/$file/HIAL.pdf) Acesso em Novembro 2008.

ANEXOS

Tabela A-2
Produção de açúcar em arrobas das principais ilhas

Arquipélagos/Anos	1502	1507	1510	1520	1534	1583	1590	1600
Madeira	114.778	176.985	144.065	87.868	54.077	35.202		
Canárias	470.000	71.267	59.790	320.000	725.220	435.380	910.270	326.430
São Tomé			100.000	123.170	135.860	24.000	12.000	9.000

Fonte: Carlos Agostinho das Neves, apud Alberto Vieira

Tabela A-3
Exportações de cacau de São Tomé e Príncipe 1961-1975

Anos	Export. de cacau(ton)	Valor unit.	Total em dólares
1961	10350	392	4056
1962	10610	346	3666
1963	9240	435	4023
1964	8660	446	3861
1965	8850	327	2896
1966	10119	430	4351
1967	11687	522	6100
1968	11090	617	6837
1969	8302	834	6920
1970	10099	652	6584
1971	10364	505	5237
1972	12072	522	6307
1973	11824	969	11463
1974	9543	1048	10000
1975	5188	1600	8300

Fonte: FAO

Tabela A-4 Exportação de cacau dos principais países africanos ao nível mundial em %

Anos	Gana	Nigéria	Costa Marfim	Camarões	Guiné Equatorial	Togo	STP	Re. Dem. Congo	Serra Leoa	Benin	Guiné
1961	40,95	18,58	8,80	6,53	2,01	1,15	1,03	0,50	0,0	0,0	0,0
1962	41,84	19,34	9,88	6,48	2,46	1,08	1,04	0,59	0,0	0,0	0,0
1963	40,06	17,29	9,72	7,76	3,02	1,00	0,90	0,51	0,32	0,0	0,0
1964	38,07	19,64	12,21	5,79	3,52	1,33	0,85	0,0	0,31	0,0	0,0
1965	39,13	23,82	9,85	6,07	2,16	1,34	0,69	0,35	0,23	0,0	0,0
1966	36,19	17,58	11,31	7,69	3,52	1,56	0,92		0,41	0,0	0,0
1967	31,33	23,21	9,84	6,53	3,12	1,63	1,09	0,51	0,36	0,0	0,0
1968	32,30	20,13	11,70	6,32	3,82	1,38	1,07	0,42	0,49	0,0	0,0
1969	31,32	17,62	12,07	7,49	3,15	1,89	0,84	0,47	0,38	0,53	0,0
1970	31,32	17,62	12,07	7,49	3,15	1,89	0,84	0,47	0,38	0,53	0,0
1971	27,75	24,00	12,98	7,06	2,44	2,40	0,92	0,53	0,42	1,70	0,29
1972	34,52	19,06	13,35	6,83	1,81	2,27	1,01	0,00	0,59	1,03	0,34
1973	35,43	20,27	13,55	7,98	0,59	1,67	1,12	0,49	0,75	1,43	0,54
1974	27,39	17,20	17,91	7,76	0,88	1,38	0,83	0,40	0,52	0,32	0,85
1975	29,23	17,66	15,40	6,57	0,81	1,47	0,47	0,44	0,58	0,00	1,07

Fonte: FAO (Elaboração própria)

Tabela A-5 Evolução do PIB a preços constantes (milhões dólares)

Anos	Valores
1980	45
1981	32
1982	29
1983	25
1984	21
1990	41,4
1991	53,5
1992	45,5
1993	48,5
1994	53,4
1995	40
1996	61,8
1997	58,1
1998	55,1
1999	47,1
2000	58,7
2001	57,9
2002	61,4
2003	64,4
2004	64,7
2005	69,4
2006	77,5
2007	89,2

Fonte: INE, FMI

Tabela A-6 Taxa do crescimento do PIB real de São Tomé e Príncipe em comparação com PMCs

Países	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Méd. 1980-89	PNB/capita U\$\$/1989
Fiji	-1.7	4.7	0.1	-3.9	8.3	-4.7	8.8	-7.8	0.4	12.5	na	1.67	1,640
Kiribati	-47.8	-5.0	7.6	-3.4	5.0	-1.9	-1.5	0.5	17.0	1.1	-8.8	-3.50	700
Salomão	-5.5	7.0	-0.3	4.1	6.8	3.8	-0.5	-4.6	4.5	5.7	na	2.10	570
Tonga	6.0	0.0	12.5	1.2	2.4	5.6	3.0	3.5	-2.0	2.5	3.2	3.45	910
Vanuatu	-11.1	3.6	11.6	3.0	6.9	1.1	-2.0	0.7	3.0	na	6.0	2.28	860
Samoa	-5.6	-5.7	0.0	0.5	1.3	6.0	0.5	1.0	-1.9	0.2	na	-0.37	720
Ocidental													
STP	Nd	-27.0	24.0	-8.6	-8.3	8.6	1.0	-1.4	2.0	1.2	1.3	-0.1	340

Fonte: FMI

Tabela A-7 e A-8 PIB per Capita e Taxa de Crescimento do PIB real

Anos	PIB per capita (dólares)	Taxa anual de crescimento do PIB real
1990	365	1,3
1991	456	1,5
1992	380	1,5
1993	396	1,5
1994	427	2,5
1995	314	2,6
1996	475	1,8
1997	438	1
1998	412	2,5
1999	448	2,5
2000	443	3,5
2001	420,7	4
2002	437,4	4,1
2003	450,2	3,2
2004	442,8	3,8
2005	466	3,8
2006	519,8	4,5
2007	565,1	5,5

Fonte: INE e Banco Central

Tabela A-9 Participação Setorial no PIB STP 1990-2004 (Valores em %)

Setores/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Setor Primário	29,9	29,4	26,4	28,9	25,5	26,4	24,8	24,8	21,3	20,5	20,1	19,1	18	17	16,3
Agricult.	25,8	25,6	22,8	25,6	22,7	23,5	21,9	21,8	18,2	16,9	16,4	15,6	14,7	13,9	13,3
Pesca	4,1	3,8	3,6	3,2	2,8	2,9	2,9	3	3,1	3,6	3,7	3,5	3,3	3,1	3
Setor Sec.	10,06	11,03	18,7	18,7	20,1	19,6	18,8	16,4	16,7	16,9	17,3	16,7	15,5	14,5	13,9
Manuf. & Energia	5,7	6,3	6,4	6,4	6,3	5	6,2	5,4	5,6	5,5	5,5	5,2	4,8	4,4	4,2
Const.	4,4	4,7	12,3	12,3	13,8	14,6	12,6	11	11,1	11,4	11,8	11,5	10,7	10,1	9,7
Setor Terc.	60,0	59,6	54,9	52,4	54,4	54	56,4	58,8	62	62,6	62,6	64,2	66,5	68,5	69,8
Com. Tran	29,0	28,4	26,1	22,7	21,6	22,4	23	24,2	24,6	23,5	23,2	25,9	26,5	26,9	27,8
Adm. Pública	23,2	22,34	20,5	21,6	22,2	20,4	22	23	23,4	23	22,9	25,6	26,9	28,2	30,3
Inst. Financ.			0	0	5,6	7,1	8,8	8,8	8,9	8,7	8,7	10,1	10,4	10,6	11
Outros Serviços	7,7	8,9	8,2	8,1	5	4,1	2,6	2,8	5,1	7,3	7,8	2,6	2,7	2,8	0,7
PIB	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: FMI

Tabela A-10 Evolução dos PIB's da África Subsaariana e de STP a preço corrente em Bilhões de dólares (base 1000)

Anos	PIB África Subsaariana	PIB de STP
1980	282, 217	0, 000241
1981	288, 788	0, 000291
1982	273, 760	0, 000296
1983	252, 555	0, 000301
1984	220, 271	0, 000359
1985	201, 726	0, 000411
1986	215, 573	0, 000543
1987	243, 164	0, 000485
1988	262, 005	0, 000382
1989	273, 971	0, 000361
1990	313, 894	0, 000382
1991	220, 881	0, 000337
1992	303, 429	0, 000316
1993	290, 671	0, 000437
1994	277, 829	0, 000475
1995	315, 833	0, 000329
1996	330, 662	0, 000411
1997	343, 105	0, 000271
1998	322, 717	0, 000223
1999	324, 016	0, 000241
2000	333, 212	0, 000231
2001	330, 115	0, 000023
2002	351, 155	0, 000262
2003	426, 263	0, 000232
2004	519, 959	0, 000208
2005	589, 261	0, 000193
2006	629, 289	0, 000195

Fonte: FMI

Tabela A-11 Taxa de crescimento dos PIB's de STP e da África Subsaariana

(Continua)

Ano	PIB de STP	PIB da África Subsaariana
	-27	2,7
1981		
	3,1	0,6
1982		
	-8,6	-0,4
1983		
	-8,3	3,3
1984		
	8,6	1,8
1985		
	1	2,5
1986		
	-1,4	2,4
1987		
	1	4,6
1988		
	1,2	2,8
1989		
	1,3	2
1990		
	1,5	0,1
1991		
	1,5	-1,6
1992		
	1,5	1
1993		
	2,5	2,2
1994		
	2,6	3,7
1995		
	1,8	5,4
1996		
	1	3,9
1997		
	2,5	2,2
1998		
	2,5	2,8
1999		
	3,5	3,4
2000		
	4	3,9
2001		

Fonte: FMI

Tabela A-11 Taxa de crescimento dos PIB's de STP e da África Subsaariana

(Continuação)

2002	4,1	3,6
2003	3,2	4,2
2004	3,8	5,1
2005	3,8	5,2
2006	4,5	5,6

Fonte: FMI

Tabela A-12 Taxa de crescimento do PIB de STP e alguns países da África Ocidental

(Continua)

Anos	Costa do Marfim	Guiné Bissau	Nigéria	STP	Togo
1980	5,2	16	2,9	-1,1	-2,3
1981	3,5	-0,5	-8,4	-27	-3,4
1982	0,2	4,2	-0,6	3,1	-3,7
1983	-2,5	-3,4	-4,9	-8,6	-5,2
1984	-2	5,5	5,8	-8,3	5,9
1985	3,6	4,3	10,5	8,6	3,7
1986	4,8	-1	-1,8	1	3,3
1987	-0,5	5,6	-4	-1,4	-2,5
1988	1,1	2	9,4	2	10,1
1989	3	2,9	8,5	1,2	4,1
1990	-1,1	4	13,8	1,3	5,9

Fonte: FMI

Tabela A-12 Taxa de crescimento do PIB de STP e alguns países da África Ocidental

(Continuação)

	0	5,1	-2,6	1,5	0,2
1991	0,3	1,1	2	1,5	-3,3
1992	-0,3	2,1	1,5	1,5	-16,3
1993	11,6	3,2	-0,6	2,5	2,6
1994	7,1	4,4	2,3	1,8	7,7
1995	9	4,6	6,6	1	3,8
1996	5,7	6,5	3,2	2,5	-2,3
1997	4,5	-27,2	0,3	2,5	2,6
1998	1,8	7,6	1,5	3,5	-1
1999	-4,6	7,5	5,4	4	-2,3
2000	0	0,2	3,1	4,1	-0,2
2001	-1,6	-7,1	1,5	3,2	5,2
2002	-1,7	-0,6	10,7	3,8	5,2
2003	1,6	2,2	6	3,8	2,3
2004	1,8	3,2	7,2	3,8	1,2
2005	0,9	2,7	5,6	4,5	2
2006	1,7	2,5	4,3	5,5	2,9
2007					

Fonte: FMI

Tabela A-13 Evolução da Taxa de Consumo (preços correntes)

Ano	Consumo Privado	Consumo Público	Total do Consumo
1992	96,4	31,2	128,1
1993	97,2	31,1	128,8
1994	80,6	33,4	114
1995	77,1	43,1	120,1
1996	74,3	45,5	119,7
1997	71,1	44,9	116
1998	81,3	25,6	106,9
1999	79,7	29,8	109,5
2000	80,2	31,6	111,8
2001	75,5	47,5	123
2002	75,3	37,2	112,5
2003	69,8	39,7	109,4
2004	68,9	53,2	122,1
2005	n/d	n/d	126,2
2006	n/d	n/d	125,6
2007	n/d	n/d	122,2

Fonte: Banco de Portugal e FMI

Tabela A-14 Taxa de Investimento (em % do PIB)

(Continua)

Ano	Investimento	Investimento Privado	Investimento Público
1980	16,8		
1981	16,8		
1982	16,8		
1983	16,8		
1984	16,8		
1985	15,4		
1986	14,5		
1987	13,8		
1988	19,4		
1989	26,4		
1990	29,5		
1991	29,5		
1992	38		
1993	40,1		
1994	41,1		
1995	57,7		
1996	50,1		
1997	53,3		
1998	59,5		
2000(Est)	43,5	17,5	26

Fonte: Banco de Portugal, FMI

Tabela A-14 Taxa de Investimento (em % do PIB)

(Continuação)

2001(Est)	49,9	16,9	33
2002	32,7	18	14,7
2003	36,1	16	20,1
2004	35,2	15,1	20,1
2005(Est)	34,1	20,7	13,4
2006(Est)	63,8	49,4	14,4
2007(proj)	64	50,3	13,7

Fonte: Banco de Portugal, FMI

Tabela- A 15 Evolução do PIP de São Tomé e Príncipe (Milhões de dólares)

Descrição/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Financiamento										
Externo	20,30	19,70	16,18	15,70	19,65	21,76	18,47	18,20	10,20	18,90
Créditos	13,20	12,90	10,52	5,10	11,39	13,30	8,56	6,20	5,60	9,60
Donativos	7,10	6,80	5,66	10,60	8,26	8,46	9,91	12,00	4,60	9,30
Financiamento Interno	4,00	3,00	1,90	1,60	0,70	1,30	1,38	0,50	3,00	1,00
Tesouro Público	3,60	2,20	1,80	1,60	0,70	1,30	0,22	0,40	0,90	0,40
Fundo de Contrapartida	0,40	0,80	0,10	n/d	n/d	n/d	1,16	0,10	2,10	0,60
Total do Financiamento	24,30	22,70	18,08	17,30	20,35	23,06	19,85	18,70	13,20	19,90

Fonte: Direção de Planificação Económica, apud Projeto NLTPS, FMI

Tabela A-16 Taxa de desemprego

Ano	Taxa do Desemprego
1991	20,73
1992	27,02
1993	30
1994	30
2000	14,4
2001	15,7
2002	17,6
2003	16,4
2004	17,6
2005	16,4
2006	23,5

Fonte: INE

Tabela A-17 Taxa de Atividade

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Desempregados	8212	9516	8968	9516	8968	8254
Taxa de Ativ. Masc.	46,2	44,5	44,6	44,5	44,6	42,3
Taxa de Ativ. Fem.	29,8	32,6	31,9	32,6	31,9	28
Taxa de Atividade Total	39,9	38,5	38,3	38,5	38,3	35,1

Fonte: INE

Tabela A-18 Balança Comercial (milhões de dólares)

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005(Est)	2006(Est)	2007(Proj)
Exportações (f.o.b.)	4,9	5,3	4,7	3,9	2,7	3,7	5,1	6	3,5	3,4	3,8	4,5
das quais:												
Cacau	4,8	4,6	4,6	2,9	2,4	3,3	4,6	5,5	3,1	3	2,5	2,9
Importações (f.o.b.)	19,8	19,2	16,9	21,9	25,1	26,3	28,5	33,4	36	41,6	70,5	71,1
dq: Produtos alimentares	4,7	3,8	4,3	4,8	6,1	7,9	10,1	12	12,2	14,8	17	19,6
dq: Bens de investimento	5,9	5,6	8,2	10,8	11,4	11,9	11,3	14,1	11,6	12,7		
dq: Produtos petrolíferos	3	3,8	1,9	3,8	4	4,1	4,3	3,8	7,8	9,8	15	15
dq: Produtos alimentares	4,9	5,3	4,7	3,9	2,7	3,7	5,1	6	3,5	3,4	3,8	4,5
Saldo da Balança comercial	-	-	-	-18	-22,4	-23	-	-	-	-38,2	-66,7	-66,6

Fonte: Banco de Portugal

Tabela A-19 Composição da exportação de São Tomé e Príncipe (valores em %)

Designação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Cacau	96,55	92,98	93,18	95,77	98,25	98,99	96,61	95,57	98,69
Copra	0,73	0,11	1,38						
Café	1,37	1,85	1,25	1,01	0,28				
Coco				1,42	0,75	0,65	2,54	3,35	1,03
Óleo de coco				1,79	0,72	0,36	0,86	1,08	0,28
Outros	1,35	5,06	4,19						
Total	100								

Fonte: INE, Banco Central de STP

Tabela A-20 Produção de cacau (valores em dólares e em Tonelada)

Ano	1980	1985	1988	1989	1990	2001	2002	2003
Preço do cacau no M. Int	2,6	2,25	1,59	1,24	1,27	2,6	1,4	1,84
Produção do Cacau em STP (em tol)	7,511	3,920	4,500	4,200	2,800	2,603	2,603	2,603

Fonte: Banco Mundial

Tabela A-21 Composição das importações (valores em %)

Designação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Géneros Alimentícios	25,44	21,82	24,30	35,98	35,23	35,71	33,98	35,58
Bens de Investimentos	48,52	49,09	45,42	35,05	40,21	39,88	32,31	30,53
Produtos petrolíferos	11,24	17,27	15,94	17,29	14,95	13,99	21,73	23,56
Outros	14,79	11,82	14,34	11,68	9,61	10,42	11,98	10,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central de STP

Tabela A-22 Principais países Importadores de bens e serviços para STP

País/Ano	1985	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Angola	8,9	10,5	5,6	12,1	9,8	4,5	7,3	4,9	4,4	13,3	6,7	11,5
Rep Pop. da China	2,1	8,2	2	0,8		1,9	1,6	1	0	1,2	0	1,2
Bélgica	n/d	n/d	n/d	8,3	4,8	4,2	6,5	7,6	6,4	10,1	5,8	7,4
França	4,1	4,7	6,2	6,2	6,3	6,7	6,3	10,2	16,6	8,1	17,9	0
Gabão	0,5	3,6	2,4	3,4	2,9	3,2	6,4	2	0,7	0,4	0,8	2,5
Holanda	n/d	n/d	n/d	2	2,9	3,5	1	2,3	2,7	0,8	0	4,1
Japão	n/d	n/d	n/d	6,7	6,8	7,2	9,8	5,3	14,2	10,1	3,3	9
Portugal	14,3	32,1	31,7	39,5	35,6	38,7	35,4	28,3	38	29	26,3	41,4
Itália	n/d	n/d	n/d	0,2	0,3	0,2	5,3	1,6	7,1	2,8	0,4	1,6
Espanha	0,2	4,4	0,5	12,3	5,5	6,8	0,5	0,3	0,3	2	0	4,9
Rep. Dem.Alemã	24,7	2,5	1,6	0,5	0,2	0,3	1,2	2,6	2	1,2	1,7	2
Outros	45,2	34	50	8	23,4	22,8	18,7	33,9	7,5	21	37,1	14,3
Angola	8,9	10,5	5,6	12,1	9,8	4,5	7,3	4,9	4,4	13,3	6,7	11,5
Rep Pop. da China	2,1	8,2	2	0,8		1,9	1,6	1	0	1,2	0	1,2
Bélgica	n/d	n/d	n/d	8,3	4,8	4,2	6,5	7,6	6,4	10,1	5,8	7,4
França	4,1	4,7	6,2	6,2	6,3	6,7	6,3	10,2	16,6	8,1	17,9	0
Gabão	0,5	3,6	2,4	3,4	2,9	3,2	6,4	2	0,7	0,4	0,8	2,5
Holanda	n/d	n/d	n/d	2	2,9	3,5	1	2,3	2,7	0,8	0	4,1

Fonte: Banco Central de Portugal

Tabela A-23 Distribuição Geográfica das exportações de STP (%)

(Continua)

Países	1985	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Angola									
Rep Pop. da China	15		14	8,8	2,1	3,9	0	0	0
Rep. Dem da Alemanha	17	34	25						
Rep Fed da Alemanha	20	33	36	44,8	18,8	15,4	0	0	0
Bélgica									
Holanda	32	28	13		64,7	34,6	82,7	86,4	70,5
Portugal	9	4	5	1,6	1	1,9	0,7	0,6	1,9
Outros	7	1	7	13,7	13,4	44,2	16,6	13	27,6

Fonte: Banco Central de Portugal

Tabela A-23 Distribuição Geográfica das exportações de STP (%)

(continuação)

Países	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Angola			2,1	1,8	11,8	0,5	2,1	1,7
Rep Pop. da China	0	0	0	0	0			
Rep. Dem da Alemanha								
Rep Fed da Alemanha	20,9	5,7	12,5	0	0			
Bélgica			6,3	1	7	9,7	13,1	15,1
Holanda	63,9	50,9	60,9	90	57,7	58,1	60	40,7
Portugal	2	5,7	26,6	10	10,9	12,7	19,6	33,5
Outros	13,2	37,7	0	0	31,4	19	5,2	9

Fonte: Banco Central de Portugal

Tabela A-24 Evolução do Balanço de Pagamentos de STP

(Continua)

Designação/Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Bal. Corrente	-14	-1,6	-8,6	-12,3	-11,2	-11,7
Bal. Capitais e Fin.	9,2	2,7	2,3	9,5	8,1	12,5
Balança Global	-4,8	1,1	-6,3	-2,7	-3	0,8

Fonte: Banco Central de Portugal

Tabela A-24 Evolução do Balanço de Pagamentos de STP

(continuação)

Designação/Ano	2002	2003	2004	2005(Est)	2006(Est)	2007(Proj)
Bal. Corrente	-12,8	-12	-13	-22	-56,6	-58,4
Bal. Capitais e Fin.	8,9	4,1	3,8	54,6	45,4	59,9
Balança Global	-3,9	1,8	-5	-32,6	11,2	-1,5

Fonte: Banco Central de Portugal

Tabela A-25 Dívida Externa de STP

(Continua)

	1981	1985	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Dív.Ext Total	30,9	65,1	90,7	107,8	128,7	228,1	200,5	231	236,3	245,3	253,6	274,8

Fonte: PNUD, INE

Tabela A-26 Dívida Externa de STP

(Continuação)

1997	1998(Est)	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005(Est)	2006(Est)	2007(proj)
267,3	292,6	352,8	276,4	284	293,6	197,1	341,1	340,6	359,5	105,9

Fonte: PNUD, INE

Tabela A-27 Dívida Externa em % do PIB e das Exportações

(continua)

Descrição/Ano	1981	1985	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Dív. Em % do PIB	88	95,5	173	215	286	290,1	397	406,7	498,1	495,3	
Div. Em % das Exp.	349	574	996	830	1151,6	1544,6	1857	2278	2237,74	2079,66	2697,87

Fonte: PNUD, INE

Tabela A-27 Dívida Externa em % do PIB e das Exportações

(Continuação)

Descrição/Ano	1996	1997	1998(Est)	1999	2000	2001
Dív. Em % do PIB	550,2	608,5	717	752,5	596,8	595,1
Div. Em % das Exp.	2417	2 148,4	2 416,8	2 141,1	1 785,6	1 826,3

Fonte: PNUD, INE

Tabela A-27 Dívida Externa em % do PIB e das Exportações

(Conclusão)

Descrição/Ano	2002	2003	2004	2005(Est)	2006(Est)	2007(proj)
Dív. Em % do PIB	548,2	547,3	530,2	289,2	293,2	74,6
Div. Em % das Exp.	1 500,7	1024,5				

Fonte: PNUD, INE

Tabela A-28 Finanças Públicas de STP

(continua)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Receitas Totais	2,03	3,2	7,1	11,19	25,78	36,5	86,8	81,7
Despesas Totais	2,19	3,66	13,98	26,79	50,04	68,4	140,2	167,6
Saldo Global	-0,16	-0,46	-6,88	-15,6	-24,26	-31,9	-53,4	-85,9

Fonte: INE, Banco de Portugal

Tabela A-28 Finanças Públicas de STP

(Continuação)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005(Est)
Receitas Totais	146,8	183,4	250,1	245,6	321	372,9	972,1
Despesas Totais	233,3	244,4	343,5	325,6	415,1	538,6	545,5
Saldo Global	-86,5	-61	-93,4	-80	-94,1	-165,7	426,6

Fonte: INE, Banco de Portugal

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)